

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL

Ana Carolina Cherobini Bortolin

**CENTRO INTERPRETATIVO DIGITAL DO PATRIMÔNIO
CULTURAL DO MUNICÍPIO DE DONA FRANCISCA-RS**

Santa Maria, RS
2022

Ana Carolina Cherobini Bortolin

**CENTRO INTERPRETATIVO DIGITAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO
MUNICÍPIO DE DONA FRANCISCA-RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

Orientador: Prof. Dr. Flavi Ferreira Lisboa Filho

Santa Maria, RS
2022

Bortolin, Ana Carolina C.
Centro Interpretativo Digital do Patrimônio Cultural
do Município de Dona Francisca - RS. / Ana Carolina C.
Bortolin.- 2022.
123 p. ; 30 cm

Orientador: Flavi Ferreira Lisboa Filho
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, RS, 2022

1. Patrimônio Cultural 2. Centro Interpretativo
Digital 3. Dona Francisca 4. Quarta Colônia I. , Flavi
Ferreira Lisboa Filho II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, ANA CAROLINA C. BORTOLIN, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Ana Carolina Cherobini Bortolin

**CENTRO INTERPRETATIVO DIGITAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO
MUNICÍPIO DE DONA FRANCISCA-RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

Aprovado em 01 de dezembro de 2022:

**Flavi Ferreira Lisboa Filho, Doutor (UFSM)
Presidente/Orientador**

Jaciele Carine Vidor Sell, Doutora (UFSM)

Francisca Ferreira Michelin, Doutora (UFPEL)

Santa Maria, RS
2022

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Evandro e Sirlei e à minha irmã Cassiana por todo amor, dedicação, incentivo e apoio neste processo.

Ao meu orientador, Professor Flavi Ferreira Lisboa Filho, por toda a sua dedicação, contribuição, incentivo e confiança em meu trabalho.

À Técnica em Assuntos Educacionais Jaciele Carine Vidor Sell e às Professoras Francisca Ferreira Michelin e Marta Rosa Borin pela participação nas bancas de qualificação e defesa, contribuindo com as sugestões de melhoria deste trabalho.

Aos colegas de trabalho da Pró-Reitoria de Extensão que me auxiliaram e instruíram no processo de organização das informações dos patrimônios de forma interpretativa, entre eles a Técnica em Assuntos Educacionais Jaciele Carine Vidor Sell e o Administrador Rafael Happke, além do Professor Andre Weissheimer de Borba, vinculado ao Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO.

À Subdivisão de Geoparques e à Pró-Reitoria de Extensão, como um todo, pelas contribuições na construção do CID.

Ao Secretário da Cultura, Turismo e Desporto de Dona Francisca Ricardo Vicente Zimmer e à sua auxiliar Elizabete Marin por terem muito contribuído com a participação em entrevistas e com a concessão de materiais e informações na etapa de pesquisa.

Às demais pessoas que concederam entrevista, contribuindo com a construção do conhecimento sobre a história de Dona Francisca e os patrimônios culturais, entre elas Irmã Édina Meneghetti, Luciano Chelotti e pessoas que desejaram manter-se no anonimato.

Ao Rafael Happke, a Franciele Tessele Segabinazzi e a Elenara Costa pela contribuição na captura de fotografias do município.

Aos professores Joaquim Assunção e Daniel Welfer por terem oportunizado a construção do *website* na disciplina por eles lecionada.

Aos alunos que dispuseram-se a contribuir com a construção de um *website* para o CID, entre eles Geovane Oliveira Rodrigues, Felipe Amadori Machado e, em especial, Fábio Correa Costa Junior, criador do *website* escolhido no final da disciplina para ser o CID.

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram com a concessão de informações, materiais ou qualquer outra forma de ajuda na elaboração do produto desta dissertação.

Aos meus amigos pelo apoio e estímulo neste processo.

À Universidade Federal de Santa Maria pelo aprendizado e por oportunizar a titulação de Mestre em Patrimônio Cultural.

A Deus por me dar força e disposição para concluir esta etapa.

Muito obrigada!

RESUMO

CENTRO INTERPRETATIVO DIGITAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE DONA FRANCISCA-RS

AUTORA: Ana Carolina Cherobini Bortolin
ORIENTADOR: Prof. Dr. Flavi Ferreira Lisboa Filho

Patrimônios culturais são elementos legados pelos nossos antepassados que representam um grupo social, remetem à memória, contribuem para a formação de identidades e para o fortalecimento dos vínculos dos indivíduos com o local onde habitam. São elementos que atuam como referência simbólica de uma comunidade, representam a história e o passado de um povo e são dotados de significado de uma vida em comunidade, tornando-a singular. A preservação e a valorização do patrimônio cultural são importantes para que as memórias, a história e o passado de um povo sejam mantidos ao longo do tempo. No entanto, isso só ocorrerá se houver laços afetivos e vinculações do indivíduo com os elementos à sua volta, contribuindo para que eles se identifiquem e se sintam pertencentes à determinada cultura e/ou território. A formação de identidade se dá no âmbito social e, por ser um processo consciente, ela deve ser evocada ou resgatada por meio de diferentes ações. A conexão entre os indivíduos e a construção da identidade ocorre, muitas vezes, por meio do compartilhamento de simbologias e pela busca de um passado em comum. Desta forma, os patrimônios culturais possuem um importante papel no processo de identificação e valorização dos elementos presentes no meio social. Com base nisso, buscando a preservação e a difusão das memórias e significados dos patrimônios culturais representativos do município de Dona Francisca, esta dissertação teve o objetivo de elaborar um Centro Interpretativo Digital (CID) do Patrimônio Cultural de Dona Francisca, localizado na Quarta Colônia do Rio Grande do Sul. O CID está disponibilizado em um *website*, apresentando os principais patrimônios culturais que possuem representatividade para o município, permitindo-se que o público interprete e compreenda a importância e os sentidos do patrimônio local. Com a elaboração deste produto, pretende-se fortalecer os vínculos afetivos e a identificação da comunidade com a cultura e o território a que pertencem, criando sentimento de orgulho por parte nos indivíduos, bem como servir de atrativo para que o público externo se interesse a visitar o município e conhecer seus legados culturais.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Dona Francisca. Centro Interpretativo. *Website*.

ABSTRACT

DIGITAL INTERPRETATIVE CENTER OF THE CULTURAL HERITAGE OF THE MUNICIPALITY OF DONA FRANCISCA-RS

AUTHOR: Ana Carolina Cherobini Bortolin

ADVISOR: Flavi Ferreira Lisboa Filho

Cultural heritage are elements bequeathed by our ancestors that represent a social group, refer to memory, contribute to the formation of identities and to strengthen the bonds of individuals with the place where they live. They are elements that act as a symbolic reference of a community, represent the history and past of a people and are endowed with the meaning of a community life, making it unique. The preservation and appreciation of cultural heritage are important so that the memories, history and past of a people are maintained over time. However, this will only occur if there are affective ties and bonds between the individual and the elements around him, helping them to identify and feel that they belong to a particular culture and/or territory. Identity formation takes place in the social sphere and, as it is a conscious process, it must be evoked or rescued through different actions. The connection between individuals and the construction of identity often occurs through the sharing of symbologies and the search for a common past. In this way, cultural heritage plays an important role in the process of identifying and valuing the elements present in the social environment. Based on this, seeking the preservation and dissemination of the memories and meanings of the representative cultural heritage of the municipality of Dona Francisca, this dissertation aimed to develop a Digital Interpretive Center (CID) of the Cultural Heritage of Dona Francisca, located in the Quarta Colônia do Rio Grande do Sul. The CID is available on a website, presenting the main cultural heritages that are representative for the municipality, allowing the public to interpret and understand the importance and meanings of local heritage. With the elaboration of this product, it is intended to strengthen the affective bonds and the identification of the community with the culture and the territory to which they belong, creating a feeling of pride on the part of individuals, as well as serving as an attraction for the external public to be interested in visit the municipality and discover its cultural legacies.

Keywords: Cultural heritage. Dona Francisca. Interpretive Center. *Website*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Capitania do Rio Grande São Pedro de 1809.....	41
Figura 2 – Mapa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul de 1822.....	41
Figura 3 – Mapa da região da Quarta Colônia.....	45
Figura 4 – Réplica de uma casa de imigrantes italianos.....	46
Figura 5 – Francisca Mostardeiro, esposa de Manoel Mostardeiro.....	65
Figura 6 - Antiga Igreja São José.....	74
Figura 7 - Antiga Igreja São José.....	74
Figura 8 – Atual Igreja São José.....	76
Figura 9 – Atual Igreja São José.....	76
Figura 10 - Interior da Igreja São José.....	77
Figura 11 - Interior da Igreja São José.....	77
Figura 12 – Escola São Carlos.....	83
Figura 13 - Dormitórios da Escola São Carlos.....	84
Figura 14 – Sala de aula da Escola São Carlos.....	84
Figura 15 – Momentos de recreação na Escola São Carlos.....	85
Figura 16 – Alunos da Escola São Carlos uniformizados para o desfile de 7 de Setembro.....	85
Figura 17 – Ruínas da Escola São Carlos.....	88
Figura 18 – Ruínas da Escola São Carlos.....	88
Figura 19 - Réplicas de Casa Alemã.....	90
Figura 20 - Réplicas de Casa Italiana.....	90
Figura 21 – Parque Histórico Obaldino Benjamin Tessele.....	91
Figura 22 – Parque Histórico Obaldino Benjamin Tessele.....	91
Figura 23 – Parque Histórico Obaldino Benjamin Tessele.....	91
Figura 24 – Monumento de Nossa Senhora dos Navegantes.....	92
Figura 25 – Área do município de Dona Francisca banhada pelo Rio Jacuí.....	94
Figura 26 – Rio Jacuí e Porto.....	96
Figura 27 – Rio Jacuí e Porto.....	96
Figura 28 – Praça Padre José Iop.....	98
Figura 29 – Praça Padre José Iop.....	98
Figura 30 – Espaço interno do Cine São Luiz.....	101
Figura 31 – Prédio do Cine São Luiz atualmente.....	102

Figura 32 - Atendimento no Hospital Rainha dos Apóstolos.....	103
Figura 33 - Atendimento no Hospital Rainha dos Apóstolos.....	103
Figura 34 – Hospital Rainha dos Apóstolos.....	104
Figura 35 – Morro Santo Antônio.....	105
Figura 36 - Página inicial do Centro Interpretativo Digital.....	108
Figura 37 - Item “História” do menu do Centro Interpretativo Digital.....	108
Figura 38 - Item “Patrimônios históricos culturais” do Centro Interpretativo Digital.....	109
Figura 39 - Jogos disponíveis no item “Espaço interativo.....	110
Figura 40 - <i>Quiz</i> disponível no item “Espaço interativo”.....	111
Figura 41 - Informações disponíveis no item “Contato” do menu.....	111

LISTA DE SIGLAS

CI	Centros Interpretativos
CID	Centro Interpretativo Digital
CONDESUS	Consórcio de Desenvolvimento Sustentável
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IP	Interpretação Patrimonial
PREP	Projeto Regional de Educação Patrimonial
PRODESUS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia
PROI	Projeto Identidade
TC	Turismo Cultural
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 PATRIMÔNIO CULTURAL	19
2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE.....	19
2.2 PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO AMBIENTE VIRTUAL.....	24
2.2.1 Preservação do patrimônio cultural	24
2.2.2 O patrimônio cultural no ambiente virtual	28
2.3 PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO	30
2.4 CENTROS INTERPRETATIVOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	34
3 QUARTA COLÔNIA DO RIO GRANDE DO SUL E O GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA ASPIRANTE UNESCO	39
3.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL	39
3.2 FORMAÇÃO DA QUARTA COLÔNIA.....	40
3.3 A NOVA VIDA DOS IMIGRANTES ITALIANOS NA COLÔNIA.....	45
3.4 GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA ASPIRANTE UNESCO.....	49
4 METODOLOGIA	56
5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	61
5.1 MUNICÍPIO DE DONA FRANCISCA.....	61
5.1.1 Caracterização geral do município	61
5.1.2 Formação do município de Dona Francisca	63
5.1.3 A emancipação	66
5.1.4 O desenvolvimento da Colônia Dona Francisca	68
5.2 PATRIMÔNIOS CULTURAIS	72
5.2.1 Igreja São José	72
5.2.1.1 Festas da Paróquia São José.....	78
5.2.1.2 Sobre Padre José Iop.....	80
5.2.2 Escola São Carlos	81
5.2.2.1 A vinda das Irmãs Palotinas.....	81
5.2.2.2 A Escola São Carlos.....	82
5.2.2.3 O noviciado de Dona Francisca.....	87
5.2.2.4 Encerramento das atividades da Escola São Carlos e seu legado cultural	88
5.2.3 Parque Histórico Municipal Obaldino Benjamin Tessele	90
5.2.4 O Rio Jacuí e o Porto	93
5.2.5 Praça José Iop	96
5.2.6 Cine São Luiz – o Cinema em Dona Francisca	99

5.2.7 Hospital Rainha dos Apóstolos.....	103
5.2.8 Morro Santo Antônio	105
6 PRODUTO	107
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
8 REFERÊNCIAS.....	114

1 INTRODUÇÃO

Patrimônios culturais são bens, materiais ou imateriais, com valor sociocultural para determinada sociedade por terem sido importantes na construção da história daquele local. São elementos que marcaram a trajetória de um povo e, por isso, a sua memória é importante para a construção da identidade e para o fortalecimento dos grupos sociais (LOPIS, 2017).

Hall (2006) menciona, no entanto, que as pessoas podem não se identificar com a cultura e com o território em que estão inseridas, gerando sentimentos de negação. Quando não há um vínculo afetivo das pessoas com o local onde habitam, muitas manifestações culturais acabam sendo esquecidas com o passar do tempo, visto que não há, neste caso, a preocupação ou interesse em transmiti-las como legados para as próximas gerações. Os patrimônios culturais materiais acabam se deteriorando, visto que não há esforços para zelá-los e preservá-los.

A região da Quarta Colônia do Rio Grande do Sul, colonizada, na sua maioria, por imigrantes italianos, está localizada no centro do estado e dela fazem parte nove municípios, dentre eles Dona Francisca. Os imigrantes que colonizaram o território trouxeram consigo legados culturais que estão fortemente presentes no cotidiano da população até os dias atuais, garantindo-lhe uma identidade própria.

Percebe-se, no entanto, que nem sempre a população reconhece os sentidos e a importância do patrimônio pertencente ao local onde residem, comprometendo a sua valorização e preservação, bem como a formação de futuras identidades. Com base nisso, a fim de se preservar e difundir as memórias, os significados e os valores atrelados aos patrimônios culturais, estimulando a criação de laços afetivos e a identificação da comunidade com o seu território, esta dissertação apresentará como produto um Centro Interpretativo Digital do Patrimônio Cultural de Dona Francisca.

Para o alcance do objetivo geral, foram determinados os seguintes objetivos específicos: mapear os principais patrimônios culturais do município, contextualizar o município de Dona Francisca, realizar o levantamento de informações sobre os patrimônios e interpretar os conteúdos sobre os patrimônios para serem disponibilizados no CID.

O CID foi elaborado de modo a permitir que a população compreenda a importância e o valor simbólico dos principais patrimônios culturais do município, por estarem associados a momentos e eventos importantes da comunidade local ou por possuírem grande importância na vida social e cultural das pessoas.

A elaboração deste produto tende a possibilitar maior preservação das memórias dos patrimônios culturais e do município como um todo, alinhados aos preceitos da Educação Patrimonial, uma vez que contribuirá para a conscientização da população em relação à importância do patrimônio local e ao papel de cada indivíduo na sua preservação.

A partir desta aproximação entre os indivíduos e o patrimônio, o CID estará contribuindo para o fortalecimento dos laços afetivos da comunidade, bem como proporcionará maior conexão e vinculação das pessoas com o seu território. Além disso, o produto possui capacidade de promover o turismo local, visto que, ao divulgar as riquezas culturais e históricas ao público externo, poderá estimular as pessoas a visitarem o município.

A disponibilização das informações no meio digital pauta-se na premissa de que, nos últimos anos, temos presenciado um período de acesso cada vez mais facilitado e frequente à *internet* e às tecnologias digitais. Tal fato tem motivado a realização de ações voltadas à preservação e promoção do patrimônio cultural no ambiente virtual, permitindo que as informações alcancem um número maior de pessoas. Acredita-se que a atual facilidade do uso de tecnologias e da rede de *internet* tem possibilitado que as comunidades se aproximem do seu patrimônio cultural, possibilitando uma maior reflexão sobre a sua importância.

Vale ressaltar que o projeto vai ao encontro dos objetivos do Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO, iniciativa conjunta entre a UFSM e o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS). Conforme será melhor explicado ao longo deste trabalho, um Geoparque deve ter constituído um forte programa educativo vinculado ao território que dê base para o desenvolvimento sustentável em questão. Este programa deve promover a valorização das tradições, da memória, do vínculo com o local em que a comunidade está inserida, conscientizando-a sobre a importância da preservação do seu patrimônio (informação verbal)¹.

Ao longo desta dissertação, serão apresentadas construções teóricas de autores em relação ao patrimônio cultural, centros interpretativos, preservação do patrimônio cultural, a região da Quarta Colônia e o município de Dona Francisca, bem como outros assuntos relacionados ao tema central desta pesquisa. Posteriormente, serão descritos os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa, a apresentação dos resultados e o produto elaborado.

¹ Palestra apresentada por Flavi Ferreira Lisboa Filho na III Jornada Interdisciplinar de Formação de Professores em Educação Patrimonial, Santa Maria, outubro de 2021.

2 PATRIMÔNIO CULTURAL

Neste capítulo, buscaremos apresentar conceitos e discussões envolvendo o patrimônio cultural e a sua importante relação com a memória e a identidade. Também introduziremos a preservação do patrimônio cultural, adentrando no aspecto da preservação, promoção e difusão no ambiente virtual. Será feita uma análise do uso do patrimônio cultural como promotor do turismo e, por fim, abordaremos a interpretação do patrimônio e os centros interpretativos do patrimônio cultural.

2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE

O patrimônio cultural é considerado um conjunto de elementos materiais e imateriais legados pelos nossos antepassados os quais, em conjunto, representam um grupo social, remetem à memória, contribuem para a formação de identidades e para o fortalecimento dos vínculos dos indivíduos com o local onde habitam. Este patrimônio representa o testemunho da história e possibilita compreendermos a relação entre os elementos que dele fazem parte e o contexto social em que foram originados (DIAS, 2006).

O patrimônio cultural é o símbolo da vivência de uma comunidade, é um testemunho, uma evocação, um elemento que faz recordar o passado. O patrimônio carrega consigo uma importante função de representar simbolicamente a identidade e a memória de determinado povo, construindo uma percepção do que tal grupo social é, onde viveu e para onde quer ir. O patrimônio não é apenas um bem em si, é algo também subjetivo, carregado de significados (SILVA, 2000).

Conforme descrevem Ballart e Tresseras (2007, p. 12), “o patrimônio está associado a uma ideia de continuidade, ele conecta e relaciona os seres humanos, é um elemento de transmissão cultural”. Dias (2006, p. 73) menciona que a sua principal característica é a de “ser tomado como referência para a construção de identidades culturais pelas mais diversas estruturas sociais [...]”. O sentido de coletividade se reforça na presença destes elementos culturais, que atuam como fatores de coesão. Para os indivíduos, o patrimônio possui um valor social e emocional que vai além das suas condições estéticas.

O patrimônio cultural, para alguns autores, pode ser dividido em dois grupos: material e imaterial. O primeiro é dividido em bens móveis (documentos, objetos, fotografias, vestimentas) e em bens imóveis (sítios arqueológicos, centros históricos, monumentos,

edificações). O patrimônio imaterial é composto por conhecimentos, modos de fazer, danças, costumes, festas crenças, ofícios, entre outros (DIAS, 2006).

Para Peñalba (2005), no entanto, esta atual compreensão de patrimônio cultural é fruto de uma evolução histórica. Na Idade Antiga, o patrimônio consistia em uma coleção de bens valiosos, raridades e antiguidades dotados de valor material, sendo representativos de poder e luxo. A partir do renascimento, os objetos patrimoniais passaram a ter valor histórico, representando a cultura de determinada época. Também passaram a ser considerados patrimônios os objetos artísticos devido ao seu valor estético.

O século XIX e início do século XX foi marcado pela ideia de patrimônio como um conjunto de elementos que explicam e representam a identidade de uma nação e, devido a esta importância, justificava-se a sua conservação. Eram considerados patrimônios os bens edificados, monumentos, centros arquitetônicos e demais elementos, com base no seu valor histórico, artístico ou monetário (PEÑALBA, 2005).

Entre a década de 1950 e 1980, o patrimônio passa a ser considerado um elemento indispensável para o desenvolvimento cultural, assumindo importância quanto ao seu potencial socioeducativo e econômico, além de cultural. Nesta segunda metade do século XX, o patrimônio passa a ser associado à identidade e valorizam-se as diversas referências culturais brasileiras, inclusive de natureza intangível, pelo fato de também representarem culturalmente um povo. Atualmente, o patrimônio cultural compreende uma riqueza coletiva, tornando-se necessária a cooperação de toda a população para garantir a sua preservação (PEÑALBA, 2005). O conceito de patrimônio cultural é assim definido pela Constituição Federal Brasileira:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Conforme se percebe, a Carta Magna passa a reconhecer legalmente a importância da diversidade cultural, dos elementos imateriais e das diferentes formas de expressão como portadores de referência à identidade e à memória, inclusive aqueles pertencentes a grupos minoritários que, por muito tempo, foram desvalorizados e não incluídos em ações de proteção cultural.

Mais tarde, o Decreto 3.551 de 2.000 passa a instituir o registro de bens culturais de natureza imaterial, criando-se um novo olhar sobre a diversidade cultural brasileira e a importância da preservação do patrimônio imaterial. Apesar de a legislação incorporar a noção do imaterial apenas no final do século XX, vale destacar que a preocupação com as expressões culturais fazia parte do projeto de Mário de Andrade para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN), na década de 1930. Contudo, esta visão abrangente sobre patrimônio cultural não foi considerada pela sociedade na época (BRASIL, 2000).

Atualmente, o patrimônio cultural é visto não apenas pela sua função de remeter à memória e à identidade da comunidade, promovendo o sentimento de pertença. Ele é também abordado como um meio de promoção do desenvolvimento econômico e sustentável local, regional ou, até mesmo, nacional. Para a promoção do desenvolvimento sustentável, no entanto, é imprescindível estimular os membros da comunidade que possam utilizar o patrimônio como forma de construção e uma sociedade igualmente sustentável (VARINE, 2012).

Dias (2006) menciona que há diferentes níveis em que o patrimônio cultural se manifesta. No primeiro nível, estão os bens patrimoniais relacionados a determinado grupo social, como uma etnia e um grupo religioso, o qual pode ou não compartilhar o espaço com outros grupos sociais. No segundo nível, temos o patrimônio representante do território do município, em que há o convívio entre vários grupos sociais que compartilham dos mesmos valores patrimoniais.

Em um terceiro nível, há os bens patrimoniais de interesse regional, enquanto que no quarto nível encontra-se o patrimônio nacional, que representa a nação brasileira, cujos elementos possuem o objetivo de contribuir para a formação de uma comunidade nacional coesa. No quinto e último nível, encontramos os bens considerados patrimônios da humanidade, assim designados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), cujos valores perpassam os limites de uma nação (DIAS, 2006).

Mas como é formado o patrimônio cultural de uma determinada sociedade? Como acontece a escolha dos elementos que dele farão parte? Para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2012), cada cultura define os seus referentes culturais. Os patrimônios são fruto de uma escolha, a qual é feita a partir do que as pessoas consideram mais importante e representativo da sua cultura e por melhor a representarem

simbolicamente. Desta forma, são os valores atribuídos pelas pessoas aos elementos que os tornam patrimônio ou não.

Por ter a função de rememorar fatos importantes do passado, verifica-se uma relação entre patrimônio e memória social. Pollak (1989) afirma que o patrimônio é capaz de carregar e transmitir as memórias de um passado. A memória, por sua vez, é um elemento que permite a comunicação entre o passado e o presente, bem como a conexão dos indivíduos. A transmissão das memórias e significados do patrimônio cultural de uma geração para outra estabelece elos de continuidade espaço-temporal, promovendo o sentimento de pertença, elemento básico para a construção da identidade.

Ao determinar o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos demais, a memória irá reforçar os sentimentos de pertencimento. Ela é fruto do entrelaçamento de experiências, é o que assegura que permaneçam vivos acontecimentos que marcaram um tempo, permitindo o compartilhamento de tais fatos entre os membros da comunidade. A memória coletiva é um elemento indispensável à sobrevivência da sociedade, é o que garantirá a coesão dos grupos sociais (SANTANA; SIMÕES, 2015). Pode-se ainda dizer que a memória social é dinâmica e seletiva, visto que nem tudo que é importante para um grupo fica gravado na memória e é transmitido para as próximas gerações (HALBWACHS, 1992).

Hall (2006) destaca também a forte relação entre o patrimônio e a identidade. A identidade cultural é um elemento que faz com que os indivíduos se identifiquem, estejam vinculados e se sintam pertencentes a uma cultura. É um elemento que conecta as pessoas e confere sentido ao grupo. Esta identidade, no entanto, não é geneticamente herdada, mas sim construída ao longo das nossas vivências. O autor menciona que todos fazem parte de várias culturas e a identidade cultural é formada por meio de um processo consciente de escolha de determinados significados culturais e exclusão de outros.

Para que haja a valorização de uma cultura e de seu território, é necessário que as pessoas se identifiquem com os elementos culturais e patrimoniais presentes no local. Os indivíduos já nascem inseridos em uma determinada cultura, no entanto, cabe a eles se identificarem ou não com os padrões impostos. Este processo de reconhecimento ou negação com os elementos de uma cultura ou território é o que determina a formação das identidades (LISBOA FILHO; NUNES, 2021).

Com base na mesma ideia, Williams (1979) apud Lisboa Filho e Nunes (2021, p. 163) descreve que a “identidade se dá por um processo consciente de escolha, de vinculação, porém, para defini-la, recorreremos a um determinado repertório pré-existente”. Hall (2006)

destaca que a formação de identidades se dá no âmbito social e, por ser um processo consciente, ela deve ser evocada ou resgatada por meio de diferentes ações.

A conexão entre os indivíduos e a construção da identidade se dá, muitas vezes, por meio do compartilhamento de rituais e simbologias e pela busca de um passado em comum. Desta forma, os patrimônios culturais possuem um importante papel no processo de formação de identidades coletivas e reforço do sentimento de pertença ao território (LISBOA FILHO; NUNES, 2021). Neste entendimento, considerou-se que a elaboração de um Centro Interpretativo (CI), ao abordar o patrimônio cultural, poderá contribuir para a formação e fortalecimento de identidades.

Quando os indivíduos reconhecem e se identificam com o grupo a que pertencem e há o vínculo com o seu território, o seu comportamento passa a ser diferente, no sentido de maior zelo, cuidado e valorização do patrimônio daquele local. Neste caso, o indivíduo poderá exercer a cidadania em sua plenitude (informação verbal)².

Para Hall (2006), a identificação é um processo de escolha consciente. Muitos indivíduos podem não se identificar com determinada identidade, gerando sentimentos negativos em relação à cultura ou ao local onde vivem. Desta forma, iniciativas de Educação Patrimonial podem ser trabalhadas no sentido de despertar os elementos positivos da cultura para promover a conexão e fortalecimento do indivíduo com as simbologias locais.

Hall (2006) menciona que as identidades culturais não permanecem estáticas ao longo do tempo. Devido à velocidade das transformações do mundo moderno, o passado vai ficando cada vez mais distante e os valores e as memórias acabam, muitas vezes, sendo esquecidos. Desta forma, o homem verificou, com o tempo, a necessidade de registrar suas memórias como uma forma de preservação para os tempos futuros (LE GOFF, 2013).

Assis (2015) afirma que, neste tempo de aceleradas mudanças, há a necessidade de o ser humano encontrar-se e situar-se desde cedo como integrante da sociedade. A partir disso, o autor destaca a responsabilidade de as escolas incentivarem aos alunos a importância do patrimônio cultural para a sua comunidade, incentivando a sua valorização. Estas atividades estimularão a busca de identidade desde a infância e possibilitarão que o aluno consiga ver-se como agente da história.

Le Goff (2013) reforça a preocupação com a preservação e conservação das memórias sociais e dos traços de vida comuns para as gerações futuras. Conservar as memórias é

² Palestra apresentada por Flavi Ferreira Lisboa Filho na III Jornada Interdisciplinar de Formação de Professores em Educação Patrimonial, Santa Maria, outubro de 2021.

relevante para a formação das futuras identidades. Candau (2014) corrobora a ideia defendendo a indissociabilidade entre memória e identidade, pois para garantir a busca indenitária, é necessário rememorar fatos vividos.

Le Goff (2013) menciona que a memória preservada estabelece um vínculo entre as gerações e o tempo histórico que as acompanha. Este vínculo afetivo possibilita que a população se enxergue como sujeitos da história e com o dever de preservar as suas memórias. Lemos (1981, p. 29) afirma que

Preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares.

Após a análise das concepções envolvendo o patrimônio cultural e a sua função de carregar as memórias e contribuir para a formação de identidades, pode-se verificar a importância de os seus significados e sentidos serem preservados e comunicados para os indivíduos, buscando-se que os legados culturais continuem constituindo-se como patrimônio cultural ao longo das gerações. Neste sentido, o próximo capítulo busca demonstrar como a *internet* e as novas tecnologias podem ser utilizadas para a preservação e transmissão das dimensões “invisíveis” do patrimônio, possibilitando uma compreensão dos seus reais significados.

2.2 PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO AMBIENTE VIRTUAL

A preservação do patrimônio cultural, em suas diferentes formas, é um assunto de importância em se tratando da necessidade de transmissão dos seus significados para as gerações atuais e futuras. Neste subcapítulo, será feita uma breve explanação da preservação do patrimônio cultural e como a *internet* e as mídias digitais podem ser utilizadas como forma de difusão do patrimônio e de preservação para as gerações futuras.

2.2.1 Preservação do patrimônio cultural

A preservação do patrimônio cultural é uma tendência cada vez mais presente no mundo atual. A preservação consiste em cuidar dos bens representativos da história e da

cultura dos grupos sociais; significa conservar traços da vida comum, preservar elementos dotados de valor sentimental (ARRUDA, 2005). O principal objetivo da preservação é “fortalecer a noção de pertencimento de indivíduos a uma sociedade, a um grupo ou a um lugar, contribuindo para a ampliação do exercício da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida” (IPHAN, 2012, p. 12).

Atualmente, a preservação do patrimônio está ameaçada por fatores como a modernização, crescimento das cidades, conflitos de interesse e crescimento desordenado do turismo. Há também de se falar que a preservação nem sempre é um processo harmônico, pois

As políticas de preservação se inserem num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais envolvidos na definição dos critérios de seleção, na atribuição de valores e nas práticas de proteção dos bens e manifestações culturais acauteladas. Situação determinada, entre outras causas, pelo assimétrico e desigual processo de desenvolvimento socioeconômico que, por um lado, expande o regime da grande propriedade rural e da agricultura intensiva; por outro, determina uma urbanização caracterizada por grandes concentrações metropolitanas, que estimulam o processo de especulação imobiliária, gerando a substituição de edificações e espaços sociais, a segregação de populações e a limitação do usufruto dos ambientes públicos e comunitários (IPHAN, 2014, p. 23).

Há atualmente atos administrativos do poder público que visam assegurar a preservação do patrimônio cultural, como é o caso do tombamento de bens materiais e o registro de bens imateriais. O tombamento consiste em impedir a destruição ou descaracterização de bens materiais de valor histórico, cultural, arquitetônico e afetivo à população. O tombamento em nível nacional é realizado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional (IPHAN), em nível estadual, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado ou órgão similar, e pelas administrações municipais, utilizando-se de leis próprias (BRASIL, 2006).

A salvaguarda dos bens imateriais é realizada por meio do instrumento legal denominado Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial (BRASIL, 2006). Ao serem tombados e registrados, os bens são incluídos em Livros de Tombo e Livros de Registro, respectivamente, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Livros de Tombo e Livros de Registro

(continua)

Livros de Tombo	
Nome do Livro	Bens que são incluídos
Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	Bens pertencentes às categorias de arte arqueológica, monumentos naturais, sítios e paisagens

Quadro 1 - Livros de Tombo e Livros de Registro

(conclusão)

Livros de Tombo	
Nome do Livro	Bens que são incluídos
Livro do Tombo Histórico	Bens de interesse histórico e obras de arte históricas
Livro do Tombo das Belas Artes	Obras de arte eruditas
Livro do Tombo das Artes Aplicadas	Obras incluídas na categoria das artes aplicadas
Livros de Registro	
Nome do Livro	Bens que são incluídos
Livro de Registro dos Saberes	Conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades
Livro de Registro das Celebrações	Rituais e festas que marcam a vivência coletiva
Livro de Registro das Formas de Expressão	Manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas
Livro de Registro dos Lugares	Mercados, feiras, praças e demais espaços onde se reproduzem práticas culturais coletivas

Fonte: adaptado de Brasil (2006).

No entanto, a existência de legislação voltada à preservação não é suficiente. Leite (2011) salienta a necessidade de uma comunidade consciente e disposta a preservar o seu patrimônio para enfrentar os desafios do mundo atual. Freitas (2015) também destaca a importância de os órgãos responsáveis pela preservação possibilitarem a inclusão dos atores sociais nas estratégias de preservação.

Para Freitas (2015), promover a consciência das comunidades quanto à importância da preservação e da valorização do patrimônio cultural requer cada vez mais investimentos em práticas educativas, as quais devem ser realizadas em diversos ambientes de aprendizagem, desde escolas até projetos voltados à comunidade como um todo. Podemos citar como exemplo os Centros Interpretativos do Patrimônio Cultural como iniciativas voltadas à conscientização e alfabetização cultural da população.

Neste sentido, a Educação Patrimonial consiste em um instrumento de ensino em que o patrimônio cultural é a fonte principal de conhecimento, seja ele de natureza material ou imaterial. A metodologia consiste na realização de ações voltadas à compreensão, reconhecimento e preservação do patrimônio, realizadas por meio da experiência e contato direto com as manifestações culturais. Esse conhecimento crítico sobre o patrimônio é fator primordial para estimular a valorização e o senso de preservação do patrimônio (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

A metodologia permite que os indivíduos explorem elementos culturais até mesmo desconhecidos por eles, visto que, como a cultura não é estática, muitas simbologias e manifestações culturais acabam desaparecendo ao longo dos anos. Desta forma, a Educação Patrimonial pode ser utilizada para a redescoberta de elementos culturais não mais presentes

no cotidiano das comunidades (LISBOA FILHO; NUNES, 2021). Além disso, a metodologia possibilita a leitura de diferentes traços culturais e estimula o reconhecimento e o respeito à diversidade cultural (HALL, 2006).

É relevante mencionar, no entanto, que os resultados advindos da prática da Educação Patrimonial não são imediatos e a metodologia requer esforços constantes e por um longo prazo. Também é pertinente salientar que, apesar de poder ser realizada com o público de todas as idades, quanto mais cedo a metodologia for desenvolvida, ou seja, desde os primeiros anos de idade dos indivíduos, maiores serão os resultados alcançados (FREITAS, 2015).

O mesmo autor destaca que uma boa estratégia para promoção da Educação Patrimonial, capaz de produzir resultados duradouros de comportamento, é a elaboração de ações educativas envolvendo o estímulo de sensibilidades. Por exemplo, envolver e despertar os diferentes sentidos humanos, a imaginação e a criatividade no processo educacional é um exercício a ser seguido. Uma prática educativa voltada ao patrimônio utilizando-se desta estratégia é a interpretação do patrimônio, que será abordada no próximo subcapítulo.

Para que se possam preservar bens culturais, é necessária a compreensão de como tal elemento é praticado ou utilizado, como os valores e tradições estão sendo transmitidos às novas gerações, quais são as pessoas e grupos sociais que atuam diretamente na manutenção e transmissão destas tradições, além de outros aspectos relacionados à existência dos bens culturais. O primeiro passo, portanto, é conhecer os bens culturais, identificando os principais problemas que a comunidade enfrenta para que ele permaneça vivo ao longo do tempo (IPHAN, 2012).

Um segundo passo para a preservação das memórias e sentidos consiste em registrar e documentar as informações sobre o bem cultural. Significa caracterizar uma manifestação cultural por meio da realização de entrevistas, produção de fotografias, textos, filmagens, entre outros. Este processo é importante visto que, muitas vezes, expressões culturais sofrem modificações ao longo do tempo ou, até mesmo, deixam de existir. Desta forma, manter documentadas as informações sobre o patrimônio cultural poderá servir como referência do passado para que a comunidade possa compreender o que ela é atualmente (IPHAN, 2012).

Queiroz (2017, p. 72) afirma que “a preservação busca garantir a sobrevivência de um bem material para ser acessado na sua integridade pelas gerações futuras, que lhe atribuirão novos usos e significados”. Além da preservação dos elementos físicos do patrimônio cultural, há de se acrescentar a preservação dos seus atributos imateriais, ou seja, do significado e valores atrelados ao patrimônio. A preservação e transmissão do seu aspecto

intangível para as gerações futuras é uma maneira de manter o patrimônio vivo e valorizado pelas comunidades.

Por esse motivo, optou-se, nesta dissertação, por elaborar um produto que preserve as memórias e os significados dos patrimônios culturais para as gerações futuras, promovendo a sua difusão para a comunidade local e para o turista que deseja conhecer os patrimônios presencialmente, conforme será demonstrado ao longo deste trabalho.

2.2.2 O patrimônio cultural no ambiente virtual

Nos tempos atuais, tem-se verificado que informações e conteúdos de diversas naturezas têm se tornado cada vez mais presentes no ambiente digital. Atualmente, a quantidade de informações digitais é de cerca de três milhões de vezes superior a de todos os livros já publicados até o momento. Quando se fala em informações digitais, estamos nos referindo a informações em formato de texto, vídeo, imagem, áudio e várias outras configurações (GRIMALDI; LOUREIRO; MIRANDA, 2019).

Conforme publicado no Jornal Litoral Mania (2021), nos últimos 10 anos, a quantidade de brasileiros com acesso à *internet* ultrapassou os 70%, sendo o Rio Grande do Sul o sexto estado com mais pessoas conectadas à tecnologia no país. A inovação tecnológica da atual sociedade tem possibilitado o encurtamento das distâncias e o permanente contato entre as pessoas, fazendo desaparecerem as barreiras de espaço e tempo. Diante disso, pode-se dizer que as tecnologias de informação e comunicação têm permitido um maior intercâmbio, em nível nacional e internacional, de ideias, tradições, línguas e culturas (MOREIRA; ROCHA; MARTINS, 2007).

Os últimos anos têm representado um período de fácil acesso à *internet* e às tecnologias digitais. Antes, as pessoas precisavam ir até um determinado local para acessar a *internet* em um computador, agora a rede está mais facilmente ao nosso alcance. A crescente utilização de tecnologias móveis de acesso à rede, como *tablets* e *smartphones*, bem como a disponibilidade de serviços como *internet* 3G e 4G e *internet* sem fio aberta em locais das cidades, têm oportunizado a maior conexão dos indivíduos com a rede.

Também se pode verificar uma mudança em relação à frequência de utilização da *internet*. Até pouco tempo atrás, existia um momento do dia destinado a acessar a rede e estar conectado. Atualmente, as pessoas sentem a necessidade de estarem sempre conectadas. Esta mudança está se tornando enraizada na sociedade cultural, em que as pessoas não conseguem

mais viver sem um mínimo de conexão a informações digitais (TURKLE, 1999), seja por meio da utilização de computadores, *tablets* ou, principalmente, *smartphones*.

Reis (2019) descreve a sociedade atual como aquela caracterizada pela vontade e necessidade constante de conexão com as tecnologias digitais. Vivemos constantemente conectados e utilizamos as ferramentas digitais de forma natural, existindo uma forte dependência social das informações digitais. O governo, as empresas e a comunidade como um todo dependem cada vez mais das informações digitais para a realização das suas atividades (PINTO, 2009).

Este cenário de ascensão da tecnologia digital e do crescente número de usuários acarreta uma mudança em relação à forma de registro e de comunicação das informações (GRIMALDI; LOUREIRO; MIRANDA, 2019). Como exemplo, pode-se citar a ascensão do armazenamento e divulgação das memórias relacionadas às comunidades e aos patrimônios culturais no ambiente virtual, devido à sua possibilidade de alcance de um maior número de pessoas e à maior oportunidade de preservação, principalmente pelo fato de as memórias não possuírem garantia de continuidade ao longo do tempo.

Essa estratégia dá uma nova dimensão ao patrimônio cultural, contribuindo com o processo de propagação da cultura e das memórias sociais, compartilhamento e democratização do acesso aos conhecimentos e tradições das comunidades, bem como com a identificação e o estabelecimento de vínculos da comunidade com o seu patrimônio. Ramires (2019) salienta que muitas manifestações culturais ainda são transmitidas pela oralidade, de geração para geração, e as novas tecnologias disponíveis atualmente podem ser utilizadas como uma ferramenta para a salvaguarda deste patrimônio.

Reis, Serres e Nunes (2016) explicam que a inserção do patrimônio cultural no ambiente virtual pode permitir a interação e o compartilhamento de novas informações. O autor cita o exemplo de uma fotografia de um grupo de pessoas da década de 1920 digitalizada e disponibilizada na *internet* em algum sistema que possibilite o diálogo e interação entre os usuários. A partir disso, as pessoas podem acrescentar informações sobre aquela imagem de acordo com seus conhecimentos ou experiências, como: onde a fotografia foi tirada, quem eram aquelas pessoas, que evento era aquele, entre outros. Ou seja, a inserção desta memória no meio digital permitiu o compartilhamento e o surgimento de novas informações sobre o bem em questão.

Este atual cenário de tecnologias e informações digitais contribuiu para a reformulação do conceito de patrimônio cultural, agregando a ele o termo “digital”. O patrimônio cultural

digital consiste na migração do patrimônio cultural para o *ciberespaço*; é a utilização de ferramentas tecnológicas para o armazenamento e acessibilidade das informações ao público, possibilitando, ao mesmo tempo, a sua preservação (REIS, ALBERNAZ; SILVEIRA, 2015).

O patrimônio, quando inserido no ambiente virtual, passa a ser “experimentado” por indivíduos incluídos neste contexto, gerando experiências diferentes das tradicionais (REIS; SERRES; NUNES, 2016). Também deve-se salientar que a modalidade virtual permite que os conhecimentos sobre o patrimônio estejam acessíveis a um público que, devido à distância ou custos com deslocamento, jamais possa conhecê-lo presencialmente.

Esta nova modalidade inclui práticas como a digitalização e difusão *online* de acervos, informações e discussões sobre o patrimônio cultural na *internet* e as novas formas de museu, como o museu virtual (REIS, 2019). Neste mesmo sentido, pode-se também citar os Centros Interpretativos Digitais do Patrimônio Cultural. Nesta dissertação, consideramos oportuno elaborar um Centro Interpretativo, visto que, conforme será melhor explicado em um capítulo específico, ele proporciona uma comunicação e interpretação do patrimônio cultural de forma interativa, atrativa, cativando o usuário.

Henriques (2017) cita também o exemplo do uso das redes sociais como um meio de preservação, compartilhamento e disseminação dos patrimônios culturais e das comunidades entre amigos e familiares, em tempo real. O compartilhamento destas informações gera um efeito de “viralização”, possibilitando uma maior preservação do legado cultural. Desta forma, o uso das redes sociais pode ser visto como espaços de registro e de memória.

Outro meio que pode ser utilizado com a mesma finalidade são os *websites*, os quais são definidos como um conjunto de páginas com informações reunidas e disponibilizadas ao público. Todo *website* possui um domínio para que possamos acessá-lo, que nada mais é do que o seu endereço *online*. Para acessá-lo, o usuário precisa de um programa de navegação, além de estar conectada a uma rede de *internet*.

Diante do que foi exposto neste capítulo e a partir da análise das oportunidades e benefícios da preservação e difusão do patrimônio cultural no meio virtual, optou-se por criar um Centro Interpretativo na modalidade digital. A partir da elaboração deste produto, busca-se oferecer à comunidade de Dona Francisca e a todos os interessados uma forma de fácil acesso aos conhecimentos do patrimônio local e a sua relação com a história do município e região, além de servir como uma ferramenta de *marketing* para atrair turistas a conhecer os patrimônios *in loco*.

2.3 PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO

Os legados culturais das comunidades têm sido cada vez mais utilizados como importantes atrativos turísticos. O turismo pode ser caracterizado como atividades que as pessoas realizam ao deslocarem-se a determinado local e por tempo definido com fins de lazer, negócios, entre outros (BRASIL, 2010). É crescente a busca pela realização de viagens turísticas que promovam aprendizado cultural, priorizando destinos que possam oportunizar a convivência com diversas culturas (MARTINS; VIEIRA, 2006).

A melhoria do nível de vida das pessoas, de uma forma geral, e o maior acesso à educação e à informação são fatores que contribuíram para a maior participação da cultura no segmento do turismo no final do século XX. Esta mudança aumentou consideravelmente a quantidade de destinos associados às práticas culturais, incluindo patrimônio arqueológico, monumentos, obras de arte, cidades históricas, patrimônio rural, festividades, entre outros (DIAS, 2006).

As viagens com fins culturais têm sua origem na Europa, durante o período do renascimento, quando os aristocratas se deslocavam para outros locais destinados a conhecer sítios históricos e arqueológicos. Inspirado nestas viagens, surgiu o *Grand Tour*, na Europa, que consistia em viagens realizadas por aristocratas e burgueses pelo continente europeu, os quais dedicavam seu tempo e recursos a viagens culturais com fins de obterem experiências educacionais. Neste período, a experiência conferia *status* social aos indivíduos. O *Grand Tour* é considerado o berço do Turismo Cultural (TC), em que o principal motivo da viagem é a vivência dos aspectos culturais do local (ANDRADE, 2000).

Os elementos culturais de determinado local utilizados como objetos do TC podem ser tanto as manifestações imateriais quanto materiais. Neste segundo caso, podemos destacar atrativos histórico-culturais como monumentos, igrejas, edificações e outros elementos que podem ser utilizados para atrair o turista a conhecer determinado local e a sua história.

O TC requer oferecer ao visitante experiências positivas em relação às manifestações culturais do local, permitindo a compreensão e interpretação dos seus valores e significados, de modo a estimular a valorização e preservação da cultura local (BRASIL, 2010). Isto pode ser feito por meio de iniciativas que possibilitem a interpretação do patrimônio, como é o caso dos Centros Interpretativos do patrimônio cultural, que serão abordados em outro subcapítulo.

Toda viagem turística é uma experiência cultural, visto que, ao se deslocarem para um determinado destino, os turistas vivenciam e entram em contato com aspectos culturais

diferentes do local em que habitam. No entanto, nem toda viagem turística é considerada TC, já que o que a caracteriza é a intenção de viajar com o objetivo exclusivo ou principal de conhecer novas culturas (BRASIL, 2010).

Monfort (2002) afirma que para ser caracterizado como TC, é necessária a existência de três condições: o desejo de conhecer e compreender os elementos culturais por parte dos visitantes, o consumo de um produto que tenha um significado cultural, como monumentos, trocas de ideias, teatros e, por fim, a intervenção de um mediador, de um documento escrito ou de outro instrumento que transfira os valores do bem patrimonial. A visitação de um Centro Interpretativo do patrimônio cultural, por exemplo, pode atender a um dos requisitos mencionados e caracterizar a visita como TC.

Martins e Vieira (2006) salientam que o TC possibilita a maior compreensão dos elementos culturais e a interação entre diferentes povos e culturas, e tal processo tende a enriquecer culturalmente tanto o visitante quanto a comunidade visitada. Para tornar a experiência verdadeiramente cultural, é fundamental, sobretudo, que a atividade turística envolva a comunidade como protagonista, estimule o visitante a compreender os valores e significados dos atrativos turísticos como legados culturais e a sua importância para a manutenção da identidade cultural daquele povo.

Dias (2006) afirma que o turismo sempre provoca impactos na sociedade, sejam eles ambientais, políticos, econômicos ou culturais. As interações entre os turistas e a comunidade receptora geram contatos interculturais que modificam a sociedade de alguma forma. O autor cita alguns benefícios das atividades turísticas, como: maior conhecimento das culturas locais pelos turistas, sobrevivência da cultura local em aspectos como a arte, o artesanato e a música, valorização do patrimônio histórico e cultural pela própria comunidade, que passa a olhar e apreciar de outra forma o local em que vivem e maior troca cultural entre os diferentes povos.

O envolvimento da comunidade é um pilar para o alcance de bons resultados com o TC. Ao estimular aos moradores um olhar diferenciado para o local onde vivem, estes valorizarão o território e o patrimônio local, e tal fato poderá contribuir para o estabelecimento de um importante elo de interação com o visitante. A comunidade poderá conduzir o olhar do turista e assumir o papel de interlocutora, melhorando o processo de interpretação do patrimônio (BRASIL, 2010).

Há de se falar que as atividades turísticas podem também gerar impactos negativos ao patrimônio cultural, caso não sejam devidamente planejadas. O autor cita como exemplos a falta de recursos humanos especializados, a visitação descontrolada, a imposição de novos

padrões culturais, principalmente em pequenas comunidades, em razão do contato com diferentes culturas, e o despreparo do visitante para a experiência turística. Os fatos apresentados demonstram a importância de serem realizadas ações conjuntas entre o setor do turismo e da cultura nas cidades para alcançar resultados satisfatórios com o TC (BRASIL, 2006).

As atividades turísticas realizadas no âmbito do patrimônio cultural são várias. Podemos citar visitas a comunidades tradicionais e grupos étnicos, a monumentos, a museus, a sítios históricos, arqueológicos e paleontológicos, a espaços e eventos religiosos, visitas gastronômicas, passeios a festividades, celebrações e manifestações populares, entre outros. A identificação da existência de atrativos culturais significativos que motivem as pessoas a deslocarem-se para conhecê-los é importante para o planejamento e estruturação do TC (BRASIL, 2010).

Com base nas inúmeras possibilidades apresentadas, o TC deve ser encarado como uma estratégia de valorização do patrimônio alinhada à oportunidade de desenvolvimento local. Dias (2006) menciona que, quando bem planejado, o TC pode contribuir com a geração de empregos e aumento de renda da comunidade por meio das despesas feitas pelos visitantes com atividades turísticas. Cabe aos órgãos públicos e também ao setor privado identificar as atividades econômicas que podem ser estimuladas em virtude do patrimônio daquele local (BRASIL, 2010). No entanto, este desenvolvimento deve sempre estar ligado à preservação e uso cotidiano do patrimônio, atuando no sentido de fortalecer as culturas e identidades (BRASIL, 2006).

Para que se torne possível este desenvolvimento local, é necessário que as condições de recebimento e atendimento do turista tornem a sua experiência agradável. A comunidade como um todo deve saber recebê-lo e os locais devem possuir condições de oferecer acesso às informações (DIAS, 2006). Buscando a atratividade dos produtos e serviços prestados, outro ponto interessante é que estes estejam relacionados a características do ambiente cultural, demonstrando identificação e envolvimento das empresas e da comunidade com o território (BRASIL, 2010).

Dias (2006) destaca a necessidade de investimentos para que a visita aos destinos turísticos se torne uma experiência atrativa. Isso inclui informações sobre o local a ser visitado, acesso condizente e infraestrutura adequada, incluindo lanchonetes, restaurantes, sanitários, entre outros. Os gestores devem levar em conta tais quesitos a fim de que os

visitantes possam conhecer os bens culturais, mas, ao mesmo tempo, desfrutar o período relaxante e de lazer.

Assim como as grandes metrópoles, as pequenas cidades também têm desenvolvido o turismo por meio das suas potencialidades culturais locais. Exemplo disso pode ser percebido nos municípios da Quarta Colônia, em que o turismo é uma atividade surpreendente, impulsionada, principalmente, pelas potencialidades naturais e culturais do território, como a gastronomia, a religião, a natureza, entre outros. Essas potencialidades têm sido utilizadas para a promoção do turismo e, como consequência dele, a geração de empregos e renda e a atração de novos empreendimentos para a região. Em um capítulo específico, serão apresentados os principais patrimônios culturais do município de Dona Francisca, analisando-se de que forma eles estão relacionados com o turismo local.

2.4 CENTROS INTERPRETATIVOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O patrimônio cultural é resultado de uma escolha da comunidade a que ele faz parte. É um conjunto de elementos selecionados devido ao seu valor e significado sociocultural. Para que o seu significado simbólico seja devidamente compreendido, é necessário que seja desconstruído e interpretado. Desta forma, verifica-se a Intepretação Patrimonial (IP) como um instrumento de comunicação e difusão dos significados dos patrimônios culturais.

Interpretar o patrimônio consiste no estudo e exploração em relação ao contexto e local em que ele faz parte. É um processo de adicionar valor à experiência de contato com o patrimônio, permitindo a compreensão dos seus significados por meio da realização de atividades que permitam às pessoas vivenciá-lo, despertando emoções. A interpretação consiste em valorizar e enriquecer lugares e patrimônios por meio da utilização de várias artes e tecnologias para a transmissão dos seus significados (TILDEN, 1957).

A IP surgiu nos Estados Unidos, no final do século XIX, devido à preocupação com a conservação de parques nacionais do país americano. Em 1920, Enos Mills publica o livro *Adventures of a Nature Guide and Essays in Interpretation*, considerada a primeira publicação sobre IP. No entanto, foi somente em 1957, com a publicação de *Interpreting Our Heritage*, de Freeman Tilden, que se tem uma definição formal de interpretação patrimonial: “uma atividade educativa que visa revelar significados e relacionamentos através do uso de objetos originais, através de experiências em primeira mão, e através de meios ilustrativos, em vez de simplesmente comunicar informações factuais” (TILDEN, 1957, p.8, tradução nossa).

Em um primeiro momento, os estudos de Tielden eram destinados aos parques naturais estadunidenses. No entanto, com o desenvolvimento do turismo cultural, chegou-se à conclusão, na década de 1980, de que é impossível separar o natural do cultural e do patrimonial. Assim, a interpretação passou a abranger também os quesitos culturais e patrimoniais (MOITEIRO, 2010).

Tilden (1957) afirma que a intenção da interpretação é criar uma conexão emocional entre o público e o patrimônio e promover mudanças no comportamento nos âmbitos cognitivo, comportamental e afetivo, buscando comportamentos duradouros. Baeyens (2005) menciona que interpretação deve permitir que o indivíduo explore o contexto em que o patrimônio está inserido, criando experiências atrativas. O processo deve permitir a decodificação dos elementos culturais buscando compreender os seus significados. O autor descreve que

Interpretação é um método que facilita a apresentação e o uso social do patrimônio, e que serve para providenciar material de leitura e opções para seu uso ativo, através de meios e recursos de apresentação e animação. A interpretação é baseada em elementos culturais e/ou naturais materiais ou imateriais, encontrados numa determinada localização, e que visa a promoção destes elementos nos seus contextos originais. Para este efeito, o objetivo é a restauração e preservação *in situ*, com isso conseguindo manter a contextualização dos recursos patrimoniais. Rejeitando-se assim a noção de que o objeto tem valor apenas em si, isolado do seu contexto, funções e utilizações (BAEYENS, 2005, p. 15, tradução nossa).

No processo de interpretação, é necessário que as mensagens comunicadas sejam dotadas de significado, instigantes, atrativas e relevantes, sendo capazes de transmitir novas visões sobre determinado lugar. Elas devem provocar o visitante, estimular o uso dos sentidos e o seu estado crítico, proporcionando-lhes uma experiência única (MOITEIRO, 2010). Miranda (2002) acrescenta alguns pontos importantes para que a interpretação seja eficiente, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Pontos importantes da interpretação patrimonial

Unir as partes em um todo.
Produzir sensações e emoções no público.
Ir além do mero fato da visita, contribuindo para a prevenção dos problemas sociais, ambientais e patrimoniais.
Provocar atenção, curiosidade ou interesse na audiência.
Relacionar-se com a vida cotidiana do visitante.

Fonte: Miranda (2002, p. 96)

A mensagem transmitida nem sempre será dotada de todos os aspectos descritos no quadro acima, visto que cada mensagem varia de acordo com o tipo de patrimônio, o público e o contexto em que estão inseridos. Além disso, há questões econômicas, sociais, políticas e culturais que podem influenciar o modo como o conteúdo será transmitido (MIRANDA, 2002).

Por meio da IP, Moiteiro (2010) também corrobora com a ideia de que deve-se proporcionar a revisitação do passado, relacionando-o com o presente, para que o futuro adquira maior significado. O objetivo é que a interpretação contribua para a formação de identidades e para a vinculação com o território, na medida em que os indivíduos refletirão e se apropriarão do valor simbólico e do significado dos bens culturais.

Com base nisso, Tilden (1957) estabeleceu alguns princípios norteadores do método interpretativo:

- a) a IP deve levar em conta as características do público visitante;
- b) a informação, em si, não é interpretação;
- c) a interpretação é uma combinação de artes, a qual deve ser desenvolvida com imaginação;
- d) o objetivo principal é a provocação do público;
- e) deve apresentar o todo, em vez das partes; e
- f) deve haver uma linguagem própria e diferente quando for destinada a crianças.

Chiozzini (2011) destaca que a IP é uma maneira de valorizar os destinos turísticos e os seus patrimônios, utilizando-os como um instrumento para que o visitante conheça a história e a cultura local. O desafio reside em determinar quais histórias de um local deseja-se apresentar por meio da IP. Desta forma, Carter (2001) estabelece três passos norteadores: identificar o que se deseja interpretar, determinar por que tais patrimônios merecem ser interpretados, ou seja, qual a sua importância na representação simbólica do local a que pertencem e, por fim, estudar e compreender o público.

Moiteiro (2010) salienta que vários aspectos de determinada cultura são passíveis de serem interpretados, mas nem todos serão alvo de projetos de IP. A interpretação pode ser realizada em monumentos, sítios arqueológicos, museus, centros históricos, áreas naturais, bem como pode incluir elementos imateriais, como saberes, festivais, tradições, entre outros.

Em relação às estratégias de interpretação, Beck e Cable (2002) definem que elas podem ser de caráter impessoal ou pessoal. As estratégias impessoais utilizam recursos como filmes, cartazes, painéis informativos e meios digitais interativos. Na interpretação de caráter

pessoal, há a participação de um intérprete, como é o caso das visitas guiadas, teatros e demonstrações. Este último caso traz a possibilidade da realização de diálogos entre o público e o intérprete, tornando a experiência mais interessante.

Com base nas ideias dos autores apresentadas até o momento, somado ao objetivo desta dissertação de possibilitar que a população compreenda os sentidos e a importância do patrimônio local, percebeu-se que a interpretação do patrimônio cultural é uma forma de atingir este objetivo.

Moiteiro (2010) destaca que há vários espaços destinados à interpretação do patrimônio, os quais podem ser enquadrados em quatro grupos: centros culturais especializados; centros de patrimônio *in situ*; centros interpretativos e territórios-museu. Esta dissertação possui como base de estudo os Centros Interpretativos, produto que será elaborado e disponibilizado ao público de forma virtual, oportunizando à comunidade de Dona Francisca e ao público externo a interpretação do patrimônio local.

Baeyens (2005) define Centros Interpretativos (CI) como espaços criados especificamente para a interpretação do patrimônio do local em que estão inseridos. Ao contrário dos museus, estes espaços não possuem como objetivo principal recolher, preservar e estudar os objetos expostos. A sua missão, na verdade, é conscientizar e transmitir ao público o valor simbólico e os significados atrelados aos patrimônios.

Os CIs não devem ser simples espaços de apresentação de objetos ou informações, mas devem, sobretudo, privilegiar a tecnologia, a participação e o dinamismo, incluindo vídeos, recursos audiovisuais, maquetes, fotografias, filmes e técnicas interativas para facilitar a compreensão e a interpretação do patrimônio (NAMORA, 2018). Os métodos de apresentação e interação devem permitir que o visitante observe, explore, experimente, analise, sinta e reviva o patrimônio (BAEYENS, 2005).

Baeyens (2005) descreve que os CIs podem ser considerados uma evolução dos museus tradicionais. O museu tradicional tem como objetivo colecionar, expor e preservar objetos originais. Com o tempo, o público passou a não mais se satisfazer em observar objetos expostos, que permitem apenas análises “superficiais”.

Tal fato culminou na necessidade de os museus se reinventarem e, ao longo dessas mudanças, surgiram os Centros Interpretativos, uma nova modalidade de promoção do patrimônio cultural, permitindo que o indivíduo experimente, interaja e vivencie os elementos culturais no contexto em que eles estão inseridos. Diferente dos museus, portanto, os CIs visam à transmissão dos significados, dos valores e da importância dos patrimônios como

referência à comunidade, objetivando educar e mudar o comportamento dos indivíduos em relação ao patrimônio (BAEYENS, 2005).

Além disso, os CIs não requerem a disponibilização dos objetos originais nos locais, podendo recorrer a cópias, recursos multimídias e demais formas de transmissão de conhecimentos (BINOY, 2011). Outra diferença importante é a de que os museus recorrem à transmissão de conhecimentos de maneira mais formal e tradicional, enquanto que os CIs utilizam formas que trabalham com os nossos diferentes sentidos, estimulando o nosso emocional. Por fim, os CIs remetem-se à região onde estão inseridos, enquanto que os museus não necessitam abranger, necessariamente, objetos do seu entorno (CHAUMIER; JACOBI, 2008).

Deve-se acrescentar a importância da participação da comunidade na gestão dos CIs, visto que são as pessoas detentoras do patrimônio quem melhor podem compreender e transmitir os seus significados. A comunidade local deve estar engajada desde o processo de planejamento do CI e identificação dos valores simbólicos atrelados aos patrimônios, até a participação nas atividades cotidianas da instituição, como na condução de visitas guiadas, por exemplo. Este envolvimento é capaz de criar um maior interesse e estimular vínculos da comunidade com o seu patrimônio e território, possibilitando um maior sentimento de identificação e pertencimento (VARINE, 2009).

Percebe-se, portanto, que a implementação de um Centro Interpretativo é uma boa oportunidade para estimular o reconhecimento, a interpretação, a valorização e a preservação do patrimônio cultural de um determinado local. Em muitos locais, a comunidade desconhece – ou não dá a devida importância – aos legados culturais e à sua relevância para o local, comprometendo a existência das memórias e a formação de futuras identidades.

Em alguns casos, isso se deve à inexistência de ações que oportunizem à população conhecer o real significado do seu patrimônio. Portanto, buscando oferecer condições para que a comunidade seja capaz de interpretar os sentidos e a importância do patrimônio cultural de Dona Francisca, fomos motivados a elaborar um CID do Patrimônio Cultural do município.

3 QUARTA COLÔNIA DO RIO GRANDE DO SUL E O GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA ASPIRANTE UNESCO

Neste capítulo, serão apresentadas informações sobre a formação histórica e demais características da região da Quarta Colônia e do município de Dona Francisca, local de estudo desta pesquisa. Buscamos demonstrar como os imigrantes foram responsáveis por construir o atual território e de que forma os seus legados culturais estão presentes até os dias atuais no cotidiano da população.

3.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL

A Quarta Colônia é uma região localizada no centro do estado do Rio Grande do Sul, formada em 1877, da qual fazem parte atualmente os seguintes municípios: Restinga Seca, Agudo, São João do Polêsine, Silveira Martins, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande e Dona Francisca. Abaixo, disponibilizamos a Tabela 1 de modo a apresentar a população dos municípios, de acordo com o censo de 2010, bem como a população estimada em 2021 e a área territorial.

Tabela 1 - Número de habitantes e área territorial dos municípios da Quarta Colônia

Município	População em 2010	População estimada em 2021	Área territorial (km ²)
Agudo	16.722	16.344	534,624
Dona Francisca	3.401	2.958	114,149
Faxinal do Soturno	6.672	6.651	169,514
Ivorá	2.156	1.854	122,93
Nova Palma	6.342	6.519	314,61
Pinhal Grande	4.471	4.309	478,11
Restinga Seca	15.849	15.702	968,62
São João do Polêsine	2.635	2.535	78,32
Silveira Martins	2.449	2.365	119,28

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022)

A região é marcada por uma paisagem natural, caracterizada pela riqueza da flora e fauna do bioma do Pampa Gaúcho e da Mata Atlântica. O local guarda marcas de um passado com mais de 200 milhões de anos, representado por fósseis de espécies de dinossauros e de espécies vegetais. Além disso, somam-se os fatores históricos e culturais relacionados à ocupação de diferentes grupos ao longo do tempo, que tornam a região singular (CRUZ, 2020).

Os municípios que fazem parte da região da Quarta Colônia são caracterizados por Cecchin (2019) como

Pequenos núcleos urbanos com baixa densidade demográfica, equilíbrio relativo entre população rural e urbana, com baixo grau de industrialização, com predomínio de pequenas propriedades rurais, familiares e êxodo populacional expresso pela perda de jovens, ano após ano (CECCHIN, 2019, p. 130).

O território da Quarta Colônia foi povoado por diversas etnias, principalmente imigrantes oriundos da Itália, e possui um importante patrimônio cultural material e imaterial, que representa uma herança dos imigrantes que colonizaram e residiram no local. No próximo item, explicaremos como ocorreu o processo de colonização e formação da Quarta Colônia, que deu origem à atual riqueza cultural existente no local.

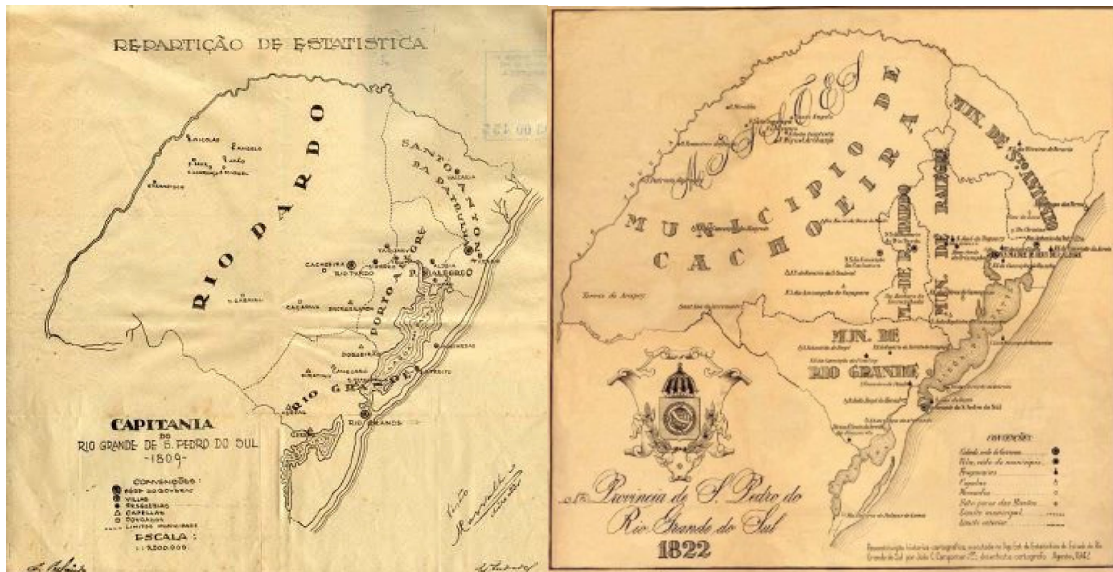
3.2 FORMAÇÃO DA QUARTA COLÔNIA

A região da Quarta Colônia começou a ser povoada por imigrantes germânicos e italianos no século XIX. No entanto, no momento da sua chegada, o local já havia sido povoado por portugueses, espanhóis, afrodescendente e descendentes das sociedades originárias. Nos municípios de Restinga Sêca, Dona Francisca e Nova Palma, encontramos também locais conhecidos como comunidades quilombolas. (CRUZ, 2020; PADOIN, 2021).

Os primeiros habitantes chegaram há milhares de anos antes dos europeus. Estas comunidades tradicionais eram desde caçadores-coletores até os indígenas, conhecidos como *Kaingangs* e *Guaranis*. Até hoje, podem ser encontradas pontas de flecha de pedra e outros objetos que nos permitem interpretar como era o seu modo de vida. Estes povos originários nos legaram a sua cultura material, em forma de patrimônio arqueológico, bem como costumes, hábitos e cultivos que sustentaram os europeus em sua colonização no território gaúcho. Estas comunidades tradicionais, mesmo que em quantidades menores, ainda se mantêm vivas e ativas na região da Quarta Colônia (SOARES, 2021).

Conforme mencionam Padoin, Bolzan e Cruz (2019), os territórios que compõem hoje os municípios, no entanto, compuseram outros espaços territoriais ao longo dos séculos XIX e XX. Em 1809, o território que hoje compreende a Quarta Colônia pertencia à Vila de Rio Pardo, sob domínio de Portugal e, em 1819, passou a fazer parte da Vila Nova de São João de Cachoeira (Figuras 1 e 2).

Figuras 1 e 2 - Mapa da Capitania do Rio Grande São Pedro de 1809 e da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul de 1822



Fonte: Gimeno (2014)

Padoin, Bolzan e Cruz (2019) esclarecem que esta distribuição espacial foi também modificada com as emancipações dos seguintes municípios, no século XIX: Alegrete, Caçapava, Santa Maria da Boca do Monte, São Sepé, Passo Fundo e Cruz Alta.

Em 1822, a independência do Brasil estabeleceu a criação de um novo estado nacional e, junto a ele, o estabelecimento de projetos de imigração europeia, os quais incluíam o sul do país. O projeto contava com a criação de pequenas propriedades destinadas à policultura, a famílias “brancas” e de agricultores da Europa (PADOIN, 2021).

Em 1824, começa a destinação das primeiras famílias europeias para o estado, tendo-se a primeira fase de imigração até meados de 1830, visto que política provocada por fatos como a abdicação de Dom Pedro I e a Revolução Farroupilha diminuíram os fluxos migratórios. No entanto, vale ressaltar que muitos imigrantes alemães vieram para participar de lutas no estado, estabelecendo-se neste território e construindo famílias. O desenvolvimento econômico da região resultante da imigração dos alemães motivou outros municípios a quererem estabelecer colônias de imigrantes europeus (PADOIN, 2021).

Motivado pelo desenvolvimento das regiões que receberam imigrantes, o município de Cachoeira criou, em 1847, uma comissão com a finalidade de instalar uma colônia em seu território. A primeira colônia - Colônia de Santo Ângelo - foi criada em 1855 pela lei Provincial de 30 de novembro de 1855. Destinada a receber imigrantes de origem germânica, a Colônia foi oficialmente instalada em 1857, pertencente ao então município de Cachoeira do Sul (KNOB, 1990).

O território da Colônia corresponde hoje aos municípios de Agudo, Paraíso do Sul e parte de Dona Francisca, São João do Polêsine e Cachoeira do Sul (WERLANG, 1995). No entanto, vale ressaltar que não vieram imigrantes apenas dos Estados Germânicos, mas também da França, da Holanda, da Bélgica, da Suíça e das Cidades Livres (KNOB, 1990).

Em seus locais de origem, os imigrantes praticavam várias profissões. No entanto, foram destinados pelo Governo Provincial a se tornarem agricultores nos lotes rurais da Colônia de Santo Ângelo, pois para serem “colonos” era necessário que se dedicassem a atividades agrícolas. Com o tempo, muitos dos imigrantes passaram a atuar em outras profissões junto à agricultura, como a carpintaria, marcenaria, comércio, entre outros (FRIEDRICH, 2015).

O desenvolvimento da Colônia de Santo Ângelo, bem como a necessidade de uma melhor administração pelo município de Cachoeira, fez com que a Colônia fosse elevada ao 1º Distrito de Cachoeira, em 1865. Em 1885, a condição de colônia passa a ser destituída e formam-se os seguintes distritos pertencentes à Cachoeira: Agudo, Paraíso do Sul, Cerro Branco e Dona Francisca (WERLANG, 1995; GIMENO, 2014, apud PADOIN, 2021, p. 76).

Sponchiado (1996) afirma que, diante do desenvolvimento econômico e da experiência de sucesso da Colônia de Santo Ângelo e de outras colônias de imigrantes italianos na província, o município de Santa Maria da Boca do Monte iniciou um projeto de imigração de europeus para estabelecerem-se em suas terras, o qual contou com a ajuda do político gaúcho Gaspar Silveira Martins.

Neste período, a população da Itália enfrentava sérias dificuldades como a fome e a miséria, devido a problemas econômicos e sociais pelos quais o país vinha passando. Diante da propaganda encantadora de colonização de terras devolutas e incultas do Império brasileiro, e não havendo mais alternativas devido às condições de vida no país europeu, os italianos decidiram migrar para o Brasil em busca de sobrevivência, deixando para trás parentes e amigos e levando consigo apenas a fé em Deus (SPONCHIADO, 1996; PICCIN, 2009).

Em relação ao procedimento de estabelecimento dos colonos nas terras, Sponchiado (1996) afirma que, em 1865, quando o país passou a necessitar de mão-de-obra para a agricultura, o governo imperial passou a ceder terras devolutas aos imigrantes colonizadores. A partir da promulgação da Lei nº 229, em 1851, o governo provincial passa a interferir no processo de colonização, estabelecendo a exploração, demarcação e medição das terras a fim de criar novas colônias com a doação de lotes aos imigrantes. Em 1854, a Lei nº 304 (Lei de

Terras) proíbe a doação de terras aos colonizadores, podendo comprar apenas quem tivesse dinheiro (SAQUET, 2003).

A chegada dos primeiros imigrantes italianos em Santa Maria da Boca do Monte começou em 1877, momento em que o Governo Geral concedeu terras ao patrimônio da cidade, dando origem ao núcleo colonial. Em 1878, o núcleo colonial de Santa Maria da Boca do Monte é elevado à categoria de colônia, passando a denominar-se Colônia Silveira Martins, em homenagem ao político que muito contribuiu para a efetivação do processo imigratório. É importante frisar-se que, no mesmo ano, antes da chegada dos italianos, estiveram na região imigrantes russo-alemães, que logo deixaram o local e não efetivaram a colonização devido a fatores como a falta de abrigo e difíceis condições climáticas do período (SPONCHIADO, 1996; PADOIN; BOLZAN; CRUZ, 2019).

A Colônia de Silveira Martins foi organizada para receber imigrantes de Vêneto, no norte da Itália, e de regiões que, no período, ainda não pertenciam ao novo estado Italiano. Silveira Martins foi a Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana criada no Rio Grande do Sul, sendo as três primeiras Conde D’Eu (Garibaldi), Dona Isabel (Bento Gonçalves) e Campo dos Bugres (Caxias do Sul), todas criadas em 1870 (PADOIN, 2021). Conforme menciona Pazuch (2019),

A ocupação da Colônia iniciou-se em outubro de 1877 em Val de Buia com a chegada de aproximadamente 100 famílias compostas por 1600 pessoas, as quais vieram de Porto Alegre subindo o Rio Jacuí até o Rio Pardo, percorrendo o restante do caminho até Silveira Martins em carros de boi. A sede provisória da Colônia foi nomeada de “Colônia de Santa Maria da Boca do Monte” por pertencer ao município de Santa Maria da Boca do Monte e seu território foi dividido em 716 lotes coloniais com 22 hectares cada um (PAZUCH, 2019, p. 3).

Bolzan (2011) explica que a colonização dos imigrantes italianos no país ocorreu em um cenário em que as políticas migratórias se motivaram pela necessidade de trazer mão-de-obra para as lavouras de café, aumento da produção agrícola e da população, substituição da mão-de-obra escrava e incremento do mundo dos negócios com a terra.

As terras da Colônia Silveira Martins foram ocupadas praticamente em sua totalidade e, em fevereiro de 1880, o diretor da Colônia encaminha um telegrama ao presidente da província pedindo que não remetesse mais imigrantes por não haver mais espaço e nem trabalho. Mesmo tendo sido suspenso o auxílio do governo à imigração no ano anterior, a imigração espontânea continuou (NARDI, 2007).

Para estabelecer os imigrantes que não cessavam a chegar, a solução foi a busca por terras nos arredores do Núcleo Silveira Martins. Com isso, as autoridades foram obrigadas a

fundar novos núcleos de colonização, tendo como sede o Núcleo de Silveira Martins. Os núcleos fundados foram: Vale Vêneto, Arroio Grande, São Marcos, Ribeirão de Achilles, Val Veronês, Soturno (atual município de Nova Palma), Núcleo Norte (atual município de Ivorá), Dona Francisca, Novo Treviso, Toropy, Jaguari e Ijuí Grande (NARDI, 2007).

Devido aos altos custos na administração da Colônia Silveira Martins, o Governo Imperial decreta a sua emancipação em 1882, delegando a responsabilidade da administração ao Governo Provincial. A Colônia passa, então, a chamar-se ex-colônia de Silveira Martins e, juridicamente, passa a ser denominada 5º Distrito de Santa Maria (SPONCHIADO, 1996). Conforme destacam Padoin, Bolzan e Cruz (2019, p. 108), “emancipar não significou a sua autonomia, no sentido de conduzirem o seu próprio destino político-administrativo, mas apenas uma forma de o Estado nacional eximir-se do seu gerenciamento direto [...]”.

Em 1886, o governo provincial desmembra as terras da ex-colônia Silveira Martins e, incluindo os seus núcleos, divide-os entre os municípios de Cachoeira do Sul, de Santa Maria e de São Martinho, esta última tornando-se, em 1891, município de Vila Rica e, em 1901, Júlio de Castilhos (BOLZAN, 2011).

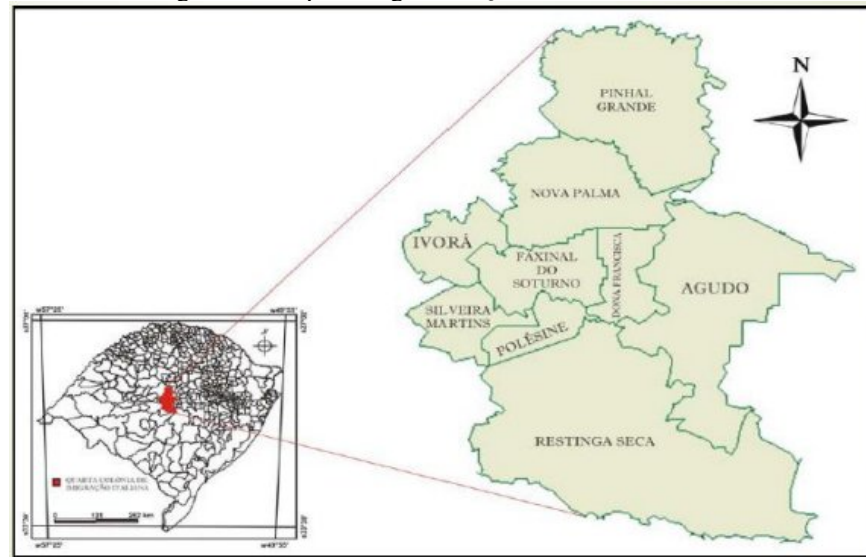
Os territórios que hoje compreendem Faxinal do Soturno, Vale Vêneto, Ribeirão, Novo Treviso, São João do Polêsine e Dona Francisca, tendo como sede esta última, passaram a constituir o 5º Distrito do Município de Cachoeira do Sul. O primeiro núcleo da colônia continua a denominar-se Silveira Martins, tornando-se o 5º Distrito de Santa Maria, juntamente com Arroio Grande. Os núcleos dos atuais municípios de Nova Palma, Ivorá e Pinhal Grande passam a pertencer a Vila Rica - atual Júlio de Castilhos (BOLZAN, 2011).

Em 1959, os núcleos de Faxinal do Soturno, São João do Polêsine e Dona Francisca se emancipam de Cachoeira do Sul, tendo Faxinal do Soturno como nova sede, ou seja, foi criado o município de Faxinal do Soturno, agregando os dois demais territórios. No mesmo ano, são formados os municípios de Agudo e Restinga Seca. Em 1960, Nova Palma emancipa-se de Júlio de Castilhos, agregando os territórios de Ivorá e parte de Pinhal Grande, que também estavam vinculados a Júlio de Castilhos. Nos próximos anos, ocorrem as seguintes emancipações: em 1965, do município de Dona Francisca; em 1992, de São João de Polêsine e Pinhal Grande e, em 1998, de Ivorá e Silveira Martins (PADOIN; BOLZAN; CRUZ, 2019). É neste período de criação de novos municípios, após a sua emancipação, que é resgatado o termo “Quarta Colônia”, por iniciativa do Padre Luiz Sponchiado.

A partir de um consórcio regional de 9 municípios, o CONDESUS, criado em 1996, buscou sua identidade a partir de sua base histórica em que parte do território pertenceu à

Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul e à Colônia de Santo Ângelo. Desta forma, os municípios de Agudo e Restinga Sêca são agregados aos demais municípios para comporem o território da Quarta Colônia (PADOIN; BOLZAN; CRUZ, 2019). A partir de então, o território da Quarta Colônia passa a ser compreendido conforme a Figura 3.

Figura 3 – Mapa da região da Quarta Colônia



Fonte: Stefanello, 2010, apud Padoin, 2021, p. 82.

Desde os anos de 1980, a região da Quarta Colônia tem sido palco de ações e projetos de valorização regional e de redescoberta das suas potencialidades. Algumas iniciativas que têm contribuído para o alcance destes objetivos serão apresentadas ao longo desta dissertação.

3.3 A NOVA VIDA DOS IMIGRANTES ITALIANOS NA COLÔNIA

Os imigrantes italianos, ao chegarem à colônia, eram estabelecidos inicialmente em chamados “barracões”, espaços onde permaneciam até que as terras fossem demarcadas e distribuídas aos colonos recém chegados. As condições em que viviam nos barracões eram precárias: alimentação limitada, assistência médica praticamente inexistente e disseminação de doenças devido à falta de higienização (SPONCHIADO, 1996).

A nova vida dos imigrantes exigiu grande esforço e dedicação para a superação das dificuldades encontradas. Vindos encantados pelas promessas feitas pelo governo imperial, depararam-se, na verdade, com uma dramática solidão, o que fez com que muitos desanimassem. O dilema, então, era vencer ou morrer. Depararam-se com mata virgem que

deveria ser por eles derrubada e com estradas muito precárias. Chegaram sozinhos, sem recursos e desamparados espiritualmente (MARCUIZZO, 2000).

Nos primeiros anos do imigrante na colônia, o governo concedia uma ajuda financeira para construção da moradia, aquisição dos instrumentos agrícolas e sementes, entre outros favores prometidos. Contudo, a partir de 1879, o governo suspendeu o auxílio em favor do imigrante (NARDI, 2007). Tal mudança trouxe sérias consequências à vida das pessoas no período inicial de estabelecimento. A única ajuda que permaneceu – e que contribuiu muito – foi o trabalho remunerado, quinze dias por mês, na construção de estradas (MANFROI, 2001).

Ao receberem os lotes de terra, os colonos deveriam construir uma casa e as primeiras lavouras. No contexto familiar, as famílias eram numerosas e os filhos trabalhavam junto aos pais na lavoura. Os homens eram responsáveis pelo trabalho na produção agrícola e no comércio e as mulheres, pela lida doméstica e cuidado com a família, principalmente a educação dos filhos (MANFIO; BENADUCE, 2017).

As moradias construídas pelos imigrantes eram casarões enormes, com telhados inclinados, geralmente de dois pisos, para abrigar todos os membros da família. As casas eram feitas de pedra ou madeira e havia sobre as portas e janelas desenhos de santos, reforçando a religiosidade italiana. Também havia grandes porões onde eram guardados alimentos e vinho e a cozinha era construída separadamente do resto da casa para reunir toda a família nas refeições (MANFIO, 2012). A Figura 4 demonstra uma casa típica de imigrantes italianos, localizada em Dona Francisca, no Parque Obaldino Benjamin Tessele.

Figura 4 – Réplica de uma casa de imigrantes italianos



Fonte: Prefeitura Municipal de Dona Francisca (2022)

Saquet (2003) menciona que o processo de colonização italiana na Quarta Colônia ocorreu em torno de igrejas e capelas, ou seja, era a partir delas que eram construídos os núcleos. A presença desses espaços e de um padre nos núcleos significava progresso para as famílias. Ao lado das igrejas, instalavam-se as casas de comercialização de compra de produtos coloniais, caracterizando as primeiras relações comerciais dos imigrantes (NARDI, 2007).

Desde a sua chegada, os imigrantes buscaram recriar seu universo por meio de uma identidade ligada à família, ao campesinato e à religião (CRUZ, 2019). A maioria dos imigrantes que chegaram eram devotos da religião católica, a qual foi um elemento fortemente presente no seu cotidiano, tornando-se um alicerce para a luta contra as dificuldades. A religião foi um amparo que encorajou os imigrantes a continuarem no Brasil e a lutarem por melhores condições de vida (PICCIN, 2009). Foi um mecanismo de aproximação e um elo de integração dos grupos imigrantes para que, juntos, superassem as barreiras encontradas. Manfroi (2001) acrescenta que, sem este alicerce, os imigrantes não teriam suportado as dificuldades encontradas, o vazio colonial e a saudade da pátria de origem.

Para expressarem a sua religiosidade, os imigrantes construíram igrejas, capelas, capitéis, grutas e monumentos. Tais construções, presentes e utilizadas para rituais religiosos até os dias atuais, eram locais onde “se encontravam para rezar, conviver, celebrar e esquecer a saudosa Pátria longínqua” (FENKER, 2016, p. 238).

De acordo com o site Blog do Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva [s.d.], nas áreas rurais, o grande ponto de atração eram as capelas. Nos domingos à tarde, a reza do terço era uma prática em substituição à missa, bem como era um evento de lazer para as pessoas. Os homens jogavam bocha e baralho, as mulheres passavam horas conversando, enquanto que as moças passeavam em grupos na expectativa de conhecerem um pretendente vindo de outra comunidade.

Os imigrantes italianos trouxeram consigo o cumprimento de obrigações religiosas que continuaram a ser passados para as próximas gerações aqui no Brasil, como a frequência às missas dominicais e o cumprimento de sacramentos obrigatórios, como batismo, primeira eucaristia, crisma, confissão, comunhão e matrimônio. Outros costumes religiosos que podemos citar são a existência de uma imagem de Nossa Senhora que circula entre as residências, o ato de rezar a Oração do Pai Nosso antes das refeições como um agradecimento ao alimento consumido e a prática diária de reunir a família para rezar o terço (MANFIO;

BENADUCE, 2017). Também temos como exemplo a construção de capitéis na beira de estradas e a tradição de benzer as casas (FENKER, 2016).

A religiosidade foi passada pelos imigrantes italianos de geração para geração e, atualmente, muitas pessoas ainda propagam tais ensinamentos recebidos, mesmo que alguns deles não sejam mais praticados diariamente. Devido à sua importância, a religião constitui-se como um dos mais importantes elementos culturais material e imaterial da Quarta Colônia, contribuindo para a construção de uma identidade cultural própria (PICCIN, 2009).

A religiosidade está presente também nas festividades, as quais, em sua maioria, são realizadas em torno deste elemento na Quarta Colônia (PICCIN, 2009). Conforme acrescenta Saquet (2003), as atividades sociais dos imigrantes, logo após a sua colonização, limitavam-se a atividades religiosas. Até os dias atuais, com a realização destas festividades religiosas, também há a inserção e valorização da gastronomia italiana. Nos eventos, são servidos almoços promovendo a valorização dos pratos típicos da região, como *cuca*, risoto, sopa de *agnoline*, salame, queijo, entre outros alimentos típicos de imigração italiana. Neste sentido, considera-se que a Quarta Colônia possui grande potencial para o desenvolvimento do turismo, tanto religioso quanto gastronômico.

De forma geral, pode-se considerar que a religião foi fator fundamental para o desenvolvimento da Quarta Colônia, pois foi um alicerce e manteve os colonizadores unidos, fazendo-os superar o impacto da nova realidade (PICCIN, 2009). Diante da presença enraizada da religiosidade nas comunidades da Quarta Colônia, ela constitui-se um importante elemento cultural que caracteriza o território e o distingue dos demais.

Além da religiosidade, o imigrante italiano trouxe em sua bagagem a extrema dedicação e empenho em relação ao trabalho. Graças ao seu árduo esforço, pouco a pouco a paisagem natural da Colônia foi desenvolvendo-se e transformando-se em uma paisagem marcada pela presença humana (NARDI, 2007).

A Colônia foi aos poucos crescendo social e economicamente e a necessidade de garantir a subsistência motivou o auto abastecimento e a variedade de produção. Como consequência, surgiram nas propriedades espaços organizados para o cultivo de diferentes produtos. No entanto, o trabalho de produção da terra passou a não ser mais suficiente para satisfazer as necessidades de sobrevivência dos colonos, passando estes a depender de outros meios, como a comercialização de produtos coloniais e artesanais (NARDI, 2007).

O cenário econômico e social da Colônia continuava prosperando e a agricultura atingiu excelentes níveis de produção e diversificação. Para acompanhar este crescimento, foi

necessário o surgimento de pequenas indústrias para a construção de implementos básicos às atividades agrícolas, como machados, serrotes e enxadas. Não demorou para essas indústrias começarem a diversificar a sua área de atuação, passando também a atuar na área de cutelaria (indústria de facas), beneficiamento de arroz, madeira e a industrialização de implementos agrícolas (NARDI, 2007).

A preservação do espaço vivenciado pelos imigrantes pode ser verificada nos dias atuais por meio dos modos de vida, da gastronomia, do artesanato, da religiosidade, da língua e das festividades que foram trazidos pelos imigrantes e são presentes até os dias atuais. Não há de se duvidar que os italianos e seus descendentes construíram na região uma reprodução da sua pátria de origem. No entanto, isto só foi possível devido à identidade e ao sentimento de pertença deste povo com o universo italiano, elementos que foram fundamentais para a manutenção da cultura italiana na região (MANFIO; BENADUCE, 2017).

Muito se falou até o momento sobre a presença dos legados culturais trazidos e construídos pelos colonizadores italianos no cotidiano da Quarta Colônia, visto que a sua ocupação foi majoritária. No entanto, não podemos deixar de frisar que o atual território da Quarta Colônia – principalmente após a inclusão dos municípios de Agudo e Restinga Seca – apresenta legados de várias descendências, os quais são responsáveis pela atual diversidade cultural da região.

Atualmente, a região empreende alguns esforços para implementar ações e projetos que promovam a preservação dos legados materiais e imateriais construídos pelos diferentes povos que aqui habitaram. Reconhece-se que estas são importantes iniciativas que serão capazes de manter a identidade do território e estimular o sentimento de pertença das comunidades.

3.4 GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA ASPIRANTE UNESCO

Antes de falarmos sobre o Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO, devemos começar do momento em que surgiram, na região, ações que deram origem, posteriormente, a este projeto. No início dos anos 1990, de iniciativa do senhor José Itaquí, secretário municipal de Silveira Martins, iniciou-se um importante projeto pioneiro de Educação Patrimonial, buscando a promoção do conhecimento histórico e a valorização da história local e regional da Quarta Colônia. Alinhado a este projeto, já vinha ocorrendo a atuação de dois sacerdotes ao encontro dos mesmos objetivos: Padre Luiz Sponchiado, com a organização do Centro de

Pesquisas Genealógicas da imigração italiana da Quarta Colônia, e Padre Clementino Marcuzzo, com a divulgação da cultura ítalo-brasileira (PADOIN, BOLZAN, CRUZ, 2019).

Com o Projeto Identidade (PROI), a iniciativa de Itaqui estava voltada a uma perspectiva de valorização da identidade e do patrimônio de Silveira Martins, buscando rememorar o passado histórico dos moradores. O projeto contou com a participação de professores e alunos das escolas de Silveira Martins, trabalhando na perspectiva de Educação Patrimonial (CRUZ, 2020).

Cruz (2020) destaca que a realização do projeto e a participação dos professores e alunos foi importante para a formação de uma consciência cultural e estes últimos, por sua vez, foram grandes promotores da ideia de valorização do patrimônio e da identidade local, servindo de “pontes” entre o projeto e a comunidade. Cruz (2020, p. 182) acredita que “o projeto foi o responsável por lançar as bases do desenvolvimento sustentável da comunidade”. O autor ainda acrescenta a sua relevância no sentido de contribuir para a criação e fortalecimento de uma identidade para o novo município, que há pouco havia se desvinculado de Santa Maria.

Diante do êxito do projeto, foi criado o Projeto Regional de Educação Patrimonial (PREP), sendo desenvolvido em todos os municípios da Quarta Colônia, incluindo Agudo e Restinga Seca, entre os anos de 1993 e 1997. O projeto contou com seis programas semestrais de Educação Patrimonial, em que cada semestre trabalhava-se uma temática específica. O objetivo principal do PREP era fortalecer o sentido de regionalidade, difundindo a importância da Quarta Colônia na formação da identidade cultural da região (CRUZ, 2020).

Em 1995, é criado o Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (Prodesus), em que os nove municípios fizeram parte, com sede em São João do Polêsine. Conforme menciona Padoin (2021, p. 85), o projeto “visava promover o desenvolvimento de forma equilibrada em relação à preservação do meio ambiente e da cultura, de forma sustentável enquanto patrimônio da comunidade regional”.

Para a execução desta política de desenvolvimento sustentável, foi criado, em 1995, o CONDESUS, uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade de atuar articuladamente com os poderes públicos, de modo a promover o fortalecimento e integração dos municípios (CRUZ, 2020). O CONDESUS passa também a incluir à denominada Quarta Colônia os municípios de Restinga Seca e Agudo, tendo em vista que o seu território e processo de formação histórica estão relacionados aos demais municípios que compõem a região (PADOIN, BOLZAN, CRUZ, 2019).

A Assembleia Geral, órgão máximo de gestão do CONDESUS, é composto por prefeitos dos nove municípios e seus vices como suplentes. O Consórcio conta também com o Conselho Fiscal, Secretaria Executiva, Câmaras Setoriais e Controle Interno. Quanto aos seus objetivos e atuação, Cruz (2020) acrescenta que

O CONDESUS Quarta Colônia [...] possui potencial de auxiliar em ações que visem a manutenção da cultura e da identidade regional, além de ser uma entidade com potencial político e econômico, capaz de congregiar forças para alavancar o desenvolvimento dos municípios que fazem parte do Consórcio, em um único bloco (CRUZ, 2020, p. 181).

O autor destaca que o CONDESUS Quarta Colônia atua no sentido de unificar o território em torno de um ideal em comum, cujos municípios pertencentes possuem um passado e um presente que os aproxima e os identifica. O Consórcio deve estimular sentimento de identificação, coesão e coletividade entre os indivíduos, conectando-os com a região a que pertencem, fazendo surgir e permear o sentimento de pertença ao território da Quarta colônia. Também cabe ao CONDESUS promover a integração aliada à busca de uma identidade comum entre todos os grupos que compõem a diversidade cultural da Quarta Colônia.

O Consórcio objetiva também promover ações políticas que busquem o desenvolvimento social e cultural, o fortalecimento da diversidade cultural, do passado histórico e da gastronomia. Somado a isso, o intuito é a articulação e cooperação dos nove municípios para alavancar o desenvolvimento sustentável por meio de uma Gestão Integrada do Território³. (ITAQUI, 2018, apud CRUZ, 2020, p. 187).

Nos últimos anos, têm sido realizados projetos e iniciativas visando dar projeção à região da Quarta Colônia como um território que possui uma identidade regional com características próprias, valorizando seu potencial para alavancar o próprio crescimento. Com base nos objetivos do CONDESUS voltados ao desenvolvimento sustentável e à gestão integrada do território, em iniciativa conjunta da UFSM, é criado, em 2018, o projeto do Geoparque Quarta Colônia, cujo termo de cooperação foi assinado pelas duas instituições.

Para falarmos do Geoparque Quarta Colônia, é importante começarmos com a compreensão do conceito de Geoparque. Os Geoparques são territórios reconhecidos pela

³ Motta e Nunes (2015) explicam que a Gestão Integrada do Território (GIT) consiste em uma evolução do conceito de desenvolvimento sustentável, que possui como base os aspectos econômico, ambiental e social. A GIT incorpora uma variável fundamental: a cultura. Consiste, então, em um novo modelo de gestão dos territórios, promovendo a diversidade e a integração cultural ao equilíbrio da geração de riquezas, à qualidade de vida e à manutenção dos recursos naturais.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) devido aos seus atributos geológicos e paleontológicos extraordinários, além de apresentarem importância cultural, histórica, arqueológica, científica e paisagística (BRASIL, 2010).

Castro, Fernandes e Firmino (2016) acrescentam que, para receber a certificação de Geoparque pela UNESCO, o território deve demonstrar a utilização do patrimônio para a promoção do desenvolvimento sustentável da comunidade local - tanto econômico quanto social. O território deve proporcionar a melhoria das condições de vida da comunidade, o desenvolvimento de serviços e produtos locais e a criação de novas oportunidades de emprego.

Um Geoparque deve promover a integração de todos os aspectos do patrimônio daquela região, ou seja, aspectos geológicos, culturais e naturais. Desta forma, a promoção do patrimônio cultural com o objetivo de reconectar as pessoas com o mundo à sua volta, estabelecendo o sentimento de pertença e identificação com a cultura local, é uma estratégia que vai ao encontro dos objetivos de um Geoparque no que tange ao patrimônio cultural (GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA, 2021).

Lisboa Filho (2022) acrescenta que, para receber tal certificação, o território deve ter constituído um forte programa educativo vinculado ao Geoparque que dê base para o desenvolvimento sustentável em questão. Este programa deve promover a valorização das tradições, da memória e do vínculo com o local em que a comunidade está inserida, conscientizando-a sobre a importância da preservação do patrimônio local.

Atualmente, há 177 Geoparques Mundiais da UNESCO, distribuídos em 46 países, sendo 3 localizados no Brasil (NASCIMENTO, 2022). Para receber o certificado de Geoparque pela UNESCO, o pedido deve passar necessariamente pelas três fases distintas (GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA, 2021):

- a) projeto: nesta fase, o Geoparque é apenas uma proposta, momento em que o território realiza pequenas iniciativas e articulações;
- b) aspirante: na segunda fase, o projeto de Geoparque é enviado do Itamaraty para a UNESCO para que esta fique ciente da existência e das propostas do projeto. Após esta etapa, é concedido o reconhecimento de Aspirante a Geoparque.
- c) selo Geoparque: nesta última fase, é elaborado um dossiê de candidatura do Geoparque à UNESCO e, então, um avaliador da Organização visita o território para conceder ou não a certificação de Geoparque.

A propositura do Geoparque Quarta Colônia está como Aspirante UNESCO e a submissão do dossiê já foi realizada. Em outubro de 2022, dois avaliadores estiveram no território para verificação *in loco* e, no mês de dezembro do mesmo ano, o relatório da missão será apreciado pelo Conselho Mundial de Geoparques

A partir do entendimento em relação aos Geoparques da UNESCO, podemos adentrar no Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO. Desde 2018, em parceria com o CONDESUS, a Pró-Reitoria de Extensão da UFSM vem realizando atividades e projetos no sentido de o território contemplar os requisitos para ser reconhecido como um Geoparque pela UNESCO. As entidades buscam a articulação entre poder público, empresas privadas, educação, universidade e a própria comunidade local para a busca do desenvolvimento regional, com base nas potencialidades de cada município.

Lisboa Filho (2022) explica que, para receber a certificação de Geoparque, devem existir dois elementos essenciais: a singularidade geomorfológica/geológica/paleontológica do território e uma estratégia sólida de desenvolvimento regional sustentável. O primeiro elemento já existe na região da Quarta Colônia, em razão da ocorrência de fósseis de origem animal e vegetal de alto valor científico (CECCHIN, 2019). O segundo elemento vem sendo trabalhado com o auxílio da extensão universitária, por meio da valorização das populações tradicionais, da cultura local e do patrimônio presente na região (LISBOA FILHO, 2022).

Cruz (2020) afirma que o Projeto pode ser considerado um bom exemplo de Gestão Integrada do Território, visto que promoverá o fortalecimento das identidades culturais, o crescimento econômico por meio de investimentos empresariais e a proteção do patrimônio cultural, natural, geológico, paleontológico e arqueológico. Além disso, oportunizará o desenvolvimento econômico e social sustentável dos pequenos produtores rurais e das agroindústrias da região, o fortalecimento do turismo, da gastronomia local e do comércio local como um todo.

Lisboa Filho (2022) também salienta a questão identitária como estratégia do Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO. Quando não há vinculação do indivíduo com o território em que está inserido, ocorre a perda de muitos traços culturais ao longo das gerações. Além disso, o próprio patrimônio cultural e natural acaba se deteriorando, visto que, não havendo identificação com o local, a tendência é de não haver preocupação com o zelo e o cuidado do que rodeia o indivíduo. O autor acrescenta que trabalhar com o patrimônio local é essencial para o fortalecimento dos vínculos entre a comunidade e o território e a consequente criação de identidades coletivas.

Lisboa Filho (2022) defende que as estratégias do Geoparque têm como premissa

A fixação e a identificação das gerações mais novas com o patrimônio e a cultura local. Daí, segue-se a geração de renda e a prosperidade dos negócios locais, influenciados pela atração dos turistas, que buscam uma alternativa para visitação de baixo impacto e que está preocupada com a preservação local (LISBOA FILHO, 2022, p. 47).

Para o alcance dos objetivos mencionados, várias ações vêm sendo realizadas desde 2018, priorizando o envolvimento efetivo da comunidade local. Algumas iniciativas divulgadas no Relatório de Atividades do Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO são listadas a seguir:

- a) projetos de formação de professores em Educação Patrimonial;
- b) realização de encontros de sensibilização e motivação da comunidade para a implementação de um Geoparque;
- c) realização do evento “Paleodia”, na sede do Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica da Quarta Colônia, com atividades como mostra paleontológica, gastronomia da Quarta Colônia, oficinas envolvendo a fauna e a flora, feira com exposição e venda de produtos artesanais e alimentícios com identidade local, entre outros;
- d) publicação de materiais (livros, cartilhas, entre outros) sobre as memórias locais e os patrimônios cultural, natural e paleontológico;
- e) iniciativas museológicas visando a difusão do patrimônio paleontológico;
- f) atividades práticas de Educação Patrimonial com alunos das escolas municipais e estaduais;
- g) atividades voltadas ao geoturismo, bem como ao turismo rural, cultural e religioso;
- h) encontros e outras iniciativas voltadas à valorização dos produtos locais, dentre eles os com identidade local;
- i) publicação de guias turísticos e mapas geoturísticos da Quarta Colônia;
- j) reuniões do Conselho Gestor e das Comissões do Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO, os quais contam com a participação ativa da comunidade, de modo a pensar-se nas demandas locais e na estratégias a serem adotadas.

Em relação às Comissões mencionadas, no ano de 2020, foram criadas três, que desde então vêm atuando nas comunidades: Comissão de Turismo e Meio Ambiente; Comissão de Educação, Cultura e Comunicação e Comissão de Negócios e Renda. A primeira reúne atores da comunidade envolvidos na oferta de produtos e serviços de turismo e lazer aos visitantes e

moradores do território. A Comissão de Educação, Cultura e Comunicação reúne atores envolvidos na Educação Patrimonial (formal e não formal), em questões culturais e de divulgação do Geoparque. A Comissão de Negócios e Renda reúne atores relacionados à oferta de produtos e serviços dentro do território com geração de renda, como agricultura, agroindústrias, artesanato, ente outros.

Cruz (2020) enfatiza que os objetivos do Geoparque Quarta Colônia estão alicerçados na valorização do patrimônio histórico-cultural e ambiental do território. Desta forma, a Educação Patrimonial, tanto formal quanto não formal, tem sido uma iniciativa indispensável para a sensibilização da comunidade quanto à importância do patrimônio e, conseqüentemente, para contribuir com a implementação do Geoparque.

Com base no que foi exposto até o momento, foi identificada a importante oportunidade de ser proposto um Centro Interpretativo Digital do Patrimônio Cultural de Dona Francisca de modo a contribuir com os objetivos do Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO. Isso devido ao fato de o CID poder promover a sensibilização, preservação e valorização do patrimônio local, estimulando a criação de um vínculo afetivo da comunidade com o local em que está inserida, além de incentivar o turismo local.

4 METODOLOGIA

No que tange aos procedimentos metodológicos, a pesquisa possui natureza qualitativa. Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva.

A elaboração deste produto contou com as seguintes etapas: realização de um prévio levantamento dos patrimônios da região urbana de Dona Francisca com valor histórico e cultural; pesquisa, junto à comunidade, para delimitação dos patrimônios que passariam a compor o CID; levantamento bibliográfico da formação de Dona Francisca e região até os dias atuais, bem como do processo de origem e a história dos patrimônios delimitados; realização de entrevistas para identificação da importância, dos significados e do valor associado aos patrimônios e, por último, organização das informações a serem disponibilizadas de forma interpretada no CID.

O levantamento dos patrimônios culturais da zona urbana de Dona Francisca foi realizado com base nos conhecimentos da pesquisadora sobre o município, já que lá viveu até os seus 17 anos de idade. Para isso, foi realizado um levantamento *in loco* dos bens existentes. A pesquisa restringiu-se aos patrimônios da área urbana por estes serem os mais conhecidos pela população. Foram levantados os bens considerados com representatividade histórica e cultural, totalizando 18 patrimônios.

Os patrimônios culturais levantados foram: Igreja São José, Igreja Adventista do Sétimo Dia, Parque Histórico Obaldino Benjamin Tessele, Antiga Escola São Carlos, Rio Jacuí e Porto, Morro Santo Antônio, Parque do Tobogã e Teleférico, Casa de Cultura Umberto Cassol (Cine São Luiz), Cruzes Iluminadas Pe. Manoel e Coroinha Adílio Daronch, Monumento Coroinha Adílio Daronch, Monumento Nossa Senhora dos Navegantes, Estádio Municipal Colosso do Jacuí, Galpão Crioulo, Praça Padre José Iop, Hospital Rainha dos Apóstolos, Salão Paroquial, Clube Franciscano e Escola Maria Ilha Baisch.

Nos últimos anos, tem-se verificado a realização de diversas iniciativas relacionadas às potencialidades culturais e naturais dos municípios da Quarta Colônia. Uma delas é o estudo realizado pelo pesquisador Dilson Nicoloso Cecchin que, em sua tese de doutorado, realizou a identificação de bens imóveis rurais como locais de interesse patrimonial dos municípios da Quarta Colônia, aptos a integrarem roteiros geoturísticos. “São locais com possibilidades e oportunidades à gestão e à interpretação dos seus recursos naturais e culturais em projetos de geoturismo” (CECCHIN, 2019, p. 36).

Dentre os diferentes elementos com riqueza patrimonial, Cecchin (2019) focou a sua análise nas construções de valor arquitetônico e histórico. A partir disso, no município de Dona Francisca, foram inventariados 114 bens culturais imóveis, sendo 32 localizados na zona rural e 82 na zona urbana. Devido à grande quantidade de bens inventariados na Quarta Colônia, Cecchin (2019) considerou como objeto de estudo apenas os bens localizados no meio rural. Desta forma, esta pesquisa de mestrado complementou o estudo realizado, voltando-se, entretanto, apenas aos valores histórico e cultural dos elementos presentes na zona urbana.

Voltando ao presente estudo, a partir do levantamento dos 18 bens, foi realizada uma pesquisa com a comunidade a fim de serem delimitados os patrimônios que fariam parte do CID. Considerou-se que 8 patrimônios seria a quantidade mais adequada para compor inicialmente o CID, pois assim seria possível escrever sobre uma quantidade significativa de patrimônios e, ao mesmo tempo, dar a devida ênfase a cada um deles. A pesquisa de delimitação foi realizada por meio da aplicação de questionários, em que foram abordados 37 moradores do município em diferentes pontos do comércio local.

A condutora da pesquisa apresentou brevemente o objetivo da pesquisa e como o questionário deveria ser respondido pelo pesquisado. Dentre a lista de 18 patrimônios, o respondente deveria escolher 8 os quais considera mais importante histórica e culturalmente para o município de Dona Francisca. Após a delimitação, o respondente deveria classificar os patrimônios de 1 a 8 em ordem de importância, sendo 8 para o mais importante e 1 para o menos importante.

Após a aplicação dos questionários, foi feita a soma das notas de cada patrimônio e, a partir disso, foram selecionados os oito bens com maiores notas. Os resultados são demonstrados na Tabela 2.

Tabela 2 – Nota total de cada patrimônio em pesquisa realizada

Patrimônio Cultural	Nota total
Igreja Matriz São José	221
Antiga Escola São Carlos	152
Parque Histórico Obaldino Tessele	142
Porto do Rio Jacuí	127
Praça José Iop	105
Casa de Cultura Umberto Cassol	89
Morro Santo Antônio	86
Hospital Rainha dos Apóstolos	83

Fonte: elaborado pela autora (2022)

A próxima etapa da pesquisa consistiu em realizar um levantamento bibliográfico da formação de Dona Francisca e região até os dias atuais. Além disso, realizou-se uma pesquisa

bibliográfica dos patrimônios delimitados, bem como entrevistas com pessoas da comunidade para se identificar como foram originados os patrimônios, a sua representatividade na história da comunidade local e os valores simbólicos a que estão atrelados.

As entrevistas foram realizadas com pessoas da comunidade reconhecidas pelo seu notório conhecimento sobre a história do município. As pessoas entrevistadas foram Ricardo Vicente Zimmer, Elizabete Marim e um morador de Dona Francisca que preferiu não ser identificado, o qual chamaremos de João. Em relação à Escola São Carlos, utilizaram-se informações obtidas em entrevistas realizadas em 2021 com Luciano Chelotti, Irmã Édina Meneghetti e duas pessoas que desejaram manter-se anônimas, as quais chamaremos de Maria e Ana.

A entrevista foi semiestruturada, visto que contou com um roteiro pré-definido de perguntas, mas ao longo da conversa, foram feitos novos questionamentos, conforme a necessidade. Além disso, a forma de questionamento foi adaptada conforme a idade e o grau de instrução dos entrevistados. As entrevistas basearam-se nas seguintes perguntas: você sabe informar qual é a importância deste patrimônio? Você já teve experiências relacionadas a este patrimônio que possam denotar a sua importância? Como o desenvolvimento de Dona Francisca, bem como parte dos principais patrimônios culturais delimitados estão relacionados à religiosidade, também se questionou se o entrevistado saberia informar como a religiosidade esteve presente na vida dos seus antepassados e dos imigrantes e porque era – e ainda é - um elemento importante.

A pesquisa foi realizada face a face, presencialmente, no dia 22 de abril de 2022, observando-se os protocolos sanitários vigentes em virtude do COVID-19. As entrevistas sobre a Escola São Carlos foram realizadas em 2021 para serem utilizadas em um trabalho da disciplina Pré-História da Quarta Colônia.

Para a elaboração do *website* do CID, a condutora da pesquisa consultou empresas especializadas no serviço, bem como contatou vários docentes da UFSM de cursos como Ciência da Computação e Sistemas de Informação para verificar a possibilidade de contribuírem com a elaboração do produto.

Após vários contatos, foi analisada a melhor opção disponível tendo em vista o custo-benefício. Foi realizado, então, um acordo com o professor Joaquim Assunção, em que a elaboração do *website* seria realizada por alunos de graduação matriculados na disciplina Projeto de Software I, ofertada aos cursos de Ciência da Computação e Sistemas de Informação da UFSM.

A disciplina, que foi ofertada no primeiro semestre letivo de 2022 e é lecionada pelos professores Joaquim Assunção e Daniel Welfer, é voltada ao desenvolvimento de *Softwares*. A turma foi dividida em grupos, sendo um deles composto por três alunos, em que cada um elaborou um *website*, de acordo com a proposta a eles apresentada. No final do semestre, em agosto, a mestranda escolheu aquele site que mais se adequava aos objetivos desta dissertação para ser posto para funcionamento. No decorrer dos próximos meses, o *website* precisou passar por alterações, conforme novas necessidades de melhorias foram surgindo. A construção do CID foi finalizada no mês de novembro.

O *website* foi desenvolvido pelo acadêmico Fábio Correa Costa Junior, utilizando-se o sistema *Worpress*. O *website* possui um custo anual de R\$ 40,00 para a manutenção do domínio e de R\$ 140,00 para a sua hospedagem. A organização dos materiais a serem disponibilizados no CID foi feita pela pesquisadora. A construção do layout do *website* contou com o auxílio de Luciomar de Carvalho, Pós-Doutorando em Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM.

Utilizaram-se no *website* fotografias sob guarda da Secretaria da Cultura, Turismo e Desporto do Município de Dona Francisca, a qual foram digitalizadas. Também foram utilizadas fotografias capturadas pela pesquisadora e por demais pessoas, entre eles Ricardo Vicente Zimmer, Franciele Tessel Segabinazzi e os profissionais da área Rafael Happke, Elenara Costa, Eduardo Osmari Pegoraro e Jorge Francisco de Mello.

Em relação aos vídeos, alguns foram gravados pela autora deste trabalho e outros foram editados a partir de vídeos já disponíveis na Plataforma YouTube, mencionando-se os créditos após a autorização dos seus produtores. Os vídeos foram disponibilizados em um canal da referida plataforma, criado especialmente para este fim (Canal Patrimônio Cultural de Dona Francisca).

As informações foram organizadas para serem disponibilizadas no *website* utilizando-se os princípios da IP. Para isso, buscou-se utilizar uma linguagem interativa e, na medida do possível, informal, de modo a cativar o usuário à leitura e a instigar o seu interesse em conhecer os assuntos abordados. Junto aos conteúdos, também utilizaram-se ilustrações e, em alguns casos, vídeos do referido patrimônio, de modo a oportunizar uma análise sob uma perspectiva diferente daquela oferecida pelas fotografias.

Buscou-se a utilização do mínimo de volume textual possível na página inicial de cada patrimônio, intercalando com a utilização de imagens, ilustrações e vídeos, a fim de tornar a leitura mais dinâmica. Foram disponibilizadas apenas as informações principais e mais

interessantes sobre cada assunto, de modo a não causar desinteresse ou exaustão no leitor ao deparar-se com muitas informações em uma mesma página. Assim, se o leitor desejar saber mais sobre determinado assunto, ele poderá clicar na opção “saiba mais”.

A partir do *website* já finalizado, a próxima etapa será a sua divulgação à comunidade local e externa, a qual será realizada nas redes sociais e em pontos específicos do município.

5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste item, serão apresentadas as informações coletadas e análises feitas em relação à construção histórica de Dona Francisca, bem como em relação aos patrimônios culturais da região urbana do município que estão disponíveis no CID do Patrimônio Cultural de Dona Francisca. Começaremos com a apresentação de informações do município e, posteriormente, passaremos a abordar os patrimônios culturais pesquisados, fazendo-se uma análise da sua importância e representatividade para a comunidade, com base no contexto em que estão inseridos.

5.1 MUNICÍPIO DE DONA FRANCISCA

Neste item, faremos uma descrição do município de Dona Francisca, *locus* desta pesquisa, apresentando características gerais, o seu processo de formação e outras informações que foram importantes para a análise da importância dos patrimônios culturais delimitados.

5.1.1 Caracterização geral do município

Dona Francisca é um município localizado na Quarta Colônia do Rio Grande do Sul, no centro do estado. Conta com uma área total de 114,149 km², sendo o segundo município da Quarta Colônia com menor área territorial. Faz divisa com Agudo, Restinga Seca, Faxinal do Soturno, São João do Polêsine e Nova Palma. Em 2010, contava com uma população de 3.401 habitantes, de acordo com senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo 1.255 residentes da zona rural e 2.146 da zona urbana. No ano de 2021, o IBGE estimou uma população de 2.958 habitantes, os quais são descendentes de alemães, italianos, africanos, portugueses e indígenas (IBGE, 2022.). O município possui um relevo basicamente de dois tipos: encostas e várzeas. A vegetação caracteriza-se como pequenas extensões de campos limpos e de matas ciliares (GROFF, 2016).

O município de Dona Francisca é banhado pelas águas do Rio Jacuí. A proximidade do com o Rio originou o carinhoso apelido ao município de “namorada do Rio Jacuí”, constituindo-se como um dos principais patrimônios da cidade. Ele é de vital importância e, para Dona Francisca e diversos municípios por onde passa, suas águas são utilizadas para a pesca, lazer, fornecimento de energia, abastecimento de água e irrigação de lavouras,

proporcionando o desenvolvimento da economia local e o sustento de inúmeras famílias franciscanas⁴.

A base econômica do município é a produção agrícola, tendo como principal cultura o arroz, cultivado em áreas planas, em várzeas ao longo das margens do Rio Jacuí. Também há a produção de fumo, soja, milho e feijão nas áreas de encosta, bem como a produção de leite e pecuária. Há predomínio de pequenas propriedades, a sua maioria na zona rural, e a mão-de-obra utilizada é basicamente a familiar. Nas últimas décadas, tem-se presenciado a diversificação das atividades como, por exemplo, com o desenvolvimento da hortifruticultura, agroindústrias caseiras, piscicultura e apicultura (GROFF, 2016).

Em relação às riquezas ambientais do município, pode-se destacar também a presença do sítio paleontológico. Nele são encontrados importantes fósseis datados do período Triássico Médio, entre 245 milhões a 228 milhões de anos atrás. Tais achados projetam o município em nível nacional e mundial, visto a idade e o excelente estado de conservação dos fósseis (VENDRUSCULO, 2010). Em 2010, por exemplo, foi encontrado no local um esqueleto quase completo da espécie *Prestosuchus Chiniquensis*, que pertence ao grupo dos tecodontes, ancestrais dos dinossauros (THENÓRIO, 2010).

A religião é um elemento fortemente presente no município, conforme será abordado ao longo deste trabalho. Os imigrantes trouxeram consigo a forte fé em Deus e a religiosidade foi um elemento essencial para que superassem as dificuldades aqui encontradas. A religiosidade, por ser um aspecto necessário na vida dos colonizadores, foi passada de geração para geração e ainda é muito importante e presente na vida dos moradores franciscanos, verificando-se a predominância da religião católica (FENKER, 2016).

Os padroeiros do município são Nossa Senhora dos Navegantes, devido ao Rio Jacuí e à navegação que existiu em Dona Francisca por muito tempo, além de São José, escolhido como padroeiro por Manoel José Gonçalves Mostardeiro (FENKER, 2016).

Boa parte dos eventos do município está relacionada à religiosidade, tornando o turismo religioso⁵ uma forte característica local. Os principais eventos são a Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, padroeira de Dona Francisca, e a Romaria dos Beatos

⁴ “Franciscano” é a maneira como a comunidade de Dona Francisca se autodenomina, embora o gentílico definido pelo IBGE seja “francisquense”.

⁵ Loro e Coelho (2010) definem o turismo religioso como o deslocamento dos indivíduos com a intenção de vivenciar rituais religiosos, visitar locais sagrados ou prestar homenagem ao seu santo de devoção. Os autores acrescentam que, mesmo que a razão de existência deste tipo de turismo seja a religião, é comum os eventos atraírem visitantes que estão em busca apenas de lazer e da gastronomia.

Mártires - o município é a terra natal do Beato Mártir da Fé Coroinha Adílio Daronch, primeiro coroinha beatificado no mundo, em 2007 (CRUZ *et al.* 2019).

Na zona urbana do município, os eventos ou festas religiosas são, na sua grande maioria, voltados à religião católica, enquanto que os eventos religiosos da religião evangélica, por exemplo, têm sua prevalência nas localidades da zona rural colonizadas por imigrantes alemães.

5.1.2 Formação do município de Dona Francisca

Conforme mencionado anteriormente, os territórios dos municípios atuais da Quarta Colônia compuseram outros espaços territoriais ao longo dos séculos XIX e XX. O território do atual município de Dona Francisca foi delineado em 1883. Fazia parte do município de Cachoeira do Sul e seu primeiro proprietário foi Cláudio José Figueiredo, o qual recebeu as terras de seus ancestrais, embora nunca tenha sido possível encontrar dados sobre quando e como tornou-se o senhor das terras (SPONCHIADO, 1996).

Em 1850, Figueiredo vendeu as terras a José Gomes Leal, o qual iniciou a ocupação efetiva do território, dando-lhe o nome de Fazenda Santo Antônio (SPONCHIADO, 1996). Em 1870, Leal encaminhou documentação solicitando a nomeação de um agrimensor para medir e demarcar as terras. Em 6 de julho de 1870, foi iniciada a medição pela congruência do Arrio do Soturno com o Rio Jacuí, onde foi assentado o marco pião⁶ (CASASSOLA, 1985).

O título da propriedade foi registrado em nome de José Gomes Leal, significando que o primeiro proprietário Figueiredo nunca tomou posse efetiva de suas terras com cultivo e fixação de residência. A residência da família Leal localizava-se em frente ao atual cemitério municipal, no terreno onde se encontrava a residência de Nereu Cassol (*in memoriam*).

Em 1870, percebendo o grande trânsito de pessoas entre os núcleos, Leal viu a oportunidade de montar uma casa de negócios, a qual foi nomeada como “varejão”. No estabelecimento, eram comercializados produtos como tecido, sal, farinha, açúcar e materiais agrícolas. As mercadorias eram adquiridas em Porto Alegre, no atacado da família Mostardeiro, as quais chegavam ao porto da Fazenda Santo Antônio por meio do Rio Jacuí a cada quinze dias, transportados por barcos, principalmente da companhia Navegação Becker (FENKER, 2016; SPONCHIADO, 1996).

⁶ Marco inicial do traçado das linhas para loteamento das terras.

Em Porto Alegre, as compras eram feitas a prazo e nem sempre o valor de venda das mercadorias cobria as despesas. Diante disso, Leal passou a assumir dívidas com a família Mostardeiro e, impossibilitado de pagá-las em dinheiro vivo, entregou as terras da Fazenda a Manoel José Gonçalves Mostardeiro, em 1880, como forma de pagamento das dívidas (FENKER, 2016).

Mostardeiro, por sua vez, estabeleceu-se no local e, verificando o grande fluxo de colonos italianos e alemães na região, resolveu formar uma colônia em sua propriedade e, assim, dividiu sua fazenda em lotes coloniais, sendo concluído o trabalho demarcatório em abril de 1883. A propriedade, com um total de quase três mil *hectares*, ficou dividida em 69 lotes coloniais, 31 chácaras e 164 lotes urbanos (CASASSOLA, 1985).

Os lotes coloniais variavam de tamanho, medindo entre 30 a 50 *hectares* cada um. Na região urbana, foram reservados terrenos para a construção de uma igreja, de uma praça e de espaço para recreação e prática de esportes. Mesmo que a demarcação tenha sido concluída em abril de 1883 e o primeiro lote vendido após um mês, a data considerada pela família Mostardeiro como fundação da Colônia foi 15 de agosto de 1883, conforme localizado no Arquivo Histórico de Nova Palma (CASASSOLA, 1983).

Para a demarcação das terras, foi solicitada a presença do casal Mostardeiro para prestigiarem o acontecimento: Manoel e Francisca Mostardeiro. A Senhora Francisca (Figura 5) foi quem fixou o marco pião no início da demarcação, localizado onde está atualmente o portão do cemitério municipal. Diante disso, bem como ao fato de Francisca ser considerada uma figura carismática, amiga e conselheira dos moradores locais na época, a comunidade pediu que o nome do local fosse mudado para Dona Francisca, o que foi acatado por Mostardeiro (FENKER, 2016).

Figura 5 – Francisca Mostardeiro, esposa de Manoel Mostardeiro



Fonte: acervo da Secretaria da Cultura, Turismo e Desporto de Dona Francisca ([19--])

A notícia de conclusão dos trabalhos demarcatórios da nova colônia espalhou-se por toda Silveira Martins e Santo Ângelo. A procura por terras iniciou-se principalmente em função da fertilidade dos solos de Dona Francisca e da planura da várzea dos rios. As vendas dos lotes eram feitas à vista ou a prazo. Quando era a prazo, os colonos teriam 3 meses para pagá-las e, passando este período, seriam cobrados juros. Tal fato incentivou muitos colonos de Silveira Martins e Santo Ângelo a abandonarem seus lotes coloniais localizados na encosta íngreme da serra geral em busca das áreas planas de Dona Francisca (CASASSOLA, 1983).

Em 1886, as terras da ex-colônia Silveira Martins são desmembradas e são criados três distritos. O 5º Distrito de Cachoeira do Sul, Colônia de Dona Francisca, constituía-se das seguintes localidades: Faxinal do Soturno, Sítio dos Mellos, Santos Anjos, Novo Treviso, São João do Polêsine, Ribeirão, Vale Vêneto, Formoso, Linha Ávila e Trombudo. Em 1938, Dona Francisca é elevada à categoria de Vila (FENKER, 2016).

Os imigrantes alemães pioneiros que chegaram à Colônia Dona Francisca, antes mesmo dos italianos, e adquiriram terras foram as famílias Pachaly, Vogel, Fuchs, Kraemer, os quais, na sua grande maioria, estabeleceram-se nos territórios que atualmente compreendem as localidades de Formoso, Trombudo e Linha Àvila, terras pertencentes à Colônia Santo Ângelo na época (CASASSOLA, 1985).

Os imigrantes italianos pioneiros foram das famílias Cassol, Fantinel, Segabinazzi, Mezzomo e Reck, estabelecendo-se nas atuais localidades de Linha Grande, Linha do Moinho e Linha do Soturno. Em 1890, a Colônia de Dona Francisca contava com 85 famílias italianas e 10 alemães (CASASSOLA, 1985).

Em 1938, a povoação de Dona Francisca foi elevada à categoria de Vila. Em 1959, os núcleos de Faxinal do Soturno, São João do Polêsine e Dona Francisca se emancipam de Cachoeira do Sul, tendo Faxinal do Soturno como nova sede, ou seja, foi criado o município de Faxinal do Soturno, agregando os dois demais territórios, entre eles Dona Francisca. Em 17 de julho de 1965, ocorre a emancipação de Dona Francisca, desmembrando-se de Faxinal do Soturno (PADOIN; BOLZAN; CRUZ, 2019).

Muito se fala da imigração italiana e alemã em Dona Francisca, por terem uma representação majoritária, mas não podemos deixar de mencionar a contribuição dos afrodescendentes no povoamento da região. Na sua maioria, chegaram ao local já no século XX, oriundos de São Miguel (atual município de Restinga Seca). Partiram para Dona Francisca famílias como Conceição, Menezes, Alves, Martimiano, de Deus, da Rosa, Rodrigues e Flores (FENKER, 2016).

5.1.3 A emancipação

Decidiu-se pela criação deste item para podermos explicar e dar enfoque ao processo de emancipação e criação do município de Dona Francisca, fato que ocorreu após muita luta pelo povo franciscano em busca da tão desejada independência política-administrativa.

Como verificamos no item anterior, entre os anos de 1886 e 1958, o território de Dona Francisca fez parte do 5º Distrito de Cachoeira do Sul, sendo, inclusive, a sede do distrito. Parte do território do município também fez parte da Colônia de Santo Ângelo. Em 1958, Faxinal do Soturno, São João do Polêsine e Dona Francisca emanciparam-se, deixando de fazer parte de Cachoeira do Sul. Então, era o momento de determinar qual dos três locais seria a sede do novo município criado.

A partir disso, foram realizados vários comícios para a campanha de emancipação. Os líderes de Dona Francisca faziam discursos incentivando a população a votar no plebiscito para que a localidade se tornasse a nova sede. Acreditava-se que Dona Francisca tinha condições de ser a sede, pois no local havia banco, sub-prefeitura, correio, cartório, hospital, escolas, cinema, salão de baile e um porto no Rio Jacuí (FENKER, 2016).

Esta luta contou com grande apoio do pároco local, Padre Benjamin Moro, que ajudou a população, muito devota, com orações. Também subiu o Morro Santo Antônio com os franciscanos fiéis, celebrando uma missa no seu topo, pedindo a proteção a Santo Antônio para a emancipação de Dona Francisca (FENKER, 2016).

As Comissões criadas para buscar a conquista da sede do novo município eram compostas por homens da comunidade representantes de vários segmentos. A primeira Comissão de Dona Francisca foi composta por Luiz Pachaly, Benvenuto Ziani, Osmar Engel, Darcy Pedro Tessele, Leoni Ari Martini e Luggero Peserico. Os líderes da segunda comissão foram Padre Valentin Zamberlan, Leoni Ari Martini, Hamilton Adão Socal, Nelson Tessele, Benoni Casassola e Ermenegildo Cassol (FENKER, 2016).

Em 30 de novembro de 1958, ocorreu o plebiscito para escolha da sede, tendo como vitória Faxinal do Soturno. A instalação e posse do novo município de Faxinal do Soturno ocorreu em maio de 1959. Como o município foi criado em maio, ocorreram duas eleições para vereador: uma em 24 de abril de 1959 e outra em novembro do mesmo ano para coincidir com as eleições dos outros municípios. Em ambas as eleições, o bloco de Dona Francisca elegeu mais cadeiras que Faxinal do Soturno (FENKER, 2016).

Os vereadores do bloco da maioria pró Dona Francisca votaram e transferiram para esta a sede do município. Foi um dia histórico, 18 de setembro de 1959, e o povo se reuniu em massa para festejar a vitória. A ala pró Faxinal do Soturno, insatisfeita, entrou com recurso na justiça e a Lei Orgânica que permitia a transferência da sede para Dona Francisca foi julgada inconstitucional. Conseqüentemente, a sede retornou a Faxinal do Soturno (FENKER, 2016).

Em Dona Francisca, iniciou-se, então, um movimento de emancipação, buscando o desligamento definitivo de Faxinal do Soturno, cujo processo foi criado em 1964. Em 25 de abril de 1965, ocorreu um novo plebiscito, o qual teve como resultado 701 votos positivos para a emancipação, 44 votos negativos e 5 votos nulos. Diante da vitória, um grupo de 7 eleitores de Dona Francisca, orientados por líderes de Faxinal do Soturno, impetrou um mandado de segurança na justiça com o objetivo de impedir a emancipação. O mandado, no entanto, não teve efeitos, e em 17 de julho de 1965, o sonho franciscano de emancipação política é concretizado pela Lei nº 4993 (FENKER, 2016).

A instalação do município ocorreu em 19 de fevereiro de 1967. Como tal fato ocorreu fora do calendário eleitoral, o governador do Estado nomeou um interventor para administrar o município entre 1967 e 1968, que foi Obaldino Benjamin Tessele. Neste mesmo dia, ocorreu uma grande festa para comemorar o fato histórico tão almejado pela comunidade. O

evento foi marcado por um almoço e, à tarde, um desfile de carros alegóricos, representando a história da terra de Dona Francisca (FENKER, 2016).

5.1.4 O desenvolvimento da Colônia Dona Francisca

Ao instalarem-se na Colônia Dona Francisca, o modo de subsistência dos colonos estava voltado à criação de animais domésticos como galinhas, gansos, marrecos, patos, porcos e vacas de leite. Com as penas das aves faziam-se travesseiros e acolchoados. Os porcos forneciam carne e gordura. As vacas forneciam leite que era consumido ao natural e utilizado para fazer doces, queijos, requeijão e manteiga (CASASSOLA, 1985).

Nas primeiras colheitas, os produtos colhidos apenas supriam o sustento das famílias. Cultivavam milho, trigo, feijão, cana-de-açúcar, batata, arroz e mandioca. Em quase todas as propriedades, havia vinhedos para fabricação de vinho a ser consumido pela própria família. Quando havia excedentes de produção agrícola das famílias, os produtos eram vendidos ao proprietário do “varejão” ou então eram entregues a Mostardeiro como pagamento das dívidas assumidas com a compra das terras (CASASSOLA, 1985).

Outra forma de economia era o extrativismo vegetal, em que as primeiras árvores cortadas eram utilizadas para a construção de casas. A madeira vendida era enviada a Porto Alegre pelas balsas e barcos que desciam o Rio Jacuí. A primeira indústria instalada foi um moinho de milho, implantado por Antonio Cassol, que transformava o milho em farinha que seria utilizada na alimentação humana para a produção de polenta, pão e bolachas. Anos mais tarde, foi instalada em Dona Francisca uma pequena indústria de bebidas, pelos irmãos Francisco e Felipe Segabinazzi, que produzia vinho, cachaça, cerveja e gasosas, que eram vendidas no varejão, agora propriedade dos irmãos Segabinazzi (CASASSOLA, 1985).

Os meios de transporte mais comuns eram cavalos, mulas e burros. Além de servirem de montarias, estes puxavam as carroças e bois que circulavam pelas precárias estradas da colônia. Dona Francisca ligava-se com Silveira Martins através de uma estrada precária, por onde transitavam charretes e animais de montaria. Para acessar a Colônia Santo Ângelo, era necessário atravessar o Rio Jacuí pela balsa ou canoas.

Quanto à educação, Fenker (2016) menciona que este sempre foi um elemento de preocupação em Dona Francisca, desde a época em que Mostardeiro adquire as terras. Como a maioria dos chefes de família e os seus filhos eram analfabetos, Mostardeiro construiu uma escola para ensinar os filhos dos colonos, a qual contou com Annalia Mostardeiro, sua filha, como primeira professora da escola, que se mudou de Porto Alegre para Dona Francisca

especialmente para tal missão, a pedido de seu pai. Annalia dedicou-se ao magistério com muito carinho, dedicação e paciência, pois os alunos falavam somente o dialeto italiano. Mais tarde, dois imigrantes italianos também exerceram o magistério: Tissiano Sônego e João Segabinazzi (CASASSOLA, 1985).

A preocupação com a educação advinha não apenas de Mostardeiro, mas dos próprios imigrantes, o que os motivou a unir esforços para a criação das primeiras escolas. A escola se tornou um ponto para a educação e o professor era uma autoridade, respeitado pelos alunos e pela comunidade tanto quanto um padre (FENKER, 2016).

Em 1934, a Congregação das Irmãs Palotinas vem para Dona Francisca e instalam a Escola São Carlos, uma escola de ensino particular cujos ensinamentos eram baseados na disciplina e nos valores pregados pela Igreja Católica. A Escola foi muito importante para o desenvolvimento educacional e cultural de Dona Francisca e região, conforme será melhor detalhado em um capítulo à parte (FENKER, 2016).

Na década de 1960, é fundada a Sociedade Franciscana de Educação, entidade mantenedora do Ginásio Mostardeiro de Dona Francisca. Esta sociedade tinha como objetivo conseguir autorização para funcionamento do Curso Ginásial (atual ensino médio) em Dona Francisca, visto a grande quantidade de alunos que encerravam o ensino primário e cujas famílias não possuíam recursos para poderem estudar em outras cidades (FENKER, 2016).

O pedido de autorização foi imediatamente deferido e as primeiras aulas foram realizadas na Escola São Carlos. A Sociedade Franciscana de Educação logo preocupou-se em iniciar a construção do prédio do Ginásio Mostardeiro. Para isso, faziam-se jantares, quermesses e bailes para arrecadar dinheiro para a construção. Os alunos pagavam uma mensalidade irrisória que era utilizada para o pagamento do salário dos professores (FENKER, 2016).

Em 1962, a Sociedade teve uma audiência com o governo estadual, cuja pauta era a de solicitar a verba de 25 mil cruzeiros para as obras do Ginásio, visto que as aulas funcionavam em condições precárias. Como a educação era a grande meta do governo na época, o Governador Brizola concedeu 50 mil cruzeiros, o qual foi suficiente para a conclusão das obras (FENKER, 2016).

A última gestão da Sociedade Franciscana de Educação (entre os anos de 1970 e 1973) conseguiu passar o Ginásio Mostardeiro para o Estado. Foi uma grande conquista, pois os professores passaram a ser estaduais e os alunos passaram a ter ensino gratuito. Diante disso, a Sociedade foi extinta, após atuar por 13 anos. A nova direção da escola daquela época

considerou oportuno trocar o nome da escola, passando a chamar-se Escola Estadual de 1º e 2º Graus Maria Ilha Baisch, em homenagem à diretora do Grupo Estadual Escolar de Dona Francisca, Maria Ilha Baisch.

Durante o período em que era distrito de Cachoeira do Sul, surgiram os primeiros estabelecimentos comerciais e industriais, muitos dos quais foram importantes para Dona Francisca e região, seja por promoverem o seu desenvolvimento econômico ou social. Fenker (2016) descreve os principais:

- a) Casa Gentil Tessele: estabelecimento chamado de “venda”, onde eram vendidos vários tipos de produtos, como tecidos, alimentos, calçados, ferramentas, louças, utensílios para casa, entre outros. Localizava-se no térreo do sobrado que ainda existe na rua Alberto Pasqualini com a rua Costa e Silva, próximo ao Parque Histórico. Os colonos costumavam ir de carroça com toda a família, após a colheita, e faziam compras para o ano inteiro.
- b) depósito de fumo: funcionava em um armazém que ficava anexo à loja. O fumo era comprado em folha bruta dos colonos e, posteriormente, era classificado, enfardado e depois comercializado com empresas de Porto Alegre, sendo transportado por barcos que transitavam pelo Rio Jacuí.
- c) Cassol & Simonetti: foi uma oficina mecânica e fábrica de trilhadeiras da marca Continente. Foi uma referência nas décadas de 1930 a 50, cujos proprietários eram Avelino Cassol e Luis Simonetti.
- d) oficina mecânica e fábrica de peças para máquinas agrícolas: de propriedade de Obaldino Tessele, cuja marca era Cometa.
- e) Cooperativa Franciscana: situava-se na esquina da praça, cujos proprietários eram Obaldino Tessele, Antonio Scherer e Bruno Pippi. Após a partida dos dois últimos, a cooperativa dissolveu-se e Obaldino Tessele, Darci Tessele e Nelson Tessele passaram a adquirir o prédio e abriram a Casa Tessele. O novo estabelecimento era um comércio de alimentos, louças, presentes, ferragem, tecidos, roupas, entre outros.
- f) Moinho Trojan & Casassola: moinho de farinha de milho de propriedade de Vitorio Casassola e João Trojan. Atualmente, é de propriedade dos irmãos Casassola: Cezar, Ivan e Glênio, localizado perto da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma.
- g) moinho de farinha: de propriedade de Virgílio e Gotardo Sonogo e Etelino Baldissera.
- h) Moinho Antônio Cassol: moinho de farinha de milho, localizado na Linha do Moinho, foi o primeiro fundado na colônia, no final do século XIX.

- i) engenho de arroz: houveram dois: um deles de propriedade de Genésio Migotto e Ovidio Segabinazzi e outro de Nelson Tessele.
- j) fábrica de esquadrias de madeira e de *parquet*: de propriedade de Ernesto Cassol e Antonio Barchet.
- k) Olaria Forgiarini: de propriedade de José Forgearini e filhos, localizada na Linha do Soturno.
- l) malharia: de Gentil Ziani, sendo posteriormente adquirido por Luiz Pichaly.
- m) fábrica de café: de propriedade de Fioravante Ziani, localizava-se na Avenida 17 de Julho, próximo à Escola Maria Ilha Baisch.
- n) engarramento e fábrica de bebidas: de Ari e Eli Montagner e Benoni Casassola, sendo posteriormente vendido a João Antonio Chelotti, Argemiro Cervo e José Paulo Kneipp.
- o) Cerealista Max Luis Drewanzd: comprava arroz dos colonos e os revendia em Porto Alegre.
- p) fábrica de cachaça: fabricavam a famosa cachaça “Iraity”, em que a cana-de-açúcar utilizada para fabricação era plantada pelos agricultores locais. Foi inicialmente gerenciada por Darci Tessele e posteriormente passou a ser por Benoni Casassola, Flori Tessele, Cláudio Tessele, Etelino Baldissera e Vítório Bortolotto.
- q) Casa Martini: de propriedade de Albino Martini, comercializava secos e molhados. Nos últimos anos, a família Martini vendeu o estabelecimento, o qual continua funcionando até os dias atuais.
- r) fábrica de móveis e esquadrias: de Adelino Eugênio Barbieri, o qual pertence agora a Cláudio Dalla Corte e Juventino Barbieri. A fábrica continua em funcionamento.
- s) Posto de Combustíveis Texaco: de Benoni Casassola e Cristiano Alberto. Posteriormente, foi vendido para Edito Baldissera e família. O posto segue em funcionamento até os dias atuais.
- t) Banco Pfeifer: primeiro banco de Dona Francisca, uma conquista de Gentil Tessele.

Com o passar do tempo, no entanto, a maioria destes estabelecimentos encerraram suas atividades por motivos diversos. Percebe-se, atualmente, que há uma tendência pela busca de produtos e serviços nas cidades próximas, tanto pela maior oferta e variedade quanto pela facilidade de deslocamento para estes municípios. Este fato faz com que muitos empreendedores receiam a abertura de um novo negócio no município, bem como outros acabam encerrando as suas atividades pela falta de demanda.

Não se pode deixar de frisar que Dona Francisca cresceu muito graças ao trabalho e esforço da comunidade. O início da colonização e boa parte do século XX foram marcados pelo esforço em conjunto que contribuiu para a construção de importantes pontos para o município, como a Escola São Carlos, a Igreja São José, a Praça José Iop, o Hospital Rainha dos Apóstolos, entre outros. O desenvolvimento do município, portanto, pode ser considerado uma conquista da comunidade batalhadora franciscana.

Vale destacar, por sua vez, que o Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO tem contribuído para o desenvolvimento de Dona Francisca, fortalecendo as empresas e indústrias locais e incentivando a sua comercialização, além de estimular a criação de novos empreendimentos locais.

5.2 PATRIMÔNIOS CULTURAIS

Neste capítulo, serão apresentados os patrimônios culturais pesquisados que estão compondo o CID. Buscou-se analisar a sua origem e a sua importância histórica e cultural para a comunidade franciscana, bem como, em alguns casos, para a região da Quarta Colônia como um todo.

5.2.1 Igreja São José

Antes de falarmos especificamente da Igreja São José como um patrimônio histórico e cultural, é importante discorrermos sobre a questão da religiosidade. Os imigrantes italianos que colonizaram a Quarta Colônia eram, na sua maioria, devotos da Igreja Católica e a religião era fortemente presente no seu cotidiano. Eles trouxeram consigo a fé em Deus, que foi um alicerce para a luta contra as dificuldades e a busca por melhores condições de vida (PICCIN, 2009). Foi um elo de integração entre as pessoas, que juntas se uniam em rituais religiosos para suportar a saudade da pátria de origem, dos familiares e amigos e para enfrentar a solidão e o sofrimento ao encarar um novo mundo (MANFIO, 2012).

A religiosidade era herdada de uma longa tradição familiar. Ou seja, o indivíduo já nascia inserido em uma religião que o acompanhava até o resto da vida, sendo da mesma forma passada para as próximas gerações. Manfroi (2001) acrescenta que a presença da religião era determinante na vida das pessoas. A participação nas missas aos domingos e dias de festa era uma obrigação moral, pois “só o praticante era considerado pessoa de fé, digno da estima e aceito pelos demais” (MANFROI, 2001, p. 122). O padre, por sua vez,

desempenhava o papel de líder, tanto em questões religiosas como econômicas e políticas. Ele representava aos imigrantes recém-chegados um grande guia espiritual, uma santidade a ser seguida (MANFIO; BENADUCE, 2017).

Conforme descrito no site Blog do Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva [s.d.], a organização social dos imigrantes acontecia, de uma forma geral, em torno da igreja. Este era um local não apenas de reza, mas também de reuniões festivas, encontros entre as famílias, de diversão e também dos momentos mais propícios para a juventude conhecer pretendentes para namoro e casamento.

Para expressar a sua religiosidade e fortalecê-la, os imigrantes construíram locais sagrados como igrejas, capelas, capitéis, grutas e monumentos. Estas construções, presentes e utilizadas para rituais religiosos até os dias atuais, eram locais onde “se encontravam para rezar, conviver, celebrar e esquecer a saudosa Pátria longínqua” (FENKER, 2016, p. 238).

A religiosidade estava muito presente no cotidiano dos imigrantes italianos, os quais trouxeram na sua bagagem as tradições culturais religiosas de seu país de origem, expressas nos usos, costumes e hábitos. Longe de sua pátria mãe, o seu fervor religioso aumentava ainda mais e a religiosidade tornou-se um conforto por meio da fé e das orações (informação verbal)⁷.

Diante da importância da religiosidade e da existência de um local para praticá-la, logo após a sua chegada em Dona Francisca, os imigrantes italianos trataram de providenciar uma capela para poderem rezar e realizar as missas dominicais, costumes que eram rigorosamente realizados no seu cotidiano. Para isso, pediram a Manoel José Gonçalves Mostardeiro, dono das terras, um espaço para a construção da primeira capela, o que foi prontamente aceito por ele (FENKER, 2016).

A partir de então, foi construída a primeira capela da Colônia Dona Francisca, no alto da chapada do morro Santo Antônio. A estrutura da capela era de pedra e à moda portuguesa. A primeira missa foi realizada no dia 7 de janeiro de 1886 pelo padre Antônio Sório, residente de Silveira Martins. Nas missas na capela, frequentavam a família Mostardeiro e as famílias dos colonos (FENKER, 2016).

Em uma das celebrações, Giovanni Trojan sugeriu a construção de uma capela, estilo italiana comunitária. Os colonos concordaram com a ideia e foi aberta uma lista de doações para a construção. A capela foi construída no lote doado por Manoel Gonçalves Mostardeiro e Francisca Pereira Gonçalves, cuja construção ficou a cargo de Domenico Pozzer. Situava-se

⁷ Entrevista de Elizabete Marim cedida a Ana Carolina Cherobini Bortolin. Dona Francisca, 22 abr. 2022.

no terreno onde está localizada atualmente a Igreja São José, porém um pouco mais à direita, entre a Igreja atual e o Salão da União. A construção foi concluída em 1889 (FENKER, 2016).

A partir de 1921, Padre José Iop, residente em Nova Palma, começou a atender a capela São José de Dona Francisca duas vezes ao mês. Em 1929, passou a residir em Dona Francisca, fato que se constituiu numa graça para a comunidade, visto que há tanto tempo as pessoas desejavam um padre residente (FENKER, 2016).

Em determinado momento, após uma missa, Padre José Iop promoveu uma assembleia com grande participação da população franciscana, em que propôs a construção de uma igreja nova que abrigasse a todos, visto que a atual estava se tornando pequena. A proposta foi aceita por todos e a grande maioria das pessoas da comunidade doaram recursos para tornar possível a construção da nova Igreja. Quem não possuía condições financeiras ou materiais para doações, contribuía com dias de trabalho (FENKER, 2016).

O projeto da Igreja ficou a cargo de Umberto Cassol, imigrante italiano que era agrimensor e construtor. O projeto previa a construção da Igreja com uma grande torre ao lado. Para construção da torre foi lançada a primeira pedra no dia 04 de agosto de 1929 e sua inauguração ocorreu solenemente no dia 21 de novembro de 1931, medindo 38 metros de altura, com uma imagem de Cristo Rei (FENKER, 2016). Abaixo, apresentamos registros fotográficos da Igreja nas Figuras 6 e 7.

Figuras 6 e 7 – Antiga Igreja São José



Fonte: acervo da Secretaria da Cultura, Turismo e Desporto de Dona Francisca ([19--])

A equipe era composta por Piereto de Carlo, também italiano, Joanin Baldissera, José Felipe Cassol (Bepi), Acassio Flores, Xico, Lili, Antonio e Elio de Carlo, Silvio Carlos, Pacifico Baldissera, Luiz Soldera, Albino Marzari, Antonio Puntel, Adelino Martini, Adelino Tondo e Volecio Soares (FENKER, 2016).

São José foi escolhido padroeiro da paróquia, motivo pelo qual a Igreja recebeu tal nome. No dia 24 de agosto de 1934, é criada a Paróquia São José, pelo Bispo de Santa Maria Dom Antônio Reis, tendo como primeiro pároco o Padre José Iop (FENKER, 2016).

No ano de 1934, Umberto Cassol veio a falecer, sendo uma grande perda à comunidade. Em 1937, algumas pessoas de Dona Francisca realizaram uma assembleia propondo a construção de uma nova igreja. Em 22 de dezembro de 1938, o Bispo concedeu a licença para a comunidade demolir a Igreja e construir uma nova e maior. Por meio de votação, decidiu-se construí-la com a torre no seu corpo, e não ao seu lado, como estava previsto no projeto da igreja anterior (FENKER, 2016).

Em 29 de setembro de 1938, iniciaram-se os trabalhos de construção da nova igreja, idealizada pelo Padre José Iop, que veio a ser concluída em 1942. Este chegou a celebrar uma missa campal no recinto da construção, em 1939, mas veio a falecer antes da conclusão da construção (FENKER, 2016).

Podemos caracterizar a Igreja São José como um belíssimo monumento em estilo romântico, que a torna uma das mais belas igrejas do nosso estado. Está localizado em frente à praça principal do município, na rua Dezessete de Julho. Todo o material e mão-de-obra utilizados para a construção foram doados pelo povo franciscano. Na ponta da torre há uma estátua de Jesus Cristo abençoando a igreja, guardado por anjos e dragões. No topo da Igreja, há um grande relógio que, a cada meia hora, toca batidas que se ouvem à distância, indicando à comunidade franciscana o horário do momento. No topo da igreja, há também três sinos de aço que foram adquiridos pelo Padre José Iop.

Além de duas portas laterais, a igreja possui três portas frontais com detalhes que impressionam o visitante. Sua beleza conta também com magníficos vitrais frontais e laterais, os quais representam cenas bíblicas, figuras sacras e santos, cuja beleza é ressaltada em contato com a luz do dia. Todos os vitrais foram doados pela comunidade franciscana e o nome das famílias foi gravada em sua superfície. As Figuras 8 e 9 apresentam a Igreja e seus belíssimos vitrais.

Figuras 8 e 9 – Atual Igreja São José



Fonte: acervo de Ricardo Vicente Zimmer ([20--])

A presença de obras e artes sacras no espaço interno também encanta os olhos dos seus visitantes, como os belíssimos cálices, relíquias, castiçais, objetos nos altares, estátuas de santos e pinturas nas paredes e no teto da igreja. As pinturas do seu interior, presentes até os dias atuais, foram feitas pelas mãos do grande ícone da Arte Pictórica Sacra, Ângelo Lazzarini, de Venado Tuerto, Província de Santa Fé, Argentina. A inauguração da pintura foi no ano de 1956.

O altar central conta com a imagem do padroeiro São José. Nos oratórios, há os santos padroeiros mais devotos dos fiéis da comunidade franciscana, como Nossa Senhora dos Navegantes, São Vicente Palotti, Santo Antônio, Santa Luzia, Santa Terezinha, entre outros. Há também a imagem dos beatos Padre Manoel Gomez Gonzales e o coroinha Adílio Segabinazzi Daronch. Na Figuras 10 e 11, podemos verificar o interior da igreja por meio de uma vista panorâmica.

Figura 10 – Interior da Igreja São José



Fonte: acervo da autora (2022)

Figura 11 – Interior da Igreja São José



Fonte: acervo da autora (2022)

No seu interior, a Igreja possui um local, no segundo andar, destinado à cantoria, que por muito tempo foi utilizado para o coro. Atualmente, o coral que anima as missas não utiliza mais este espaço, ficando na parte próxima ao altar. Há também dois confessionários, um ao lado esquerdo para as mulheres e um ao lado direito para os homens. Em tempos passados, o padre ficava dentro esperando os fiéis para contar seus pecados. Atualmente, os confessionários não são mais utilizados e os fiéis se confessam próximos ao padre.

Em entrevista realizada, João e Ricardo Vicente Zimmer, atual secretário da Secretaria Municipal da Cultural, Turismo e Desporto, ambos moradores do município de Dona Francisca, afirmam que, como os imigrantes tinham a religiosidade como um suporte, a Igreja foi um espaço de extrema importância para que praticassem a sua fé. João relata que era difícil encontrarmos uma comunidade em que seus membros não se reunissem em uma igreja para rezarem. Ricardo considera que a Igreja de Dona Francisca foi um grande marco para o

município e esclarece também que, juntamente com a fé, foram os principais fatores que fizeram com que a comunidade se envolvesse e se tornasse unida em busca de objetivos em comum (informação verbal)⁸.

Desde a chegada dos imigrantes italianos, a religião e o padre estiveram muito inseridos no desenvolvimento de Dona Francisca. Elizabete Marim afirma que a religiosidade foi muito importante para o desenvolvimento da Colônia de Dona Francisca, pois, devido a este elemento, foram criadas festas religiosas, construídas capelas, igrejas, santuários, o Hospital Rainha dos Apóstolos e a Escola São Carlos, conforme será explicado em outros itens deste trabalho.

Em relação aos hábitos religiosos, Marim explica que, em todos os domingos, a família costumava acordar cedo para ir à missa na Igreja, inclusive sem comer para receber a hóstia sagrada na comunhão. Nos dias santos, como nos domingos, as pessoas não podiam trabalhar, os quais eram reservados para o compromisso da igreja. Era um hábito interceder o santo devoto para alcançar graças e, quando alcançadas, as pessoas pagavam a promessa com construções de capiteis, caminhadas, peregrinações e compras de um santo protetor para a Igreja (informação verbal)⁹.

Com base no exposto, podemos considerar que a Igreja São José representa um importante patrimônio histórico-cultural para os franciscanos, principalmente àqueles que seguem a religião católica. Ela demonstra a cultura preservada, a memória de um passado distante, passado este que se iniciou em um momento em que a religiosidade foi muito importante para a superação dos desafios e dificuldades encontradas no mundo novo em que os colonos se encontravam.

Os legados religiosos foram passados de geração para geração e, atualmente, muitos hábitos religiosos e a prática de ir à missa, principalmente aos domingos, ainda estão muito presentes no cotidiano dos franciscanos, demonstrando o quanto a religiosidade é importante para a comunidade.

5.2.1.1 Festas da Paróquia São José

Saquet (2003) menciona que as atividades sociais dos imigrantes italianos que colonizaram a Quarta Colônia eram voltadas a questões religiosas. Desta forma, logo

⁸ Entrevistas de João e Ricardo Vicente Zimmer cedidas a Ana Carolina Cherobini Bortolin. Dona Francisca, 22 abr. 2022.

⁹ Entrevista de Elizabete Marim cedida a Ana Carolina Cherobini Bortolin. Dona Francisca, 22 abr. 2022.

surgiram, em Dona Francisca, as festas religiosas, que além de contarem com a participação da comunidade local, têm, atualmente, atraído cada vez mais o público externo, promovendo o turismo religioso.

O evento mais importante refere-se à homenagem a Nossa Sra. dos Navegantes, padroeira do município, que vem sendo realizada desde o ano de 1922, no dia 2 de fevereiro. Nesta data, é realizada uma missa em honra a Nossa Sra. dos Navegantes e, após o encerramento, o povo segue em uma procissão luminosa, da Igreja até o porto do Rio Jacuí, segurando velas acesas, orando e cantando.

No local, há uma belíssima representação de barcos, lanchas e canoas de pescadores pelo Rio que acompanham a imagem de Nossa Senhora até o porto. Em seguida, ocorre a bênção da garganta e de água benta para as pessoas levarem para casa. A programação também conta com um almoço festivo no domingo, próximo à data de 02 de fevereiro, no qual frequentam tanto fiéis quanto pessoas não praticantes da religião. João nos relata que, em décadas passadas, a comemoração contava com um longo dia de festa, havendo apresentação de bandas, pescarias, entre outras atrações que entretinham o público (informação verbal)¹⁰.

A fé da comunidade em Nossa Sra. dos Navegantes teve origem na década de 1920. Na época, Atílio Rech e José Bastiani, dois conceituados condutores de balsas pelo Rio Jacuí, enfrentavam vários riscos em suas navegações, como rompimento das armações e corredeiras fortes. Foi diante disso que os dois balseiros sentiram a necessidade de evocar a fé a Nossa Sra. dos Navegantes, protetora das águas. Apesar desta fé ser uma herança dos portugueses, os imigrantes italianos apropriaram-se dela devido ao significado do Rio Jacuí para a população (FENKER, 2021).

Em 02 de fevereiro de 1922, é realizada a primeira festa em homenagem a Nossa Sra. dos Navegantes, com procissão fluvial. Desde esta data, a comemoração religiosa é realizada anualmente, recebendo devotos não apenas de Dona Francisca, mas de toda a região à sua volta (FENKER, 2021).

A Romaria dos Beatos Mártires da Fé, Padre Manoel e Coroinha Adílio Daronch, ocorre no mês de setembro. A procissão parte do monumento das duas cruzes, no alto do morro onde está sendo edificado o Santuário dos Beatos Mártires, e se dirige até a Igreja São José, onde é celebrada a missa. O evento conta com grande participação da população, pois a fé nos Beatos cresce a cada dia, visto que o coroinha Adílio nasceu em Dona Francisca. Para

¹⁰ Entrevista de João cedida a Ana Carolina Cherobini Bortolin. Dona Francisca, 22 abr. 2022.

os fiéis, tal fato é visto como uma bênção de Deus para Dona Francisca. Neste evento, há também a venda de almoço para a comunidade.

5.2.1.2 Sobre Padre José Iop

Desde o início da colonização, o padre foi uma figura que orientou e encorajou o imigrante frente às dificuldades encontradas. Foram os padres quem muito encorajaram os imigrantes a buscarem uma nova vida neste novo mundo chamado Brasil. Eram consideradas criaturas divinas e pessoas de prestígio na comunidade. Padre José Iop foi uma dessas figuras que muito contribuiu com a comunidade, estando diretamente relacionado à Igreja São José e à religiosidade franciscana.

Natural de Vale Vêneto, estudou no Seminário de Massio, na Itália, em 1911, onde permaneceu até 1920, quando ordenou-se sacerdote. Em 1921, retornou ao Brasil, fixando-se na paróquia de Nova Palma, atendendo também outras capelas, dentre elas a de Dona Francisca. Em 1922, construiu uma pequena escola paroquial em Dona Francisca, onde mais tarde seria construída a Escola São Carlos, fundada pelas Irmãs Palotinas. A vinda da Congregação das Irmãs Palotinas foi uma conquista da comunidade que também contou com grande dedicação e apoio do pároco (FENKER, 2016).

Padre José Iop fixa residência em Dona Francisca no ano de 1929. Foi o idealizador da construção da Igreja São José. Em 1934, é criada a Paróquia de São José, tendo como primeiro Pároco Pe. José Iop. Com muito esforço, trabalhou com o povo para a construção do Hospital Rainha dos Apóstolos, o qual teve inauguração em 1937 (SECRETARIA DA CULTURA, TURISMO E DESPORTO DE DONA FRANCISCA, [20--]).

Em 1938, Padre Iop demoliu a igreja velha, após decisão apoiada pela comunidade, dando início à nova, maior e mais elaborada. Chegou a celebrar uma missa campal no recinto da construção em 1939, mas não pode ver a sua obra pronta, pois adoeceu gravemente e veio a falecer em 1940, causando grande comoção na comunidade franciscana (SECRETARIA DA CULTURA, TURISMO E DESPORTO DE DONA FRANCISCA, [20--]).

Padre José Iop foi um trabalhador incansável e nunca mediu esforços para trabalhar junto à comunidade em todas as iniciativas voltadas ao progresso de Dona Francisca. Em homenagem à sua exemplar luta, desempenho e amor ao próximo, foi construído, na praça principal da cidade, um monumento com seu busto olhando para a Igreja São José, a qual

dedicou boa parte da sua vida. Em homenagem, o povo também denominou a praça com o seu nome: Praça Padre José Iop.

5.2.2 Escola São Carlos

A Antiga Escola São Carlos foi fundada pelas Irmãs Palotinas no ano de 1933. A vinda das Irmãs Palotinas foi uma epopeia e uma grande conquista da comunidade franciscana. A seguir, começaremos descrevendo de que forma ocorreu a vinda das Irmãs, para posteriormente adentrarmos aos aspectos relacionados à Escola São Carlos.

5.2.2.1 A vinda das Irmãs Palotinas

Originárias da Itália, a Congregação do Apostolado Católico Irmãs Palotinas não tinha nenhuma instituição na América do Sul e foi em Dona Francisca que foram trazidas para iniciar a sua missão no continente (FENKER, 2016). Umberto Cassol foi o mentor da construção de um colégio que fosse dirigido por religiosas, visando uma educação baseada nos princípios da religião católica para os filhos dos colonos franciscanos.

Esta era uma necessidade percebida por todos, visto que os imigrantes que povoaram Dona Francisca, na sua maioria praticantes da Igreja Católica, trouxeram consigo a fé que professavam e o desejo de transmitir os princípios da sua religião aos seus filhos e novas gerações (MARIN; ALÉSSIO, 1995).

Para isso, foi fundada uma sociedade, a *Società Anonima Ilimitada por la Constuzione de um Collegio in Dona Francisca*. A dificuldade, no entanto, foi encontrar Irmãs que se dedicassem à formação religiosa da juventude e a luta para encontrá-las perdurou por anos. Aconselhado pelo Padre José Iop, a Sociedade criada levou o pedido ao Bispo de Santa Maria, o qual fez o pedido às Irmãs do Coração de Maria. No entanto, a resposta da Superiora Geral foi negativa, pois ainda faltavam Irmãs aptas a assumir tão missão (FENKER, 2016).

Foi a partir disso que Padre João Iop, superior regional dos Padres Palotinos no Brasil, encaminhou o pedido ao geral em Roma, indo pessoalmente contatar a Superiora Geral, Madre Jacinta Napolitano. Esta acolheu o pedido com muito prazer, visto que o seu grande desejo sempre foi disseminar o ideal do Santo Fundador (Padre Vicente Palotti) pelo mundo inteiro. Diante disso, Madre Jacinta lançou o convite à comunidade para ver quais Irmãs aceitariam participar dessa importante missão. Inúmeras religiosas se candidataram de forma

destemida e generosa a esta missão que, apesar de ser desconhecida, as fascinava (MARIN; ALÉSSIO, 1995).

No dia 2 de março de 1933, subiram as escadas do transatlântico *Conte Biancamano* as Irmãs Palotinas, rumo à missão no Brasil. As primeiras quatro Irmãs que embarcaram foram Irmã Celina, Irmã Celeste, Irmã Jacynta e a superiora Madre Eleta Sciotti. Chegaram ao Brasil em 16 de março, desembarcando no porto de Santos, em São Paulo. A partir de então, prosseguiram viagem em um navio costeiro e, no dia 19 de março, desembarcaram no Guaíba, em Porto Alegre. Passaram alguns dias na Casa Geral das Irmãs Imaculadas Coração de Maria e, após o descanso, prosseguiram rumo à sua missão. No dia 21 de março, embarcaram em um trem “maria fumaça” até chegarem em Restinga Seca. Lá, estavam lhes aguardando os franciscanos Gerd e Maria Pachaly, Moisés e Giusepia Mezzomo e Padre José Iop (FENKER, 2016).

De Restinga Seca a Dona Francisca, ainda restavam 28 quilômetros de chão batido. Em 22 de março, às duas horas da manhã, finalmente chegaram ao porto de Dona Francisca. Foram recebidas pela comunidade com uma acolhedora recepção, repleta de rojões que clarearam o céu, banda de música, arcos de bambus, flores e faixas com inscrições como “bem vindas, Irmãs! Estamos felizes com a sua chegada!” Foi uma recepção simples, mas calorosa, que demonstrou a felicidade do povo diante de anos de luta, esforço e persistência para conseguir trazer as missionárias ao local. Após a recepção, as Irmãs foram direcionadas até a sua nova residência, uma pequena casa doada por Carlos Rech e Benvenuta Tessele (MARIN; ALÉSSIO, 1995).

5.2.2.2 A Escola São Carlos

Em abril do mesmo ano, as Irmãs Palotinas iniciaram suas atividades letivas, no início em uma pequena sala. Logo foi possível abrir a Escola São Carlos, graças às doações e contribuições da comunidade. Foram tempos árduos para as Irmãs, com muitas dificuldades frente a um mundo antes desconhecido. Como falavam apenas em língua italiana, o professor Guilherme Barchet lhes dava aula de português todas as noites. Para superar as dificuldades que emergiam, foi doado às Irmãs uma carrocinha e um cavalo. Por meio deste, elas percorriam estradas, campos e visitavam famílias e doentes (MARIN; ALÉSSIO, 1995).

Na escola, foi implantado o curso elementar com sete séries. Havia também internato para meninas e meninos a fim de atender as necessidades mais prioritárias e emergentes do

povo da região. Madre Eletta foi a primeira diretora da escola, que assumiu o posto até o seu falecimento, em 1947. Era professora de música e ensaiava com os alunos os hinos patrióticos e outras canções. Madre Eletta destacou-se e é lembrada pela sua extraordinária generosidade (FENKER, 2016).

Com o crescimento da escola, Madre Jacyntha foi à Itália e aos Estados Unidos, em 1934, e trouxe mais Irmãs. Dos Estados Unidos, vieram as Irmãs Romana Ambrosetti, Ersília Bucaria, Felícita Spagnoli e Lucina. Da Itália, as Irmãs Crucifixa Maietta, Alfonsina Attanasio, Romana Caputo e Bibiana Coletta (MARIN; ALÉSSIO, 1995).

O crescimento da escola possibilitou o recebimento de mais alunos de todo o estado. Com sua estrutura pronta, a escola contava com três andares e um subsolo. De acordo com o arquiteto Marcos Seeber Muller da Silva, a Escola possuía uma arquitetura neoclássica eclesial escolar, típica do período, devido à existência de um programa nacional de construção de escolas, que perdurou durante o período de 1889 a 1937, que seguia essa linha de construção. Na Figura 12, podemos verificar como era a escola, vista de fora.

Figura 12 – Escola São Carlos



Fonte: acervo da Secretaria da Cultura, Turismo e Desporto de Dona Francisca ([19--])

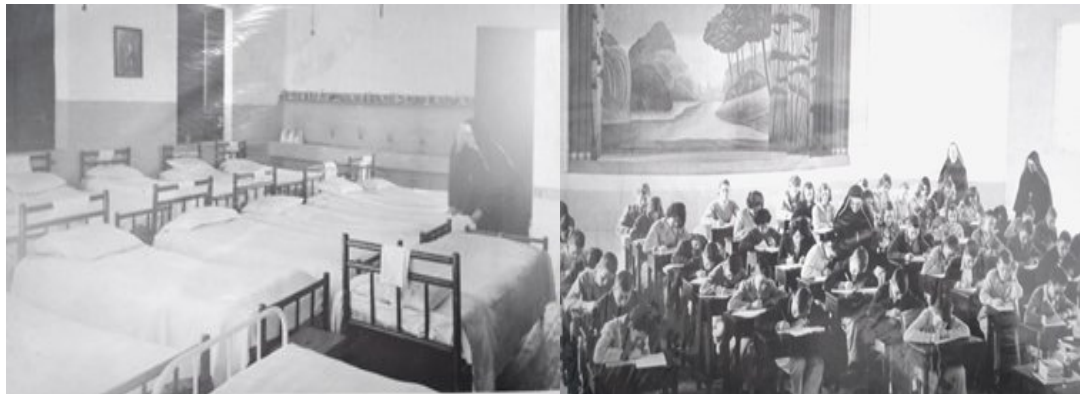
Além das aulas de 1º grau (atualmente ensino fundamental), havia cursos de piano, teatro, violino, acordeão, bordado, pintura, datilografia, corte e costura, lecionados exclusivamente pelas Irmãs. Em entrevista, Irmã Édina Meneghetti, que ingressou na escola como estudante em 1944, relata que, no primeiro andar da escola, havia salas de aula, sala de reunião e uma capela, onde eram realizadas as orações e as missas que, de acordo com a Irmã, eram rezadas na língua italiana até meados de 1955. O segundo andar era destinado ao dormitório das Irmãs e a salas de alguns cursos.

No terceiro andar, havia a parte do internato, destinado a crianças e jovens, principalmente vindos de outras regiões, que estavam em Dona Francisca para poderem estudar. Os dormitórios dos meninos eram localizados em um lado do prédio, enquanto que o das meninas, em outro lado. Os dormitórios eram caracterizados como grandes salas que abrigavam vários alunos dentro deles. No mesmo andar, também havia o dormitório das noviças e uma lavanderia.

No subsolo, havia a despensa, o refeitório das Irmãs e o refeitório das meninas, dos meninos e das noviças, todos separados um do outro. Os refeitórios eram destinados apenas aos estudantes internos para as refeições principais. Irmã Édina conclui explicando que, nos fundos da escola, havia horta, pomar e galinheiro, cujas tarefas eram realizadas pelas Irmãs com o auxílio das noviças (informação verbal)¹¹.

A seguir, são apresentados alguns registros fotográficos da escola, entre eles um dos dormitórios para internos, uma das salas de aula com alunos, momentos de recreação e um registro dos alunos uniformizados para participarem do desfile de 7 de Setembro (Figuras 13, 14, 15 e 16).

Figuras 13 e 14 – Dormitório de alunos e sala de aula da Escola São Carlos



Fonte: acervo da Secretaria da Cultura, Turismo e Desporto de Dona Francisca ([19--])

¹¹ Entrevista de Édina Meneghetti cedida a Ana Carolina Cherobini Bortolin. Santa Maria, 20 jul. 2021.

Figuras 15 e 16 – Momentos de recreação e alunos uniformizados para desfile de 7 de Setembro



Fonte: acervo da Secretaria da Cultura, Turismo e Desporto de Dona Francisca ([19--])

Em depoimento, Ricardo Vicente Zimmer, residente de Dona Francisca e ex-aluno da escola, relata que a disciplina dos internos era rígida, tanto em relação à obrigatoriedade de prática das orações, quanto à contribuição nas tarefas e às horas necessárias de estudo. Ricardo relembra que os alunos participavam de teatros, de desfiles de 7 de Setembro e de outros eventos que marcaram a sua passagem pela escola.

Zimmer conclui afirmando que a ordem religiosa tinha um padrão de disciplina, formação e educação que foram marcantes para os que estudaram na escola. Explica que era um alívio às famílias saberem que seus filhos estavam estudando e aprendendo em uma escola de confiança e de valor, visto que além do aprendizado educacional, havia também o religioso e o ético (informação verbal)¹².

Ana, antiga aluna, diz que suas recordações da escola são as melhores: época de coleguismo, empatia, religiosidade e respeito, além dos excelentes ensinamentos das Irmãs. Ela relembra que elas exigiam o uso de uniforme pelos alunos. A ex-estudante conta que realizavam desfiles em datas importantes, como na Semana da Pátria e em eventos religiosos de Dona Francisca.

O colégio também possuía uma banda musical que contava com a participação dos alunos, a qual realizava apresentações nos eventos importantes. Ana destaca que, com o tempo, foi inaugurado o teatro ao lado da escola, local onde eram realizadas apresentações dos alunos com uma grande plateia. O que mais causa saudade em Ana eram os cânticos das Irmãs da Escola São Carlos (informação verbal)¹³.

¹² Entrevista de Ricardo Vicente Zimmer cedida a Ana Carolina Cherobini Bortolin. Dona Francisca, 22 jul. 2022.

¹³ Entrevista de Ana cedida a Daffine Natalina Reck. Dona Francisca, 15 jul. 2021.

Luciano Chelotti ingressou na Escola em 1975 e lá estudou entre o jardim de infância e a quinta série. Com boas lembranças do colégio, o ex-aluno relembra que, no intervalo, uma Irmã abria a janelinha do bar e os alunos enfileiravam-se para comprar merengue e sorvete quente.

Chelotti relembra que, nas aulas de datilografia, os alunos aprendiam a digitar sem olhar para o teclado, uma tarefa um tanto difícil, ele comenta. Ele rememora que, no jardim de infância, após lancharem no recreio, os pequenos alunos, vestidos de uniforme, deviam ir ao banheiro escovar os dentes antes de voltar para a sala de aula, o qual possuía pias baixinhas para as crianças.

Luciano comenta que, na época das festividades de São João, os alunos ensaiavam apresentações com pau de fitas. Os ensaios eram realizados no salão da Escola e as apresentações ocorriam no pátio. Os alunos também ensaiavam coreografias para desfilar no feriado de 7 de Setembro, no centro do município (informação verbal)¹⁴.

Maria foi interna da escola entre o final da década de 1960 e início de 70. Ela estudou o ensino primário na localidade onde residia com a sua família, na Linha Formoso, em Dona Francisca. Como a Escola São Carlos oferecia ensino somente até a 5ª série, Maria cursou as séries seguintes, modalidade chamada na época de “ginásio”, na Escola José Manuel Gonçalves Gomes Mostardeiro (atual escola Maria Ilha Baisch). Devido à distância e à dificuldade de locomoção entre a sua casa e a escola, Maria manteve-se hospedada na Escola São Carlos como interna até concluir os seus estudos do “ginásio”.

A ex-interna relembra que as colegas de quarto compunham uma turma grande, tinham um bom convívio e as suas relações eram regadas de risadas e diversão. Ela relembra que os estudantes e internos que não pagavam mensalidade, devido às condições econômicas não favoráveis da família, tinham a tarefa de ajudar as Irmãs a varrer os corredores do prédio, cuidar da horta, cozinhar, limpar a cozinha e corredores, executar tarefas na lavanderia e tirar leite das vacas que ficavam em um potreiro perto da escola.

Maria também elogia a estrutura organizada que a escola tinha. Nas horas livres, os internos ocupavam o seu tempo assistindo televisão em uma sala de lazer e divertiam-se na quadra de esportes, localizada no primeiro andar do prédio, jogando *ping-pong* e outros esportes. Maria conta que é muito grata pela oportunidade que teve de poder ficar hospedada

¹⁴ Entrevista de Luciano Chelotti cedida a Ana Carolina Cherobini Bortolin. Dona Francisca, 29 jul. 2021.

na Escola, pois se não fosse assim, teria encerrado os seus estudos no quinto ano (informação verbal)¹⁵.

5.2.2.3 O noviciado de Dona Francisca

Após o seu retorno da viagem aos Estados Unidos e da Itália, em 1934, Madre Jacynta trouxe a permissão do Vaticano para abrir um noviciado em Dona Francisca, que funcionou no prédio da Escola São Carlos. Madre Romana Ambrosetti foi a primeira superiora regional e mestra das noviças. Era conhecida como uma pessoa extremamente materna, de bom senso e com uma fé profunda (FENKER, 2016).

No noviciado, costumava-se fazer votos por três anos, que correspondia a um período de experiência. Após três anos, faziam-se os votos perpétuos. O curso equivalia a seis anos de estudos. Irmã Terezinha Fantinel relata que vinham do colégio com véu branco cobrindo o rosto, comprido com uma cauda longa, uma camisola branca e por cima uma capa. Na igreja, elas ficavam ajoelhadas no banco por ordem de altura. As noviças, uma de cada vez, iam até o altar, passando pelo tapete vermelho e ajoelhando-se diante do padre, que fazia três perguntas. A cerimônia consistia em tirar a capa que vestia e vestir o hábito de religiosa que era trazido por uma postulante (FENKER, 2016).

Quanto à rotina no convento, as Irmãs acordavam muito cedo, rezavam e iam à missa na Igreja São José, todos os dias, com todas as internas. No retorno da igreja, iam tomar café e direcionavam-se para as salas de aula para fazerem os temas e estudar. Na época, eram todas as séries juntas em uma mesma sala, com um único professor (FENKER, 2016).

A disciplina no convento era muito rígida, não podiam falar nem mesmo com os familiares. Irmã Terezinha relata que no casamento de sua Irmã Helena, ela não pode comparecer e ficou na janela do último andar do convento acompanhando a entrada da noiva na Igreja (FENKER, 2016).

Até 1955, o noviciado formou 175 jovens que consagraram sua vida a Deus. A partir desta data, o noviciado foi transferido para Santa Maria, por decisão do padre Benjamim Ragagnin, pároco da época. O fato gerou controvérsias na comunidade e as Irmãs Palotinas partiram com muito pesar. Durante todos estes anos de atuação, o noviciado permitiu que muitas jovens da região fizessem a sua formação religiosa em Dona Francisca (FENKER, 2016).

¹⁵ Entrevista de Maria cedida a Ana Carolina Cherobini Bortolin. Dona Francisca, 29 jul. 2021.

5.2.2.4 Encerramento das atividades da Escola São Carlos e seu legado cultural

A Escola São Carlos encerrou suas atividades em 1981, principalmente devido à baixa matrícula de alunos, à abertura de escolas estaduais e ao fato de a Escola São Carlos ser de ensino particular. Durante todo o período de funcionamento, passaram pela escola aproximadamente 8.500 alunos (MARIN; ALÉSSIO, 1995).

Um importante capítulo da história de Dona Francisca foi encerrado. A Escola São Carlos foi uma instituição de renome, educou várias gerações e pessoas de diversos lugares do estado. Foi um sonho do povo franciscano realizado graças à sua união, garra e esforço da comunidade.

Em 1986, as Irmãs Palotinas venderam o prédio, que acabou sendo comprado por um ex-morador do município, cujos cômodos passaram a ser utilizados para comércio e residência. Em uma noite de outubro de 1990, o prédio da Antiga Escola São Carlos veio a ser alvo de um incêndio que, em poucas horas, consumiu todo o investimento material e afetivo construído ao longo dos anos. As ruínas que restaram seguem até hoje no município, na rua Dezessete de Julho, conforme Figuras 17 e 18.

Figuras 17 e 18 – Ruínas da Escola São Carlos



Fonte: acervo de Ricardo Vicente Zimmer ([20--])

A Escola São Carlos trouxe imensuráveis benefícios para Dona Francisca e região, possuindo significado grandioso enquanto patrimônio histórico e cultural, estando atrelado à história e ao desenvolvimento do município e região. Em relação ao aspecto educacional, a Escola possibilitou que os filhos dos colonos, muitos deles analfabetos, pudessem ter a oportunidade de estudar que os pais não tiveram. No quesito da religiosidade, a escola veio para somar esforços à igreja, reforçando o catolicismo por meio de um ensino baseado em valores pregados pela Igreja Católica.

O prédio da Escola São Carlos, onde as primeiras missionárias lançaram as sementes de sua ação evangelizadora, é um legado material, histórico, cultural, educacional e religioso para os franciscanos e todos os alunos e internos que por ele passaram. Educandos que se encontram por várias regiões do país atualmente e que carregam lembranças e recordações deste tempo. Tempo em que a Escola embelezou o centro da cidade, trouxe religiosidade, educação e desenvolvimento.

Com o objetivo de manter vivas as memórias da Antiga Escola São Carlos, a Prefeitura Municipal de Dona Francisca, proprietária atual da edificação, trabalha no projeto de revitalização do prédio. Desenvolvido pelo arquiteto e urbanista de São Paulo, Marcos Seeber Muller, o projeto irá contemplar diversos espaços para a disseminação da cultura, bem como para abrigar a estrutura administrativa do Poder Executivo.

De acordo com o Secretário da Cultura de Dona Francisca, Ricardo Vicente Zimmer, busca-se fazer uma intervenção modernista no prédio, sem perder as características originais e a sua história. Será uma pinacoteca com espaço multicultural de música, dança, exposições e também abrigará a nova sede da Administração Pública de Dona Francisca (informação verbal)¹⁶.

A esperança dos franciscanos, hoje, é de que o prédio seja restaurado para preservar o que os antepassados de muitos ajudaram a construir com esforço e união. Além de um legado material e histórico na cidade, o imponente prédio da Escola São Carlos deixou marcas emocionais na vida de muitas pessoas.

¹⁶ Entrevista de Ricardo Vicente Zimmer cedida a Ana Carolina Cherobini Bortolin. Dona Francisca, 22 abr. 2022.

5.2.3 Parque Histórico Municipal Obaldino Benjamin Tessele

O Parque Histórico Municipal Obaldino Benjamin Tessele foi inaugurado em julho de 1986, na administração de Mauri Moisés Tessele Mezzomo, em homenagem à colonização alemã e italiana. O Parque, que possui uma área total de 29 mil m², foi construído com a finalidade de guardar e expor aos visitantes instrumentos de trabalho antigos, especialmente relacionados ao cultivo de arroz, principal produto agrícola do município. No local, estão expostos maquinários como máquina a vapor, trator, arado de boi, forno de tijolo, entre outros (SECRETARIA DA CULTURA, TURISMO E DESPORTO DE DONA FRANCISCA, [20--]).

Para preservar outros objetos menores, foi construída uma edificação dentro do Parque, em 1986. Em 1995, foi construída uma casa em estilo alemã, com material original, que mostra as características arquitetônicas das residências dos imigrantes alemães de Dona Francisca. Na parte interna da casa, havia, até pouco tempo atrás, uma amostra de fotografias de famílias colonizadoras de Dona Francisca.

Também há, no Parque, a réplica de uma casa típica italiana, demonstrando a arquitetura italiana, além da exposição de móveis e utensílios domésticos e agrícolas que eram utilizados pelos imigrantes italianos que colonizaram a região. A casa constitui-se em um museu, cujos objetos foram doados pela própria comunidade. Devido ao desaparecimento de muitos dos objetos, a atual gestão da Secretaria Municipal da Cultural, Turismo e Desporto do município possui um projeto de revitalização das casas italiana e alemã, de modo a representarem efetivamente como eram as casas dos imigrantes, conforme relata o atual secretário Ricardo Vicente Zimmer. As Figuras 19 e 20 demonstram as réplicas da Casa Alemã e Italiana, respectivamente.

Figuras 19 e 20 – Réplicas de Casa Alemã e Italiana



Fonte: acervo de Ricardo Vicente Zimmer ([20--])

No Parque, encontra-se a sede da Secretaria Municipal da Cultural, Turismo e Desporto. O Parque conta também com um lago artificial que, além de embelezar o local, oferece serviço de pedalinhos em eventos importantes realizados no local. O espaço de lazer conta com churrasqueiras disponíveis para pessoas que gostam de passar um dia diferente, cancha de bocha, campo de futebol e um centro de eventos utilizado para shows e apresentações. Há também uma pista para prática de *motocross*, em que todos os anos, na Semana do Município¹⁷, são realizadas provas de circuito de *motocross* e motovelocidade. As belezas do Parque Municipal são demonstradas nas Figuras 21, 22 e 23.

Figuras 21 e 22 - Parque Histórico Obaldino Benjamin Tessele



Fonte: acervo de Jorge Francisco de Mello ([20--])

Figura 23 - Parque Histórico Obaldino Benjamin Tessele



Fonte: acervo de Jorge Francisco de Mello ([20--])

¹⁷ Nome dado pela comunidade de Dona Francisca à semana de eventos de comemoração do aniversário do município (17 de julho).

O Parque conta com um monumento de Nossa Senhora dos Navegantes, conforme Figura 24, representando a sua importância na religiosidade franciscana. Nos fundos do Parque, próximo ao monumento, passa o Rio Jacuí. A população frequenta o porto do Rio para a prática da pesca, andar de *Jet Ski* ou simplesmente para apreciar a admirável vista.

Figura 24 – Monumento de Nossa Senhora dos Navegantes



Fonte: acervo de Jorge Francisco de Mello ([20--])

O Parque Histórico sedia eventos religiosos, sociais, turísticos, de lazer e de recreação. No local, são realizados parte dos eventos da Semana do Município, que ocorre na segunda ou terceira semana do mês de julho. A programação conta com desfiles, competições, feira de produtos coloniais e artesanais, *shows* e exposição de maquinários e implementos agrícolas, vestuários e outros produtos para comercialização.

No mês de dezembro, são realizados eventos natalinos com iluminação e decoração característicos. No mês de fevereiro, ocorre a procissão em homenagem a Nossa Senhora de Navegantes, cuja celebração ocorre no porto do Rio Jacuí. Em setembro, é comemorada, no local, a Semana Farroupilha.

No dia-a-dia, a população utiliza os espaços do Parque para lazer, prática de caminhadas, de esporte, de pesca, entre outros. A vasta área verde é um ótimo espaço para as pessoas que desejam descansar e aproveitar o espaço ao ar livre. O Parque Histórico é um ponto de referência do município e atrai pessoas não só da comunidade, como também visitantes externos.

João relata em entrevista que, antes da construção do Parque, havia no local o campo do Esporte Clube Franciscano, que ocupava praticamente todo o espaço do atual Parque. Com o tempo, houve uma permuta do time com a Prefeitura, a qual comprou uma área para ceder

ao time a fim de poder ocupar o espaço para construir o Parque, pois era necessário haver um local destinado ao lazer e ao entretenimento à comunidade franciscana (informação verbal)¹⁸.

Ricardo Vicente Zimmer afirma também que o Parque foi construído para atrair um maior público e para serem realizados os eventos da cidade. Ricardo acrescenta que Dona Francisca foi o município pioneiro da Quarta Colônia a realizar a Semana do Município. Nas décadas passadas, muitas famílias franciscanas foram embora de Dona Francisca, principalmente para a fronteira, e o evento passou a ser uma forma de reunir os franciscanos.

Ricardo também destaca o Parque como um espaço para proporcionar e estimular a prática de exercício, de esporte, de lazer e de caminhada. É um espaço de socialização, de convívio (informação verbal)¹⁹.

5.2.4 O Rio Jacuí e o Porto

O Rio Jacuí é um dos principais – se não o principal - patrimônio de Dona Francisca. O seu porto possui um inestimável valor histórico, pois em outros tempos serviu como principal escoadouro da produção agrícola do município e região. O Rio Jacuí é um dos principais rios que banha o estado do Rio Grande do Sul, sendo de vital importância para os gaúchos. Toda a sua área de drenagem caracteriza-se pelo uso intensivo do solo para agricultura e pecuária. Também é caracterizado pelo aproveitamento energético através das Usinas Hidrelétricas de Ernestina, Passo Real, Salto do Jacuí, Itaúba e Dona Francisca.

De acordo com a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM), o Rio nasce no Planalto, próximo ao município de Passo Fundo, em uma altitude de aproximadamente 730 metros, possuindo um comprimento total de 710 km. Percorre aproximadamente 300 km até sua foz com a formação do delta do Jacuí, os rios Gravataí, Sinos e Caí. A bacia hidrográfica do Rio Jacuí é uma das mais importantes do estado, tem área de 71.600km², correspondendo a 83,5% da área da região hidrográfica do Guaíba.

No município de Dona Francisca, o Rio Jacuí recebe o afluente Rio Soturno. O Rio banha a costa direita do município, conforme demonstrado na Figura 25.

¹⁸ Entrevista de João cedida a Ana Carolina Cherobini Bortolin. Dona Francisca, 22 abr. 2022.

¹⁹ Entrevista de Ricardo Vicente Zimmer cedida a Ana Carolina Cherobini Bortolin. Dona Francisca, 22 abr. 2022.

Figura 25 – Área do município de Dona Francisca banhada pelo Rio Jacuí



Fonte: Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Dona Francisca, s.d., apud Vendrusculo, 2010, p. 59.

Devido à sua localização estratégica, foi construído em Dona Francisca, nos primórdios da Colônia, um porto servindo de escoadouro e comunicação entre as regiões de forma mais rápida e eficaz. A instalação do porto facilitou muito o trajeto para ir a Cachoeira do Sul e à capital, contribuindo significativamente para o transporte de mercadorias (FEPAM, s.d). Em entrevista, João comenta que a via de comunicação entre Dona Francisca e a capital era praticamente pelo Rio Jacuí. Caso contrário, seria necessário ir até Restinga Seca e de lá pegar um trem até Porto Alegre (informação verbal)²⁰.

Fenker (2016) menciona que do porto partiam as balsas para Porto Alegre, transportando madeira em abundância para lá ser vendida. De Porto Alegre a Dona Francisca, eram trazidos os produtos de necessidades aos moradores da Vila Dona Francisca. As viagens duravam cerca de 15 dias. Cada balsa tinha uma barraca improvisada onde os balseiros dormiam, guardavam seus utensílios pessoais e cozinhavam.

Os barcos que faziam o percurso Dona Francisca – Porto Alegre eram da Navegação Zilda, cujos proprietários eram Antônio Soccal, de Dona Francisca, e João Lisboa, de Cachoeira do Sul, bem como da Navegação Ariranha, de Genésio Migotto, também franciscano. Havia também a Navegação Refatti, de Ernesto Refatti, que tinha três barcos de navegação chamados Gurá, Guaracy e Guarani. A Navegação Jacuí era de propriedade de

²⁰ Entrevista de João cedida a Ana Carolina Cherobini Bortolin. Dona Francisca, 22 abr. 2022

Amo Gustav Pachaly e seus filhos Curt e Gerd. A Navegação Becker, de propriedade de Jacob Becker, foi a primeira companhia de navegação que existiu no Rio Jacuí (FENKER, 2016).

Fenker (2016) destaca que seu avô Adelino Carlos Tessele foi balseiro, juntamente com Virgílio Martini. Ela conta que o avô sempre recordava este ofício com grande saudosismo. Apesar de ser um caminho fluvial repleto de adversidades e incertezas, o espírito de aventura fazia com que superassem os empecilhos encontrados.

Durante longos anos do século XX, a balsa foi o meio de transporte utilizado na travessia do Rio Jacuí em Dona Francisca. Por meio dela, eram transportados carros, ônibus, carroças, animais e pessoas para o outro lado do Rio. No final da década de 1970, com o avanço da industrialização e dos meios de transportes, foi construída a ponte sobre o Rio, tornando a balsa obsoleta (FENKER, 2016).

Os barcos de navegação foram uma fonte de economia da Colônia. Como o trânsito era intenso entre a região e Porto Alegre, havia várias companhias de navegação, oportunizando trabalho para grande parte da população. Na margem do Rio Jacuí, junto ao porto, havia dois armazéns grandes da Marinha Mercante Brasileira onde eram depositada as mercadorias.

Fenker (2016) relata suas experiências como professora na comunidade de Cerro Chato, em Agudo. Ela diz que pegava ônibus na rodoviária e, quando este chegava à balsa, todos os passageiros tinham de desembarcar para que ele subisse na balsa. Como a travessia era muito cara, aguardavam até que chegassem mais veículos para atravessarem juntos. Se demorasse muito, atravessavam com uma canoa.

Mesmo não sendo mais utilizado o porto, o Rio Jacuí ainda apresenta importância indiscutível para o município, pois oferece recurso hídrico fundamental para a agricultura. Foi – e ainda é - o responsável pelo desenvolvimento e crescimento econômico de Dona Francisca. Ricardo Vicente Zimmer afirma que Dona Francisca não existiria sem o Rio Jacuí. Desta forma, podemos dizer que o Rio é uma das principais riquezas locais. Dona Francisca é carinhosamente consagrada como “namorada do Rio Jacuí”, uma relação que demonstra a importância histórica, cultural, ambiental e turística do rio (informação verbal)²¹. A seguir, apresentamos as Figuras 26 e 27, em que podemos verificar a vista do rio Jacuí e seu antigo porto.

²¹ Entrevista de Ricardo Vicente Zimmer cedida a Ana Carolina Cherobini Bortolin. Dona Francisca, 22 abr. 2022.

Figuras 26 e 27 – Rio Jacuí e Porto



Fonte: Figura 27: acervo de Ricardo Vicente Zimmer ([20--]); Figura 28: acervo de acervo de Jorge Francisco de Mello ([20--])

O Rio Jacuí também é muito utilizado pelos franciscanos e visitantes para a prática de pesca, lazer, e de esportes. Principalmente nos finais de semana, a cidade é visitada por turistas que acessam o antigo porto para andar de *Jet Ski*, mergulhar nas suas águas ou simplesmente apreciar a vista deslumbrante.

Sob o Rio Jacuí, também é localizada a Usina Hidrelétrica de Dona Francisca. No final da década de 1920, um grupo de sócios-proprietários franciscanos montaram a Usina Franciscana, com muito sacrifício e trabalho, com a finalidade de suprir a carência de energia de Dona Francisca. No final da década de 1940, a usina foi vendida para dois franciscanos, que construíram uma barragem maior. Nos anos 70, a Usina Franciscana foi vendida para a Celetro. Atualmente, a usina atua em toda região (FENKER, 2016).

Não podemos deixar de mencionar que, devido ao Rio Jacuí e às navegações, Nossa Senhora dos Navegantes foi consagrada como padroeira do município, protetora das águas. Atualmente, é realizado, nas margens do Rio, a celebração em homenagem à Santa a quem a comunidade é muito devota.

5.2.5 Praça Padre José Iop

A Praça Padre José Iop é um espaço apreciado pela presença humana. Local onde acontecem os mais importantes eventos sociais, culturais, religiosos, turísticos, de lazer e de recreação, de vital importância para uma cidade e seus cidadãos. É um local de encontro, onde há a interação das pessoas, socialização, transmissão de conhecimentos, apresentação de teatros, shows e de rituais em diversos tempos da história do município.

A Praça está situada no centro da cidade, na Rua Dezesete de Julho, em frente à Igreja São José. Em entrevista, Elizabete Marim declara que, até a década de 1970, o espaço da atual Praça tinha uma pista para jogos de basquete, bancos para sentar e usufruir da sombra de cinamomos, brinquedos de divertimentos de argolas giratórias tipo carrossel e algumas casas. No espaço, ocorreria também um baile no sábado que antecedia a festa dos Navegantes (informação verbal)²².

Na gestão do ex-prefeito Valídio José Cassol, a Praça ganha um planejamento urbanístico, paisagístico e ajardinado, estilo de arquitetura moderna, aconchegante, com vários espaços de lazer, praça de recreação para as crianças, banheiros públicos, campo de areia de voleibol, um local para hastear as bandeiras, pira para a chama simbólica, espaços para descanso com bancos para sentar e um quiosque para alimentação com mesas, cadeiras e sombrinhas para se acomodar. Uma praça com uma estrutura organizada e com uma visão panorâmica (SECRETARIA DA CULTURA, TURISMO E DESPORTO DE DONA FRANCISCA, [20--]).

A Praça foi inaugurada no dia 13 de dezembro de 1981 pelo ex-prefeito Municipal Valídio José Cassol, denominando-se Praça Padre José Iop, em homenagem ao pároco para eternizar a sua presença no meio de todos e pela sua valorosa contribuição em obras serviçal e espiritual que realizou no município em prol do bem do povo (SECRETARIA DA CULTURA, TURISMO E DESPORTO DE DONA FRANCISCA, [20--]). Em entrevista, Ricardo Vicente Zimmer relembra que os alunos da escola ajudaram a cuidar a praça por muitos anos, podando as árvores e cortando a grama. A comunidade como um todo participava, cuidando e zelando este patrimônio franciscano (informação verbal)²³.

Na gestão do ex-prefeito Mauri Moisés Tessele Mezzomo, este solicitou a permissão ao ex-prefeito Valídio Cassol para idealização do projeto de construção do Monumento do Padre José Iop na Praça. O Monumento do Padre foi inaugurado no dia 10 de julho de 1983 como uma forma de homenagem e reconhecimento da comunidade franciscana (SECRETARIA DA CULTURA, TURISMO E DESPORTO DE DONA FRANCISCA, [20--]).

Na gestão do ex-prefeito Carlos Albino Martini (*in memoriam*), no final da década de 2010, é realizado um novo projeto de revitalização da Praça. Atualmente, a Praça José Iop

²² Entrevista de Elizabete Marim cedida a Ana Carolina Cherobini Bortolin. Dona Francisca, 22 abr. 2022.

²³ Entrevista de Ricardo Vicente Zimmer cedida a Ana Carolina Cherobini Bortolin. Dona Francisca, 22 abr. 2022.

conta com bancos para sentar, quiosque, um letreiro em tamanho grande escrito “eu amo Dona Francisca”, banheiros públicos, uma pracinha com brinquedos para criança e o monumento em homenagem ao Pe. José Iop. As Figuras 28 e 29 mostram como se encontra a praça atualmente.

Figuras 28 e 29 – Praça Padre José Iop



Fonte: arquivo de Ricardo Vicente Zimmer (2022)

Em homenagem da comunidade franciscana aos Mártires da Fé, foi colocada na Praça uma réplica esculpida em pedra arenito, em tamanho natural, da Família de Adílio Segabinazzi Daronch e Pe. Manuel Gomes Gonzalez, criada pelo escultor Rogério Bertoldo, de São João dos Mellos, localidade pertencente a Julio de Castilhos. O monumento foi inaugurado no dia 25 de setembro de 2008, na passagem do centenário do aniversário do Coroinha Adílio, filho desta terra.

O monumento é composto pela imagem de Adílio, com 5 anos de idade, seu pai (Pedro Daronch), sua mãe (Judite Segabinazzi) e demais familiares, como Ermínea, Abílio, Zulmira, Carmelinda, Anita, João e Vilma. O Padre Manuel Gomez Gonzales, natural da

Espanha, aparece atrás, com uma das mãos abençoando a família e a outra em direção ao local de nascimento do Coroinha, em frente ao monumento, onde atualmente localiza-se o Sicredi.

Em entrevista, João explica a importância da Praça Padre José Iop, pois, ao conhecermos uma cidade, a sua praça é sempre um ponto de referência. Afirma que, mesmo revitalizada e reformulada, ainda apresenta importância por representar o município. Ricardo Vicente Zimmer relembra que na Praça já foram realizados muitos eventos, como a festa dos Navegantes, festa de São João e desfiles na Semana do Município e no carnaval. Também ocorria o desfile de 7 de Setembro, com bandas de Santa Maria e grande participação do público. Ricardo complementa que a Praça era um ponto de encontro da juventude; se encontrar na Praça era uma diversão (informação verbal)²⁴.

Por muito tempo, a Praça foi um local de encontro entre as famílias e amigos. Principalmente no sábado à noite, ir à Praça Padre José Iop era um evento. As famílias se reuniam no local para tomar sorvete e conversar. A criançada corria e brincava. Era também um ponto de encontro entre jovens para paquerar, principalmente porque a Praça recebia visitantes de cidades próximas. Muitas vezes aconteciam shows que chamavam muito a atenção do público. Entretanto, os hábitos das pessoas foram mudando e, atualmente, a Praça não é mais um local de encontros rotineiros como antigamente.

5.2.6 Cine São Luiz

Na década de 1940, em Dona Francisca, foi instalado, por Gentil Tessele, o primeiro cinema da Quarta Colônia. As sessões ocorriam aos sábados e domingos à noite. Nestes dias, Gentil percorria as ruas e linhas à tarde com seu carro e autofalante fazendo a propagando dos filmes (FENKER, 2016).

Antes de iniciar as sessões de filmes, enquanto as pessoas compravam os ingressos e se acomodavam nos assentos, Gentil colocava música na vitrola, normalmente músicas italianas. O equipamento do cinema era uma máquina manual. Eram necessárias de quatro a cinco horas para projetar um filme. A cada rolo do filme que terminava, as luzes eram acesas e era desenrolada a parte que havia passado e enrolado o outro rolo. Então, apagava-se a luz e seguia-se a projeção do filme (FENKER, 2016).

Durante os intervalos de troca dos rolos de filmes, Gentil colocava músicas em uma vitrola e Lino Tessele abria sua copa onde eram comercializados chocolates, balas, pipocas e

²⁴ Entrevista de João cedida a Ana Carolina Cherobini Bortolin. Dona Francisca, 22 abr. 2022.

bebidas gasosas. A plateia ficava conversando e degustando as guloseimas. Ter um cinema era sinônimo de glamour, em uma época de ouro do cinema. O cinema era muito concorrido, pois além dos franciscanos, frequentavam pessoas de localidades vizinhas (FENKER, 2016).

Em 1956, Gentil Tessele vendeu o direito da projeção de filmes a Antônio Correa, cachoeirense que foi morar em Dona Francisca com a sua esposa. Em 1959, Ernesto Mezzomo e Cledia Cassol Mezzomo, franciscanos residentes em Santa Maria, construíram o Cine São Luiz, no terreno em que Cledia havia herdado de seu pai, Umberto Cassol. Antônio Correa, reconhecido pela sua habilidade no ramo, foi nomeado gerente do Cine São Luiz. O prédio do Cine São Luiz é inaugurado em julho de 1960, em uma noite de gala (FENKER, 2016).

A sugestão do nome “São Luiz” partiu do construtor, Revaldino Baldissera, que residia em Dona Francisca. A Empresa exibidora foi registrada como Mezzomo & Correa Ltda. As cadeiras colocadas no auditório, todas de madeira, foram compradas em Porto Alegre. O projetor de películas em 35mm projetavam na tela os filmes que eram alugados de distribuidoras, os quais geralmente vinham de ônibus como encomenda (SECRETARIA DA CULTURA, TURISMO E DESPORTO DE DONA FRANCISCA, [20--]).

O Cine era um belo prédio, decorado em estilo neoclássico, com palco, camarim e quinhentos assentos (Figura 30). O clássico filme *Ben-Hur*, de William Wyler, que estreou no Brasil em janeiro de 1960, com óscar de melhor filme, melhor ator e diretor, foi o filme de estreia no cinema São Luiz e ficou em cartaz durante muitos meses, atraindo público de todos os lugares da região. Filmes de *Farwest*, *Spaguetti* italiano, mexicanos, clássicos como “Os dez mandamentos”, a emocionante película espanhola “Marcelino Pão e Vinho” e tantos outros gêneros de comédia ao romance divertiram adultos e jovens nas matinés e marcaram gerações apaixonados pelo cinema (SECRETARIA DA CULTURA, TURISMO E DESPORTO DE DONA FRANCISCA, [20--]).

Figura 30 – Espaço interno do Cine São Luiz



Fonte: acervo de Ricardo Vicente Zimmer ([20--])

O cinema foi um divertimento que marcou a época da comunidade de Dona Francisca. A chegada da televisão foi diminuindo gradativamente a frequência do público do cinema São Luiz e o espaço começou a ser usado para a realização de formaturas, espetáculos teatrais, posses de prefeitos e apresentações musicais. Nos anos de 1970, encerraram-se as projeções de filmes no Cine São Luiz (SECRETARIA DA CULTURA, TURISMO E DESPORTO DE DONA FRANCISCA, [20--]).

Fenker (2016) relata que, em 2004, os proprietários do prédio, Ernesto e Cledia Mezzomo, fizeram uma parceria com a Prefeitura Municipal: doaram-na o prédio e essa, em contrapartida, faria a sua conservação. No mesmo ano, na Semana do Município, foi inaugurada a Casa de Cultura Umberto Cassol, que em seguida teve problemas estruturais em seu forro, telhado e piso, permanecendo-se inviável a sua utilização até os dias atuais. A partir disso, a atual gestão do município possui um projeto de restauração e revitalização do espaço como Centro Cultural, preservando sua identidade de sala de cinema e espetáculos, não deixando a história do cinema de Dona Francisca acabar. A Figura 31 demonstra como se encontra o prédio do Cine São Luiz atualmente, localizado na Rua Marechal Artur da Costa e Silva.

Figura 31 – Prédio do Cine São Luiz atualmente



Fonte: acervo de Ricardo Vicente Zimmer ([20--])

Em entrevista, Ricardo Vicente Zimmer relata que era comum o hábito de as pessoas irem ao cinema no século passado, pois poucos tinham televisão, já que era um equipamento caro, com poucos canais e nem sempre transmitia sinal. O cinema em Dona Francisca era um local de socialização, de encontro dos namorados e amigos. Zimmer comenta que as pessoas se perfumavam e se arrumavam para ir ao cinema. A ida ao cinema não era uma simples experiência como é atualmente. Na verdade, o momento despertava um sentimento único de emoção. O período do Cine São Luiz foi um tempo mágico que não volta mais (informação verbal)²⁵.

João conta que o público lotava o cinema de Dona Francisca e afirma que foi uma grande conquista cultural para o município, marcando a vida da comunidade. João relembra que outros municípios da Quarta Colônia também tiveram cinema na mesma época, mas Dona Francisca é o único município que ainda possui o prédio até os dias atuais (informação verbal)²⁶.

Desta forma, podemos dizer que o Cine São Luiz é um importante patrimônio do município, pois foi um espaço de lazer, entretenimento, convívio entre as pessoas e de crescimento cultural. A esperança da comunidade é que as suas memórias permaneçam vivas e sejam transmitidas para as próximas gerações.

²⁵ Entrevista de Ricardo Vicente Zimmer cedida a Ana Carolina Cherobini Bortolin. Dona Francisca, 22 abr. 2022.

²⁶ Entrevista de João cedida a Ana Carolina Cherobini Bortolin. Dona Francisca, 22 abr. 2022.

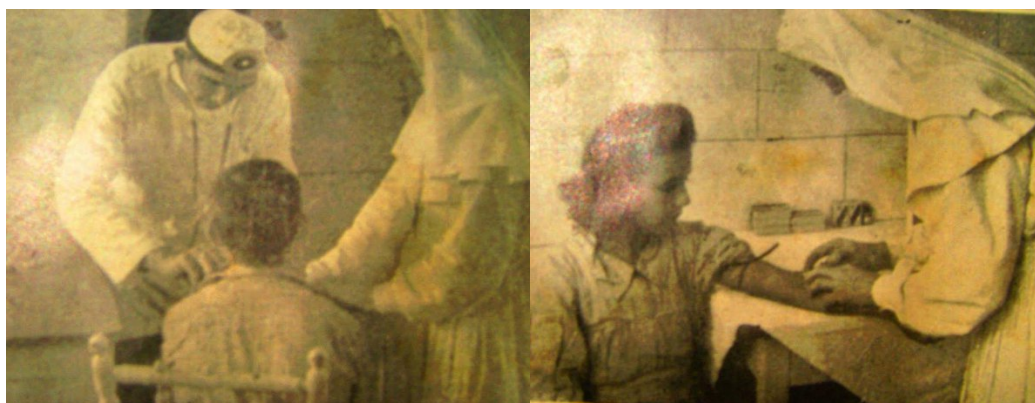
5.2.7 Hospital Rainha dos Apóstolos

O Hospital Rainha dos Apóstolos foi fundado pelo Padre José Iop junto às Irmãs Palotinas, inaugurado em 03 de outubro de 1937, em um terreno adquirido para este fim, próximo aos pés do morro Santo Antônio. A administração ficou a cargo das Irmãs, as quais haviam chegado a Dona Francisca em 1933. O Hospital foi construído graças às doações dos recursos necessários por parte dos colonos franciscanos, muitos dos quais também trabalharam na obra em sistema de mutirão (FENKER, 2016).

Em entrevista, Ricardo Vicente Zimmer afirma que o Hospital era um dos melhores da região. Para a época, foi um dos hospitais mais equipados e trouxe auxílio inigualável a todos que recorriam a ele, desde doenças corriqueiras até as mais complexas. Zimmer relembra que o Hospital era bem cuidado, possuía um espaço com jardim e lago com peixes (informação verbal)²⁷.

O Hospital era equipado com enfermarias, consultórios, farmácia e uma sala de cirurgia com raio-X. A farmácia, denominada São José, foi a primeira de Dona Francisca com grande quantidade de medicamentos. As primeiras Irmãs enfermeiras foram Ercilia Buccaria, Faustina Paze, Matilde Perobele, Gema Sarzi e Terezinha Piccinin (FENKER, 2016). A seguir, apresentamos fotografias de atendimentos realizados no Hospital (Figuras 32 e 33).

Figuras 32 e 33 – Atendimentos no Hospital Rainha dos Apóstolos



Fonte: acervo da Secretaria da Cultura, Turismo e Desporto de Dona Francisca ([19--])

No início de funcionamento do Hospital, muitas vezes ocorreram mudanças de médicos e, até mesmo, ocorreu a falta de profissionais para atendimento. Para conseguir pagar

²⁷ Entrevista de Ricardo Vicente Zimmer cedida a Ana Carolina Cherobini Bortolin. Dona Francisca, 22 abr. 2022.

as despesas contraídas com a construção do Hospital, as Irmãs frequentemente trabalharam no campo e, para se alimentar, contavam com auxílio da comunidade (FENKER, 2016).

Em determinado momento, a pedido do Padre José Iop, as Irmãs deram hospitalidade a Francisco Bortolotto – chamado de Keketo – o qual se propôs a ajudá-las no Hospital com tudo o que sabia e podia fazer. Anos depois, antes do seu falecimento, Keketo recompensou as Irmãs, declarando-lhes a doação dos seus bens, que correspondia a uma grande área perto do morro Santo Antônio, incluindo o terreno que as Irmãs doaram para a construção do Santuário dos Mártires da Fé Pe. Manoel e Coroinha Adílio (FENKER, 2016).

No terreno, as Irmãs Palotinas tinham também horta, vacas de leite e criação de galinhas. Ao lado do Hospital, em meio ao pomar, se destacava uma gruta toda ornamentada de pedras em homenagem a Nossa Senhora de Lourdes. Era um espaço para orações e devoção que está intacto até hoje (FENKER, 2016).

O Hospital fechou as suas portas em 2005 e, até os dias atuais, é reconhecido como um patrimônio construído com o auxílio e o esforço da comunidade. Muitos franciscanos nasceram neste local de onde, atualmente, só restam saudades. O prédio (Figura 34) foi vendido à Prefeitura e, então, as Irmãs Palotinas partiram de Dona Francisca.

Figura 34 – Hospital Rainha dos Apóstolos



Fonte: acervo da autora (2022)

Tendo em vista o fechamento da Escola São Carlos, nos anos de 1980, e o encerramento das atividades do Hospital Rainha dos Apóstolos, o município de Dona Francisca, que sediou a primeira instituição de Irmãs Palotinas na América Latina, não conta

mais com as religiosas que muito contribuíram para o crescimento econômico, cultural e religioso do local (FENKER, 2016).

5.2.8 Morro Santo Antônio

O Morro Santo Antônio é um patrimônio cultural, turístico e religioso de Dona Francisca, um elemento natural com uma cruz em seu topo, iluminada à noite, representando Jesus Cristo, maior símbolo do Cristianismo. O Morro (Figura 35) é cercado por uma diversidade de vegetação e mata nativa, cobijado pelas caminhadas e trilhas ecológicas e o cantar dos pássaros, fazendo uma conexão com o coração. O morro tem uma altura 382,5 metros e a cruz conta com 12 metros de altura, 6,5 metros de largura e dois projetores com lâmpadas de sódio com 400w (SECRETARIA DA CULTURA, TURISMO E DESPORTO DE DONA FRANCISCA, [20--]).

Figura 35 – Morro Santo Antônio



Fonte: acervo de Ricardo Vicente Zimmer ([20--])

Em 1934, havia sido criada a Paróquia São José pelo Bispo de Santa Maria Dom Antônio Reis. Em 1959, a Paróquia completou 25 anos – Jubileu de Prata. A comunidade foi consultada sobre o que poderia ser feito para solenizar esta data. As opções eram duas: fazer o pedido de visita pastoral ao Senhor Bispo Diocesano, com grande festa e agradecimento a Deus pelos benefícios recebidos, ou colocar uma cruz no Morro Santo Antônio, como marco histórico da fé dos franciscanos. A segunda opção foi a mais votada pela comunidade (FENKER, 2016).

No dia 31 de julho de 1959, 23 homens da comunidade local roçam e limpam o terreno no alto do morro para a instalação da cruz. Em 13 de setembro do mesmo ano, foi rezada, no alto do morro, uma missa vespertina em sinal de penitência e ação de graças pelos 25 anos de Paróquia, com a participação de mais de quinhentas pessoas (FENKER, 2016).

Alexandre Rampelotto, franciscano, residente em Porto Alegre, relata que esta primeira cruz foi consumida por um incêndio, sobrando alguns pedaços queimados. Em dezembro de 1983, Alexandre passou no vestibular e fez uma promessa de colocar uma nova cruz no topo do morro. Em 1985, Alexandre deu início ao pagamento da promessa, levando o material ao alto do morro (SECRETARIA DA CULTURA, TURISMO E DESPORTO DE DONA FRANCISCA, [20--]).

No sábado anterior à Semana Santa, acompanhado pelos amigos Evandro Ludwig, Beto Copetti e Carlos Pozzer, Alexandre sobe o morro para cumprir a primeira parte da sua missão, levando o material até o local, onde no chão a cruz foi montada. No dia seguinte, levaram pedaços de madeira que seria usada para erguer a cruz. Realizaram várias tentativas para erguê-la, mas os equipamentos usados eram precários e insuficientes. Em uma das tentativas, a cruz caiu, pressionando um pedaço de madeira contra uma pedra, jogando Evandro para o alto. Tal episódio levou a desistência e a decisão por retornar no próximo final de semana (SECRETARIA DA CULTURA, TURISMO E DESPORTO DE DONA FRANCISCA, [20--]).

Na Sexta-feira Santa, o grupo se preparou cedo, novamente, para subir o morro, levando cordas e outros materiais. Lá encontraram várias pessoas, visto que subir o Morro Santo Antônio para colher macela, nesta data, é uma antiga tradição do povo franciscano. As pessoas presentes no local, entre eles Daniel Marzari e Olavo Cassol, ajudaram a erguer a Cruz (SECRETARIA DA CULTURA, TURISMO E DESPORTO DE DONA FRANCISCA, [20--]).

Em 1995, na administração do ex-prefeito Mauri Moisés Tessele Mezzomo, a cruz foi trocada por uma de metal, visando maior durabilidade. A cruz de metal foi puxada por uma canga de bois, até uma certa altura, e puxada por funcionários da Prefeitura. Na Semana do Município de 1995, às 19h, ocorreu um evento de inauguração da terceira cruz, com luzes iluminando o Morro Santo Antônio. A Cruz no Morro Santo Antônio possui uma representação significativa, principalmente à noite. Iluminada é como se fosse Jesus de braços abertos derramando bênçãos sobre a cidade.

6 PRODUTO

O Centro Interpretativo Digital do Patrimônio Cultural de Dona Francisca foi elaborado tendo em vista oportunizar à comunidade local e externa o conhecimento da história do município e a importância dos principais patrimônios locais. O público alvo é a comunidade em geral, incluindo moradores do município e turistas que desejam conhecer a história do município e seus patrimônios culturais.

O CID está disponibilizado em um *website*, o qual recebeu o nome de “Dona Francisca: nosso Patrimônio, nossa Identidade”, de modo a reforçar a relação entre o patrimônio local e a formação da identidade da comunidade. O CID pode ser acessado por meio do link: www.patrimoniosdonafrancisca.site

Para acessar o *website*, é necessária a utilização de um navegador em um dispositivo conectado à rede de *internet*. Em relação às cores, utilizou-se nos títulos e frases principais o mesmo tom de verde da logomarca do Geoparque Quarta Colônia, por estar diretamente relacionado a ele.

A página inicial do *website* está dividida em 3 partes: a) menu de navegação superior, contendo os ícones “Início”, “História”, “Patrimônios históricos culturais”, “Espaço interativo” e “Contato”; b) área central, contendo um carrossel de imagens de Dona Francisca; c) área de rodapé, local onde estão disponíveis as logomarcas das instituições e iniciativas que deram suporte à elaboração deste produto, entre elas: Universidade Federal de Santa Maria, Prefeitura Municipal de Dona Francisca, Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da UFSM, Curso de Sistemas de Informação da UFSM, Curso de Ciência da Computação da UFSM e Geoparque Quarta Colônia. A Figura 36 apresenta como é a página inicial do CID.

Figura 36 - Página Inicial do Centro Interpretativo Digital



Fonte: www.patrimoniosdonafrancisca.site

O conteúdo referente à formação de Dona Francisca, desde o período de Fazenda até o seu processo emancipatório, foi dividido em três seções. Desta forma, conforme apresentado na Figura 37, ao posicionar-se o cursor sob o item “História”, surge uma aba com itens referentes aos assuntos que o leitor deseja conhecer: características gerais do município; a colonização do território; e a vila de Dona Francisca torna-se município.

Figura 37 - Item “História” do menu do Centro Interpretativo Digital



Fonte: www.patrimoniosdonafrancisca.site

Ao posicionar-se o cursor sob o item “Patrimônios históricos culturais”, surge uma aba com os oito patrimônios culturais, em que o usuário poderá clicar no ícone referente ao patrimônio que deseja conhecer (conforme Figura 38). Dentro da página de cada patrimônio,

há um carrossel de fotografias do referido bem cultural, informações escritas e, em alguns casos, vídeos ilustrando o patrimônio em questão. No final da página de cada patrimônio, há informações sobre o horário em que o patrimônio está aberto ao público para visitação, além de um mapa do município com a sua localiza o.

Figura 38 - Item “Patrimônios Históricos Culturais” do menu do Centro Interpretativo Digital



Fonte: www.patrimoniosdonafrancisca.site

No final da página da história do município e de cada patrimônio, há um espaço para o usuário escrever e compartilhar conhecimentos, experiências, curiosidades e informa es gerais sobre o referido assunto, bastando ao usuário *logar* com o seu *e-mail*. As informa es serão posteriormente avaliadas para serem disponibilizadas na forma de conteúdo interpretado. Se o usuário desejar enviar fotografias para serem publicadas no CID, ele poderá encaminhá-las para o endereço de *e-mail* informado no *website* (patrimoniodonafrancisca@gmail.com).

Ao clicar no item do menu “Espaço interativo”, o usuário poderá acessar brincadeiras e jogos envolvendo os assuntos abordados no CID. Estão disponibilizados arquivos em formato *Portable Document Format* (PDF) para impressão com jogo da memória, caça-palavras e jogo de montar palavras, conforme Figura 39.

Figura 39 - Jogos disponíveis no item “Espaço interativo” do Centro Interpretativo Digital

CAÇA- PALAVRAS SOBRE DONA FRANCISCA

A R R R R I L T W X H U L I R R R F N C O F A I X W N
L I P A R Q U E H I S T O R I C O G R E J U R L O
R O N S H J E R O H J K L R I R U P U W A Q Q O T S
U J S A S S O M S E R P I V D O P E W U F L R Y S
T A C A S O D I P T C T O A E V O P G R U O L U A S
A C A O P A T Y I E R R Q I A V I V V R P E A A S
E U F R O U G I T R A E F H E E S D G J L O P D E
S I A I J Y T A A T K T O U R S S M E M B U T L N
A D F E R Y T A L U E T R R R U M O R T I G O U M H
Q U K D E R A T R O R T J Y T R I J A E R G H S O
A I L S A D G H Y I E U T P O Y U Z A V R A N T O U A
U C A T E R E S E N N O A A S S T U I P K U D A L E P D
O R U S A S E S H Y P A A A T E H U U E P L A L U O
I E E O A L O O A T N A U A E A G O U L S T G H A P O S
N T A M A Q E J D T R E U R A G O U C T G R A L N
O O G A I U R O O R E R R A D E F A A L O L U E T F L A V
T B P C U A U A S O E R R R E A F S E L P E G U G V
N A L U S R R N S A U A E S P I U P E L B A C A E Y P N G
A L H I P T U A I P R A S U R U R L N A S E R E Y A G
O D G C O A J I O F U A A O P O I U A A E R F D O A
T I A N A C O L R T O H P J A U D S P C A E L D P A T N
N I A E O L R T U P G P E R T R T L R A E L P E A S S
A O P R G L P I G O L D A G A R L P T L R L R A E A U S
S T E F R E N I Q U S O P T P R A L A R I H O E R T U I S
D S R H N I A E A T B I U A G R U D A S I A U P N U
N S E R R D A E A T R A U D I P O D U Y T U T E R P O
E E I R A T U T R A U D I P O D U Y T U T E R P O
Z L R P L I L U L E A D I F P O D U Y T U T E R P O
A E U L A T U L I A T A F I O D U Y T U T E R P O
A F T I R M A S P A L O T I N A S L O P I G U I C R
A D G E R T A N O A F A L A E L S T M O G F S O J


BAIXAR

PINTE AS SÍLABAS QUE FORMAM O NOME DO PATRIMÔNIO REPRESENTADO EM CADA FIGURA

NOME DOS PATRIMÔNIOS

IGREJA SÃO JOSÉ
ESCOLA SÃO CARLOS
PARQUE HISTÓRICO
RIO JACUÉ


PRAÇA JOSÉ IOP
CHUÇA SÃO LUIZ
HOSPITAL RAINHA DOS APÓSTOLOS
MORRO SANTO ANTÔNIO



GRE	GA	PER	SAO	MUI	SÉ
CRE	A	PO	LE	TER	TUI
BEM	O	I	TU	MÁ	JA
JO	LI	MO	TU	FIR	OU

BAIXAR

JOGO DA MEMÓRIA: imagens, nomes e datas



BAIXAR

Fonte: www.patrimoniosdonafrancisca.site

Na mesma página, há um *Quiz*, em que o usuário poderá responder a questões do tipo “verdadeiro ou falso” para testar os conhecimentos obtidos sobre a história do município e os patrimônios (Figura 40). Estão disponíveis 30 questões e, ao iniciar o teste, o *website* selecionará 10 questões aleatoriamente para serem respondidas pelo usuário. Ao concluir o teste, o usuário poderá verificar quantas questões acertou e a resposta correta de cada uma.

Figura 40 - *Quiz* disponível dentro do item “Espaço interativo” do Centro Interpretativo Digital

Que tal responder a algumas questões para testar os seus conhecimentos obtidos nesse site?

Nome

Nome

Email

Email

0 % Proxima Pergunta

Fonte: www.patrimoniosdonafrancisca.site

No item “Contato”, está disponibilizado o endereço de *e-mail* do CID, bem como o *link* de acesso ao *website* da Prefeitura Municipal de Dona Francisca e do Geoparque Quarta Colônia (Figura 41).

Figura 41 - Informações disponíveis no item “Contato” do menu do Centro Interpretativo Digital

A sua opinião é muito importante para nós! Entre em contato por e-mail para registrar seus elogios, reclamações ou sugestões. A sua contribuição na construção dos conteúdos deste site também é importante. Você pode nos enviar imagens ou informações adicionais sobre os assuntos expostos aqui.

E-mail para contato e envio de informações adicionais: patrimoniodonafrancisca@gmail.com

Acesse também:
 Geoparque Quarta Colônia: <https://www.geoparquequartacolonia.com.br/home>
 Prefeitura Municipal de Dona Francisca: <https://www.donafrancisca.rs.gov.br/home>

Fonte: www.patrimoniosdonafrancisca.site

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado teve como objetivo principal a elaboração de um Centro Interpretativo Digital do Patrimônio Cultural de Dona Francisca, de modo a preservar e difundir as memórias, os significados e os valores atrelados aos patrimônios históricos e culturais locais.

Pode-se afirmar que os objetivos específicos relacionados à pesquisa foram alcançados de forma satisfatória, tendo em vista que obtiveram-se informações relevantes sobre os patrimônios e foi possível compreender-se a sua importância histórica e cultural para a comunidade local.

Após a realização deste estudo, verificamos que considerável parte dos patrimônios pesquisados está relacionada, em sua integralidade ou em parte, à religiosidade, demonstrando a importância deste elemento no cotidiano da comunidade local desde a colonização de Dona Francisca até os dias atuais. É importante mencionarmos, também, que a construção cultural de Dona Francisca contou com grande contribuição e apoio da comunidade franciscana, uma comunidade unida, esperançosa e que não media esforços para o alcance de um bem em comum, conforme se concluiu após análise dos relatos.

O maior desafio desta dissertação foi colocar em prática a disponibilização das informações no *website* de forma interpretativa. A interpretação consiste em apresentar as informações de uma maneira interativa, que seja capaz de gerar a curiosidade no usuário e, acima de tudo, que o conscientize a respeito da importância do patrimônio, além da utilização de outras técnicas específicas da interpretação patrimonial.

Algumas ideias inicialmente previstas não puderam ser postas em prática até este momento. Desta forma, pretende-se, futuramente, disponibilizar no CID mais recursos que possibilitem a interpretação do patrimônio, como, por exemplo, um *tour* virtual. Também se considera importante dar continuidade às pesquisas e incluir novos patrimônios de Dona Francisca no CID, inclusive os localizados na zona rural do município. Por fim, é relevante que também sejam incluídos patrimônios portadores de referência à identidade de grupos minoritários de Dona Francisca, como a Comunidade Quilombola Acácio Flores.

A realização desta pesquisa e, a partir disso, a elaboração do CID, proporciona à comunidade local a oportunidade de reconhecer a importância do seu patrimônio. Diante disso, o CID tende a estimular a conscientização das pessoas a respeito da valorização e preservação da história local, o que impactará positivamente na formação de futuras

identidades. Além disso, o CID tende a proporcionar maior visibilidade do município e da Quarta Colônia como um todo ao público externo, estimulando o turismo local. Por fim, este produto poderá incentivar a criação de Centros Interpretativos Digitais pelos demais municípios da Quarta Colônia, contribuindo ainda mais com a promoção das riquezas culturais.

A partir do encerramento do mestrado, existe a possibilidade de o Geoparque Quarta Colônia ou da Prefeitura de Dona Francisca assumir a administração do *website*, contando com a contribuição da autora deste trabalho na realização de novas pesquisas para continuar alimentando o site.

8 REFERÊNCIAS

- ACESSO à internet aumenta no Rio Grande do Sul e ultrapassa os 14 milhões de habitantes. **Litoral Mania**. Osório, 2021. Disponível em: <https://litoralmania.com.br/acesso-a-internet-aumenta-no-rio-grande-do-sul-e-ultrapassa-os-14-milhoes-de-habitantes/>. Acesso em: 13 set. 2022.
- ANDRADE, J. V. DE. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 7. ed. Ed. Ática. São Paulo: Ática, 2000.
- ARRUDA, G. Monumentos, semióforos e natureza nas fronteiras. In: ARRUDA, G. (Org.). **Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas**. Londrina: Eduel, 2005.
- ASSIS, M. J. P. de. **Registro das memórias: uma questão identitária**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, Mamanguape, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7655/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2021.
- BAEYENS, H. **Centros de Interpretación del Patrimonio** – Manual Hicira. Barcelona, 2005. Disponível em: https://www.diba.cat/c/document_library/get_file?uuid=30255bf9-e4ce-4cbc-97e1-553e184249d1&groupId=99058. Acesso em: 28 out. 2021.
- BALLART, H.; TRESSERAS, J. J. **Gestión del patrimonio cultural**. 3. ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2007.
- BECK, L., CABLE, T. **Interpretation for the 21th Century: fifteen guiding principles for interpreting nature and culture**. 2. ed. United States of America: Sagamore Publishing, 2002.
- BINOY, A. T. Archaeological and Heritage Tourism Interpretation A Study. **South Asian Journal of Tourism and Heritage**, v. 4, n. 1, p. 100-105, 2011. Disponível em: <https://www.sajth.com/old/vol4issue1/L%20Binoy.pdf>. Acesso em 08 nov. 2021.
- BOLZAN, M. **Quarta Colônia: da fragmentação à integração**. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4503/MoacirBolzan.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 07 fev. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 jun. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 08 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: Orientações básicas**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/tu000019.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: Orientações básicas**. Brasília, 2010. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Você sabe o que é um geoparque?** Disponível em: <http://antigo.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/2590-voce-sabe-o-que-e-um-geoparque#:~:text=S%C3%A3o%20as%20regi%C3%B5es%20que%20agregam,ainda%20pouco%20difundido%20por%20aqui>. Acesso em: 04 jan. 2021.

CAMINHOS da imigração italiana no Rio Grande do Sul (LXXI). **Blog do Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva (UFSC/UFES/UFESJ)**, [s.d.]. Disponível em: https://labomidia.ufsc.br/Santin/Col_italiana/12_Caminhos_da_ImigracaoItaliana_No_RS-chronicas_71_a_80.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CASASSOLA, N. B. **Sua Terra, Sua Gente**. Dona Francisca [s.n], 1985.

CASTRO, E. DE.; FERNANDES, G. P.; FIRMINO, G. **Os geoparques como estratégias de desenvolvimento turístico de base territorial**. Disponível em: <http://bdigital.ipg.pt/dspace/handle/10314/2369>. Acesso em: 10 dez. 2021.

CARTER, J. **A sense of place: An interpretive planning handbook**. [Scotland]: Scottish Interpretation Network. Disponível em: https://portal.unifreiburg.de/interpreteurope/service/publications/recommendedpublications/carter_sense-of-place.pdf. Acesso em: 26 out. 2021.

CECCHIN, D. N. **Integração do patrimônio cultural ao natural como recurso geoturístico na implementação do projeto do Geoparque Quarta Colônia, RS, BR**. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19513/TES_PPGGEOGRAFIA_2019_CECCHIN_DILSON.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 jun. 2022.

CHAUMIER, S.; JACOBI, D. **Nouveaux regards sur l'interprétation et les centres d'interprétation**. La Lettre de l'OCIM. Dijon: OCIM. 119, 2008.

CHIOZZINI, D. **Turismo cultural e educação patrimonial mais próximos**. Disponível em: <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=147>. Acesso em: 09 jan. 2021.

CRUZ, J.A.S. **A identidade e a memória como fatores de integração: a Quarta Colônia de imigração italiana do RS/Brasil e o desenvolvimento regional (1955-2020)**. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23266/TES_PPGHISTORIA_2020_CRUZ_JORGE.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 03 fev. 2022.

CRUZ, J. A. S. *et al.* Dona Francisca namorada do Rio Jacuí. *In:* BACCA, A. A (org.). **150 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Bento Golçalves: Projecto Cultural Sur/Brasil, 2019.

CRUZ, J. V. Q. DA. Religião e religiosidade em Vale Vêneto/RS. **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá, n. 216, p. 84-93, mai - jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/45803>. Acesso em: 12 jan. 2022.

DIAS, R. **Turismo e patrimônio cultural**: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

FENKER, T. T. **Resgatando a grande Cachoeira**. Porto Alegre: Corag, 2016.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIS ROESSELER. **Qualidade Ambiental**: região hidrográfica do Guaíba. Disponível: <http://www.fepam.rs.gov.br/qualidade/guaiba.asp>. Acesso em: 12 abr. 2022

FREITAS, T. M. A educação para o Patrimônio Cultural como estratégia de desenvolvimento local. **Revista Ágora**. Santa Cruz do Sul, v.17, n. 02, p. 32-41, jul-dez. 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/6682>. Acesso em: 18 nov. 2021.

FRIEDRICH, F. H. **Gastronomia e imigração alemã na região central do Rio Grande do Sul**: Colônia de Santo Ângelo (segunda metade do século XIX). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9671/FRIEDRICH%2c%20FABIANA%20HE LMA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 03 fev. 2022.

GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA. **O que é um Geoparque Mundial da UNESCO**. Disponível em: <https://www.geoparquequartacolonia.com.br/quem-somos/o-que-e-um-geoparque-mundial-da-unesco>. Acesso em: 06 jan. 2021.

GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA. **Relatório de Atividades**. Disponível em: <https://www.geoparquequartacolonia.com.br/publicacoes/relatorios-de-atividades>. Acesso em: 31 jan. 2021.

GIMENO, A. G. F. **Apropriações e comércio de terras na cidade da Cachoeira no contexto da imigração europeia (1850-1889)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9655/GIMENO%2c%20ALEJANDRO%20JES US%20FENKER.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 fev. 2022.

GRIMALDI, S. S. L.; LOUREIRO, J. M. M.; MIRANDA, M. K. F. O. Patrimônio cultural digital: novas configurações para a memória social. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/798>. Acesso em: 05 nov. 2021.

GROFF, A. **A desterritorialização das escolas do campo do município de Dona Francisca/RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia e Geociências) – Universidade Federal

de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em:
https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11969/DIS_PPGGEOGRAFIA_2016_GROFF_ALTAIR.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 05 mar. 2022.

HALBWACHS, M. **On Collective Memory**. Chicago [s.n.], 1992.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HENRIQUES, R. M. N. Narrativas, patrimônio digital e preservação da memória no Facebook. **Revista Observatório**, v. 3, n. 4, p. 123-146, ago. 2017. Disponível em:
<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3600>. Acesso em: 20 mar. 2022.

HORTA, M.L.P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília, IPHAN, Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **[Portal do] IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/dona-francisca/panorama>. Acesso em: 05 fev. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: Iphan, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf. Acesso em: 05 jan. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais**. 3. ed. Brasília, DF : Iphan, 2012. Disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1__parasabermas_web.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

KNOB, F. P. **Paróquia de São Bonifácio, Agudo, 1889-1989**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990.

LEITE, E. **Turismo cultural e patrimônio imaterial no Brasil**. São Paulo: Intercom, 2011.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1981.

LISBOA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. E-book. Disponível em:
<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23643>. Acesso em: 20 mar. 2022.

LISBOA FILHO, F. F. Geoparque Quarta Colônia (informação verbal). **Terceiro Encontro da III Jornada Interdisciplinar de Formação de Professores em Educação Patrimonial**, Universidade Federal de Santa Maria, Canal Geoparque Quarta Colônia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KXzfjbCkXOM>. Acesso em: 04 jan. 2021.

LISBOA FILHO, F.F.; NUNES, L. S. A Educação Patrimonial como uma estratégia de reconhecimento e valorização cultural e identitário. In: PADOIN, M.M.; FIGUEIRÓ, A.; CRUZ, J.A.S. **Educação Patrimonial em territórios Geoparques: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia**. Santa Maria, FACOS-UFSM, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/20426/Educa%c3%a7%c3%a3o%20Patrimonia%20em%20Territ%b3rios%20de%20Geoparques%20uma%20vis%c3%a3o%20interdisciplinar%20na%20Quarta%20Col%b4nia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 jan. 2022

LOPIS, E. A. Patrimônio histórico cultural: preservar ou transformar? uma questão conflituosa. **Revista Mosaico**, Vassouras, v. 8, n. 12, p. 9-23, dez. 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/65461>. Acesso em: 16 out. 2021.

LORO, N. S.; COELHO, E. R. B. As festas religiosas e o turismo na Quarta Colônia Imperial de imigração italiana, RS: as razões dos frequentadores das festas. **Revista Disciplinarum Scientia**, Santa Maria, v. 6, n. 1, p. 111-120, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.edu.br/index.php/disciplinarumSA/article/view/1510>. Acesso em: 21 fev. 2022.

MANFIO, V. A Quarta Colônia de imigração italiana: uma paisagem cultural na região central do Rio Grande do Sul. **Revista Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 16, n. 2, p. 31-46, mai.-ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/7333>. Acesso em: 09 jan. 2022.

MANFIO, V.; BENADUCE, G. M. C. Quarta Colônia de Imigração Italiana/RS: uma abordagem sobre a cultura e identidade. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 32, n. 65, p. 260-273, set.-dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2017v32n65p260>. Acesso em: 06 fev. 2022.

MANFROI, O. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: Est, 2001.

MARIN, A.; ALÉSSIO, A. M. **Congregação do Apostolado Católico – Irmãs Palotinas: uma caminhada de fé e coragem**. Porto Alegre: Editora Palotti, 1995.

MARCUZZO, C. **Centenário de Vale Veronês: epopéia da imigração italiana de Vale Veronês, com seus costumes e tradições**. Santa Maria: Pallotti, 2000.

MARTINS, A.; VIEIRA, G. F. Turismo e Patrimônio Cultural: possíveis elos entre identidade, memória e preservação. **Revista Estação Científica**, Juiz de Fora, v. 2, p. 01-23, 2006. Disponível em: <https://portal.estacio.br/media/4385/5-turismo-patrimonio-cultural-possiveis-elos-entre-identidade-memoria-preservacao.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2021.

MIRANDA, J. M. O processo de comunicação na interpretação. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (org.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Território Brasilis, 2002.

MOITEIRO, G. C. Turismo cultural e patrimônio. Uma reflexão em torno do tópico da interpretação do patrimônio enquanto instrumentos de valorização de bens culturais. *In*: SANTOS, M. G. M. P. (org.), **Turismo Cultural, Territórios e Identidades**. Porto: Edições Afrontamento/Instituto Politécnico de Leiria, 2010.

MONFORT, V. **Turismo cultural**: la experiencia de Valencia capital. *In*: ACTAS DEL I CONGRESO INTERNACIONAL DE TURISMO CULTURAL, 2002, Salamanca. Anais [...]. Salamanca, p. 153-175, 2002.

MOREIRA, M. C.; ROCHA, J.A.O.; MARTINS, J. História e tecnologia: preservação do patrimônio estatuário como identidade cultural lusobrasileira. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.34, p. 69-84, jun. 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2467>. Acesso em: 18 out. 2021.

MOTTA, H. A. M. NUNES, M. A. C. GIT - Gestão Integrada de Território na região do Conorte: implementação do projeto “Espírito Santo sem lixo”. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, Santa Maria. v. 19, n. 3, p. 181-193, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/17570>. Acesso em: 12 jan. 2022.

NASCIMENTO, L. **Unesco inclui duas áreas do Brasil na lista de geoparques mundiais**. Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/biodiversidade/noticia/2022/04/16/unesco-inclui-duas-areas-do-brasil-na-lista-de-geoparques-mundiais.ghhtml>. Acesso em: 04 jul. 2022.

NAMORA, R. **Uma coisa chamada hermenêutica**. Porto: Universidade do Porto Edições, 2018.

NARDI, O. **O meio rural da Quarta Colônia de Imigração Italiana como tema e cenário turístico**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9271/ONINARDI.pdf?sequence=1#:~:text=Disser%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%3A-,O%20MEIO%20RURAL%20DA%20QUARTA%20COL%C3%94NIA%20DE,COMO%20TEMA%20E%20CEN%C3%81RIO%20TUR%C3%8DSTICO.&text=Os%20nomes%2C%20os%20quais%20destaco,que%20%C3%A9%20uma%20pesquisa%20acad%C3%A4mica>. Acesso em: 25 jan. 2022.

PADOIN, M. M. História, território e política: a construção da Quarta Colônia. *In*: PADOIN, M.M.; FIGUEIRÓ, A.; CRUZ, J.A.S. **Educação Patrimonial em territórios Geoparques: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia**. Santa Maria, FACOS-UFSM, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/20426/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Patrimonial%20em%20Territ%C3%B3rios%20de%20Geoparques%20uma%20vis%C3%A3o%20interdisciplinar%20na%20Quarta%20Col%C3%B4nia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jan. 2022.

PADOIN, M. M.; BOLZAN, M.; CRUZ, J. A. S. A Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul. *In*: BACCA, A. A. **150 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Bento Gonçalves: Projecto Cultural Sur/Brasil, 2019.

PAZUCH, G. Imigração italiana na colônia de Silveira Martins - RS: deslocamentos, redes familiares e relações de poder (1877-1920). *In: 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 2019, Recife. **Anais [...]**. Recife: UFPE, 2019.

PEÑALBA, J. L. Evolución del concepto y de la significación social del patrimonio cultural. **Revista Arte, Individuo y Sociedad**, Madrid, v. 17, p. 175-204, 2005. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/ARIS/article/view/ARIS0505110177A>. Acesso em: 22 out. 2021.

PICCIN, E. **O código cultural religião como uma das manifestações da identidade cultural da Quarta Colônia de Imigração Italiana/RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9298/PICCIN%2c%20EUNICE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 jan. 2022.

PINTO, M. M. G. **PRESERVMAP: um roteiro da preservação na era digital**. Porto: Afrontamento, 2009.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 16 out. 2021.

QUEIROZ, G. S. DE. Banco de Conteúdos Culturais: preservação e acesso de acervos audiovisuais. *In: QUEIROZ, G. S. DE. IV Seminário Serviços de Informação em Museus: Informação Digital como Patrimônio Cultural*. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2017, p. 72-80. Disponível em: <http://biblioteca.pinacoteca.org.br:9090/bases/biblioteca/322702.pdf>. Acesso em 28 jan. 2022.

RAMIRES, J. C. L. Ciberespaço e patrimônio cultural digital: algumas reflexões. **Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 26-36, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/22109>. Acesso em: 08 fev. 2022.

REIS, M. G. DOS. **Patrimônio Cultural Brasileiro na era digital: da digitalização de acervos à preservação participativa na internet**. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/5483>. Acesso em: 12 mar. 2022.

REIS, M. G. DOS; ALBERNAZ, R. O.; SILVEIRA, T. R. Patrimônio cultural digital: uma incursão a partir da Maine Memory Network. *In: 10º ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA*, 2015, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historiografia-da-midia/patrimonio-cultural-digital-uma-incursao-a-partir-da-maine-memory-network/view>. Acesso em: 29 jan. 2022.

REIS, M. G. DOS.; SERRES, J. C. P.; NUNES, J. F. I. Bens culturais digitais: reflexões conceituais a partir do contexto virtual. **Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 21, n. 45, p.54-69, jan-abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n45p54>. Acesso em: 08 fev. 2022.

SANTANA, G. S.; SIMÕES, M. L. N. Identidade, memória e patrimônio: a festa de Sant'Ana do Rio do Engenho, Ilhéus (BA). **Revista Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 87-102, mai. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecap/article/view/16353>. Acesso em: 05 out. 2021.

SAQUET, M. A.. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: EST, 2003.

SECRETARIA DA CULTURA, DESPORTO E TURISMO DE DONA FRANCISCA. **Livro interno**, Dona Francisca [20--], 27p.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOARES, A. L. R. Primeiros habitantes da Quarta Colônia: povos tradicionais. *In*: PADOIN, M.M.; FIGUEIRÓ, A.; CRUZ, J.A.S. **Educação Patrimonial em territórios Geoparques: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia**. Santa Maria, FACOS-UFSM, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/20426/Educa%20a7%20a3o%20Patrimonia%20em%20Territ%20b3rios%20de%20Geoparques%20uma%20vis%20a3o%20interdisciplinar%20na%20Quarta%20Col%20b4nia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SPONCHIADO, B. A. **Imigração & 4ª Colônia: Nova Palma e Pe. Luizinho**. Santa Maria: Editora UFSM, 1996.

THENÓRIO, I. Fóssil de superpredador de 238 milhões de anos é encontrado no RS. **Jornal G1**. São Paulo, 10 mai. 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2010/05/fossil-de-superpredador-de-238-milhoes-de-anos-e-encontrado-no-rs.html>. Acesso em 10 fev. 2021.

TILDEN, F. **Interpreting Our Heritage**. 4. ed. Chapel Hill [s.n.], 1957.

TURKLE, S. Fronteiras do real e do virtual. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 11, p. 117-123, dez. 1999. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3057/2335>. Acesso em: 07 mar. 2022.

VARINE, H. DE. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VENDRUSCULO, C. E. **As relações do espaço urbano do município de Dona Francisca, RS com a região da Quarta Colônia**. Dissertação (Mestrado em Geografia e Geociências). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9334/VENDRUSCOLO%20c%20CASSIANA%20ELISA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 fev. 2022.

WERLANG, W. **A Colônia de Santo Ângelo**. Agudo: Editora Werlang, 1995.